UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS – CCJP PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

LUIZ FERNANDO DA SILVA GOMES

# O ARMAMENTO CIVIL E A RETÓRICA DA SEGURANÇA PÚBLICA

RIO DE JANEIRO

2023

LUIZ FERNANDO DA SILVA GOMES

# O ARMAMENTO CIVIL E A RETÓRICA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Área de concentração: Comportamento Político e Eleitoral.

Orientadora: Prof.ª Drª. Luciana Fernandes Veiga

RIO DE JANEIRO
2023

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

G633 Gomes, Luiz Fernando da Silva
O armamento civil e a retórica da segurança pública / Luiz Fernando da Silva Gomes. -- Rio de Janeiro, 2023.
149 f.

Orientadora: Luciana Fernandes Veiga.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2023.

1. Armamento civil. 2. Retórica. 3. Segurança pública. I. Veiga, Luciana Fernandes, orient. II. Título.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Mônica, a leoa que, apesar dos desafios, sempre esteve ao meu lado, dedicando-se incansavelmente para me proporcionar as melhores condições para alcançar meus objetivos.

À minha amada avó, Gercina, por sua doçura e cuidado constante, tornando meus caminhos mais suaves com sua carinhosa presença.

Ao meu irmão, Luís Guilherme, o "biuinha" do meu coração, mesmo nas brigas esporádicas, agradeço pela inabalável conexão que temos.

À minha tia Cleide, sempre pronta a ajudar nos momentos mais cruciais, obrigado por seu apoio e cuidado inestimáveis.

Ao meu pai, Nilton, por criar as condições que possibilitaram minha jornada.

À minha madrinha Sebastiana, às tias avós e primos, que fizeram parte da minha criação e contribuíram significativamente para o meu amadurecimento.

Ao ex-supervisor e chefe exemplar, Sátiro Nunes, que além de ser um profissional fenomenal, proporcionou oportunidades incríveis e compartilhou ensinamentos preciosos.

Às minhas supervisoras e chefes Susana Drumond e Marion Cerqueira, duas potências sempre dispostas a acolher e orientar.

Aos amigos do CEFET, cuja amizade preencheu minha jornada com alegria, muitos dos quais ainda fazem parte da minha vida.

Aos professores que tive ao longo da vida, que ajudaram a moldar minha trajetória, agradeço por serem fundamentais em minha formação.

Ao meu psicólogo, Felipe Gomes, pela paciência ao ouvir minhas lamúrias, pelas conversas profundas e pelas perguntas provocativas que me fazem refletir.

À minha orientadora, Luciana Veiga, pelas lições, prestatividade, broncas necessárias e, principalmente, pela paciência ao lidar com meus sumiços e entregas fora do prazo.

Aos amigos de RPG, que foram uma bússola durante a pandemia, coloriram minhas aventuras e compartilharam momentos épicos que jamais esquecerei.

Aos bons deuses, por transmitirem serenidade, paz espiritual, aceitação e consciência dos meus privilégios, orientando-me na abordagem das situações difíceis e nas coisas simples da vida.

*As pessoas falam coisas, e por trás do que falam há o que sentem, e por trás do que sentem, há o que são e nem sempre se mostra.*
*(Caio Fernando Abreu, 1982)*

## RESUMO

Esta dissertação explora a relação entre o armamento civil e a retórica da segurança pública no Brasil, focalizando o debate sobre a flexibilização do Estatuto do Desarmamento. Utilizando a análise histórica, fundamenta-se nas teorias de Michel Foucault e Daniel Kahneman para investigar como diferentes atores sociais empregam estratégias retóricas. As ideias de Foucault também são utilizadas como base de inspiração para a construção dos conceitos desta pesquisa, fornecendo uma estrutura teórica que auxilia na compreensão das relações de poder e das práticas discursivas que moldam e legitimam os discursos sobre segurança e armamento. Hipotetiza-se sobre a influência do Estatuto nessa dinâmica e examina as estratégias utilizadas pelos perfis do Instagram do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz durante as eleições de 2022. A metodologia é exploratória e qualitativa, abrangendo análise de conteúdo dos perfis do Instagram. A dissertação busca contribuir para a compreensão das complexidades retóricas na esfera pública, contextualizando o debate sobre o armamento civil no cenário político brasileiro.



Palavras-chave: Armamento Civil; Estatuto do Desarmamento; Retórica; Segurança Pública.

**ABSTRACT**

This dissertation explores the relationship between civilian gun ownership and the rhetoric of public safety in Brazil, focusing on the debate over the flexibilization of the Estatuto do Desarmamento. Using historical analysis, it is based on the theories of Michel Foucault and Daniel Kahneman to investigate how different social actors employ rhetorical strategies. Drawing inspiration from Foucault's ideas, this research constructs its concepts within a theoretical framework that examines power relations and discursive practices shaping and legitimizing discourses on security and weaponry. It hypothesizes about the influence of the Estatuto on this dynamic and examines the strategies used by the Instagram profiles of the Movimento Armas pela Vida and the Instituto Sou da Paz during the 2022 elections. The methodology is exploratory and qualitative, covering content analysis of the Instagram profiles. The dissertation seeks to contribute to the understanding of the rhetorical complexities in the public sphere, contextualizing the debate over civilian gun ownership in the Brazilian political landscape.

Keywords: Civilian Gun Ownership; Estatuto do Desarmamento; Public Safety; Rhetoric.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Publicação no Instagram do Perfil do Movimento Armas pela Vida..... 99
Figura 02 – Publicação no Instagram do Perfil do Movimento Armas pela Vida..... 101
Figura 03 – Publicação no Instagram do Perfil do Movimento Armas pela Vida.....104
Figura 04 – Publicação no Instagram do Perfil do Instituto Sou da Paz..... 107
Figura 05 – Publicação no Instagram do Perfil do Instituto Sou da Paz..... 109
Figura 06 – Publicação no Instagram do Perfil do Instituto Sou da Paz..... 111

## LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| ADI | Ação Direta de Inconstitucionalidade |
| CAC | Caçador, Atirador Desportivo e Colecionador |
| CCJ | Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal do Brasil |
| IWI | Israel Weapon Industries |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| NRA | National Rifle Association (Associação Nacional de Rifles) |
| ONG | Organização Não Governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SINARM | Sistema Nacional de Armas |
| STF | Supremo Tribunal Federal |
| TSE | Tribunal Superior Eleitoral |
| UPP | Unidade de Polícia Pacificadora |

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1.** Óbitos por arma de fogo no Estado do Rio de Janeiro (2003 a 2019) 37

**Gráfico 2.** Óbitos por arma de fogo no Estado da Bahia (2003 a 2019) 39

**Gráfico 3.** Taxa de óbitos por armas de fogo - Brasil 40 / 41

**SUMÁRIO**

**1 INTRODUÇÃO..... 8**

**2 CAPÍTULO I - A TRAJETÓRIA RETÓRICA: ASCENSÃO, EVOLUÇÃO E RENOVAÇÃO..... 15**
**2.1 Persuasão e ética: a reflexão na retórica..... 17**
**2.2 A retórica da segurança pública..... 20**
**2.3 A retórica do armamento civil..... 23**

**3 CAPÍTULO II - A CONCEPÇÃO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO..... 28**
**3.1 Estatuto do Desarmamento..... 29**
**3.2 O processo de argumentação e votação do Estatuto do Desarmamento..... 32**
**3.3 Uso de dados na retórica sobre o Estatuto do Desarmamento..... 36**
3.3.1 Embasamento de Projetos de Lei e Políticas de Segurança Pública……..... 43
**3.4 A atual situação do Estatuto do Desarmamento no Brasil..... 44**
3.4.1 Projeto de Lei N° 3723, de 2019..... 47
3.4.2 Decreto Nº 11.366, de 1º de Janeiro de 2023..... 48

**4 CAPÍTULO III - O PODER DO CONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NO DEBATE SOBRE O ARMAMENTO CIVIL NO BRASIL ……. 50**
**4.1 Disciplinas do discurso e estratégias de comunicação.…… 55**
**4.2 Retórica, vieses cognitivos e poder nos debates da segurança individual e coletiva……..…….. 56**
**4.3 Os sistemas de pensamento e o conhecimento como instrumento de poder……. 61**
**4.4 Dispositivos de controle e a política de armas……..…… 63**
**4.5 Breves considerações……... 64**

**5 CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PERFIS DO INSTAGRAM DO MOVIMENTO ARMAS PELA VIDA E DO INSTITUTO SOU DA PAZ DURANTE O PERÍODO ELEITORAL DE 2022…….. 66**
**5.1 A relevância do período eleitoral na análise de conteúdo……... 67**
**5.2 Contextualizando a história das entidades e as suas narrativas……. 69**
5.2.1 Instituto Sou da Paz.……...……. 69
5.2.2 Movimento Armas pela Vida……...…….. 70
**5.3 Análise de conteúdo das postagens sobre armas no instagram no contexto eleitoral……... 71**

5.3.1 Compreendendo o discurso público através da análise de conteúdo……. 73
**5.4 Armar ou desarmar: Uma análise comparativa das postagens do Armas pela Vida e do Sou da Paz……. 74**
**5.5 Análise da retórica sobre armas nos perfis……...…… 75**
5.5.1 As postagens do Instagram do Movimento Armas pela Vida……...……. 75
5.5.2 O evento Shotfair Brasil……..... 75
5.5.3 O posicionamento político…….…… 77
5.5.4 Breves considerações……. 79
5.5.5 As postagens do Instagram do Instituto Sou da Paz…….. 80
5.5.6 Breves considerações……. 83
**5.6 Comparação das estratégias retóricas nas publicações……... 84**
**5.7 Vozes em ecos digitais: Uma análise dos comentários e reações nas publicações do Armas pela Vida e do Sou da Paz…… 89**
5.7.1 Análise da retórica nos comentários nas publicações do Armas Pela Vida……... 89
5.7.2 Análise da retórica dos comentários nas publicações do Sou da Paz……..... 92
5.7.3 Breves considerações……. 95
**5.8 Análise das publicações com maior engajamento…… 97**
5.8.1 Postagens com maior engajamento do Instagram do Armas Pela Vida……. 98
5.8.2 Postagens com maior engajamento do Instagram do Instituto Sou da Paz…….. 107
5.8.3 Breves considerações……..…….. 114
**5.9 Comunicação política sobre controle de armas no Brasil: Estratégias institucionais e respostas da audiência……. 115**
5.9.1 A retórica da segurança pública e o armamento civil nos perfis do Instagram à luz das ideias de Kahneman…….. 117
5.9.2 Retórica da segurança pública nos perfis do Instagram……... 118
5.9.3 Sistema 1 nas publicações do Movimento Armas Pela Vida……... 119
5.9.4 Rápida identificação de inimigos……. 120
5.9.5 Simplificação de causas e soluções…….. 121
5.9.6 Sistema 2 nas publicações do Instituto Sou da Paz…….. 122
5.9.7 Análise crítica de estatísticas……... 123
5.9.8 Promoção do debate informado……... 123
5.9.9 Breves considerações……... 124

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS…….. 126**

**7 REFERÊNCIAS..... 131**

**ANEXO A - Postagens do Instagram do Movimento Armas pela Vida.…… 135**
**ANEXO B - Postagens do Instagram do Instituto Sou da Paz...……. 138**

# 1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação propõe uma investigação sobre a relação entre o armamento civil e a retórica da segurança pública, centrando-se em um contexto de debates acalorados sobre a flexibilização do Estatuto do Desarmamento no Brasil. Diante desse cenário, surge a necessidade de compreender como diferentes atores sociais utilizam estratégias retóricas para influenciar as percepções públicas sobre o acesso a armas. O cerne do problema reside na compreensão das dinâmicas retóricas que permeiam essas discussões e nas implicações dessa retórica na formação de opiniões e atitudes em relação ao armamento civil.

Para abordar esse problema, foram formuladas hipóteses que visam lançar luz sobre diferentes aspectos dessa complexa relação. Primeiramente, sugere-se que a retórica sobre armamento civil tenha evoluído ao longo do tempo, refletindo eventos políticos, mudanças legislativas e transformações sociais. Essa variação temporal será explorada por meio de uma análise histórica, abrangendo desde as raízes históricas até as manifestações contemporâneas da retórica sobre o tema.

Além disso, hipotetiza-se que o Estatuto do Desarmamento exerça uma influência significativa na retórica sobre o armamento civil. As mudanças na legislação ao longo do tempo, as estratégias argumentativas em sua formulação e as adaptações subsequentes deverão refletir diferentes abordagens retóricas em defesa ou crítica ao acesso às armas.

Outra vertente da pesquisa direciona o olhar para o universo das redes sociais, mais especificamente os perfis do Instagram do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz. Antecipa-se que esses perfis, representativos de diferentes perspectivas sobre o armamento civil, empreguem estratégias retóricas distintas durante o período eleitoral de 2022. A análise de conteúdo das postagens e interações busca revelar essas estratégias, proporcionando uma compreensão mais profunda das narrativas construídas.

Por fim, a pesquisa propõe que as estratégias retóricas utilizadas por defensores e críticos da flexibilização do Estatuto do Desarmamento influenciem as percepções da audiência. A compreensão das respostas do público às mensagens e interações nos perfis do Instagram analisados servirá como indicador desse impacto, contribuindo para uma compreensão mais completa das dinâmicas retóricas na esfera pública.

A escolha desse tema foi motivada pela sua relevância social e política, principalmente diante do aumento das discussões sobre a flexibilização do Estatuto do

Desarmamento e suas implicações na segurança pública no Brasil. A análise das estratégias retóricas aplicadas por diferentes atores sociais nesse contexto, especialmente no ambiente digital representado pelos perfis do Instagram, oferece uma oportunidade única de compreender as complexidades envolvidas nas discussões sobre o armamento civil. Ao preencher essa lacuna de entendimento, a pesquisa contribui para o campo da Comunicação Política e para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas retóricas na esfera pública contemporânea

Nesse contexto, a estruturação da pesquisa adota uma abordagem sequencial, organizada em capítulos que se propõem a desvendar as dimensões da relação entre o armamento civil e a retórica da segurança pública. O percurso da análise se inicia com uma excursão pelas raízes históricas do tema, promovendo uma compreensão aprofundada das origens e evoluções do discurso em torno do armamento civil, contextualizando-o no âmbito da segurança pública.

A trajetória investigativa prossegue, abordando as implicações contemporâneas do debate, considerando as transformações que moldaram e continuam a moldar as percepções coletivas sobre o tema. Esse enfoque temporal permite uma análise dinâmica das variáveis que influenciam as discussões em curso, proporcionando uma compreensão mais completa das motivações e argumentos apresentados pelos diferentes atores sociais.

A culminação da pesquisa reside na análise de conteúdo dos perfis do Instagram do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz, ambos representantes de perspectivas contrastantes sobre o armamento civil, durante o período eleitoral brasileiro de 2022. Esta escolha metodológica estratégica visa capturar a dinâmica comunicativa em um momento crucial da esfera pública, destacando como as organizações moldam suas mensagens em resposta a eventos políticos e como suas audiências reagem a essas estratégias.

Ao investigar as interações e conteúdos desses perfis, a pesquisa busca não apenas analisar as posturas adotadas, mas também compreender como as estratégias retóricas são empregadas para influenciar as percepções da audiência em relação ao armamento civil. Assim, a escolha dos perfis do Instagram como objeto de estudo oferece uma perspectiva única sobre a interface entre a retórica, a comunicação digital e as estratégias de influência, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das complexidades inerentes ao debate sobre a segurança pública e o armamento civil.

Especificamente sobre a organização dessa dissertação, o primeiro capítulo, fundamentado nas ideias de Michel Foucault e enriquecido pelas contribuições pontuais de estudiosos especializados na análise retórica, trilha uma jornada ao longo da história da disciplina da retórica. Este percurso investigativo abraça a complexidade de suas origens e desdobra-se até alcançar sua manifestação contemporânea. A construção desse arcabouço histórico visa oferecer um entendimento abrangente e contextualizado das dinâmicas retóricas que permeiam as discussões atuais sobre segurança pública e armamento civil.

Ao abordar as raízes da retórica, o capítulo desvela as metamorfoses conceituais e práticas que a disciplina atravessou ao longo dos séculos, desde as contribuições de antigos mestres como Aristóteles até a sua ressignificação no cenário pós-moderno. Nessa empreitada, são destacados momentos significativos de transformação e adaptação, delineando a influência da retórica em diversos contextos históricos e socioculturais.

A investigação na retórica contemporânea da segurança pública e do armamento civil constitui um ponto fundamental do capítulo, alçando a teoria a uma aplicação prática e contemporânea. Esse desdobramento busca mapear como a retórica se insere nas discussões que tangem questões cruciais para a sociedade, como a segurança pública e o acesso a armas pela população civil. Nesse sentido, o capítulo descreve e problematiza as estratégias discursivas presentes nesses domínios, fornecendo uma base teórica fundamentada que alimentará as análises posteriores.

O segundo capítulo empreende uma análise minuciosa sobre o Estatuto do Desarmamento, desvendando os caminhos que conduziram à sua formulação e implementação, além de destacar as nuances do processo de argumentação e votação que antecederam sua promulgação. Essa empreitada visa, primordialmente, contextualizar a legislação que regula o acesso a armas de fogo no Brasil, conferindo-lhe o papel central que desempenha nas controvérsias e debates sobre o armamento civil.

Ao abordar a formulação do Estatuto, o capítulo mergulha nos antecedentes que culminaram na decisão de criar uma legislação específica para regular o porte e posse de armas de fogo no país. Nesse sentido, são dissecados os eventos e pressupostos que motivaram a necessidade de estabelecer diretrizes claras e restritivas quanto ao acesso a armamentos, considerando tanto aspectos de segurança pública quanto o contexto social e político da época.

A análise do processo de argumentação e votação revela os embates ideológicos e as diversas perspectivas que permearam as discussões no âmbito legislativo. O capítulo desvela as estratégias retóricas empregadas por defensores e opositores do Estatuto, evidenciando como a persuasão e a articulação de argumentos desempenharam um papel crucial na formação da legislação. Esse exame detalhado destaca as diferentes vozes que moldaram o debate e também enriquece a compreensão das bases argumentativas que sustentam a legislação em questão.

A abordagem temporal adotada no capítulo, ao explorar a implementação do Estatuto ao longo do tempo e as mudanças significativas que ocorreram, proporciona uma visão dinâmica das implicações práticas da legislação. Isso inclui a avaliação de eventuais ajustes, revisões e adaptações que a lei sofreu, delineando uma compreensão abrangente de sua evolução e impacto ao longo dos anos.

O terceiro capítulo adota uma abordagem teórica que utiliza as ideias de Michel Foucault como inspiração para a construção de conceitos que se adequam à análise dos argumentos relacionados ao armamento civil. A visão foucaultiana, com seu foco nas dinâmicas de poder, discurso e controle social, oferece uma base para compreender como os discursos sobre segurança pública e armamento são moldados e sustentados por relações de poder. Assim, a retórica é vista não apenas como um conjunto de técnicas persuasivas, mas como uma ferramenta de exercício de poder e manutenção de certas estruturas sociais.

Ao incorporar as ideias de Foucault, este capítulo busca explorar como as narrativas em torno do armamento civil são construídas e legitimadas, lançando luz sobre os mecanismos discursivos que operam nas interações sociais e políticas. A leitura foucaultiana das estratégias retóricas permite desvendar as relações de poder envolvidas nos argumentos em favor ou contra a posse de armas, revelando como esses discursos não só refletem, mas também reforçam as dinâmicas de controle social e dominação.

Além disso, a abordagem teórica deste capítulo incorpora as contribuições de Daniel Kahneman no que diz respeito às estratégias de comunicação. Kahneman oferece percepções vitais sobre como as mensagens são moldadas e percebidas, em particular no contexto dos debates sobre o armamento civil. Suas teorias sobre os vieses cognitivos e as heurísticas que influenciam o pensamento humano são cruciais para compreender como as informações são apresentadas e recebidas nas discussões sobre segurança pública.

A interseção entre as teorias de Foucault e Kahneman proporciona um arcabouço teórico robusto, capaz de iluminar os mecanismos pelos quais a retórica e as estratégias comunicativas moldam as percepções e atitudes em relação ao armamento civil. A compreensão dessas dimensões teóricas é essencial para uma análise aprofundada dos dados coletados, fornecendo uma base para interpretar as complexidades do discurso público sobre a posse de armas no Brasil.

O quarto capítulo desta dissertação representa o ápice da pesquisa, adentrando de maneira minuciosa na análise de conteúdo dos perfis do Instagram do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz durante o intenso período eleitoral de 2022. Essa fase da investigação é essencial para capturar a dinâmica da retórica em ação, proporcionando uma compreensão detalhada de como as organizações abordaram o tema do armamento civil e como o público respondeu a essas abordagens.

A escolha metodológica de uma pesquisa exploratória, sob o apoio do método qualitativo, revelou-se apropriada para a natureza complexa e multifacetada do fenômeno em questão. Essa abordagem permitiu a identificação e a interpretação aprofundada dos padrões retóricos empregados pelos perfis em análise. Ao se debruçar sobre as postagens e interações do público, o capítulo visa desvendar estratégias de comunicação específicas, seja na promoção de determinados argumentos, na construção de narrativas persuasivas ou na utilização de elementos visuais para reforçar mensagens.

A análise de conteúdo, neste contexto, não se limita apenas à identificação de palavras-chave ou temas recorrentes, mas busca compreender o contexto em que essas mensagens são inseridas e como elas se conectam com as percepções e atitudes da audiência. A interseção entre a teoria da retórica, conforme discutida nos capítulos anteriores, e a prática observada nos perfis do Instagram oferece uma perspectiva única sobre como a retórica é mobilizada em um espaço virtual para influenciar a opinião pública.

Ao trazer à tona os elementos retóricos presentes nas publicações e interações, este capítulo busca fornecer uma descrição detalhada do discurso dessas organizações e contextualizar como essas mensagens foram recebidas e interpretadas pela audiência. Dessa forma, contribui significativamente para o entendimento das complexidades da retórica sobre o armamento civil e suas implicações na esfera pública durante o período eleitoral brasileiro de 2022.

No quinto capítulo desta dissertação, são apresentadas as considerações finais. Este capítulo sintetiza e consolida as compreensões adquiridas ao longo da análise aprofundada dos capítulos anteriores. A estrutura sequencial adotada na pesquisa, que buscou desvendar desde as raízes históricas até as manifestações contemporâneas da retórica sobre armamento civil e segurança pública, termina na síntese de uma compreensão holística sobre o tema.

Ao utilizar o Estatuto do Desarmamento como um estudo de caso representativo, este capítulo proporciona uma oportunidade de contextualizar as análises anteriores em um cenário específico e concreto. A legislação em questão, por sua importância central nas discussões sobre o acesso a armas de fogo no Brasil, serve como um ponto focal para compreender os efeitos da lei sobre os argumentos e percepções relacionadas ao armamento civil.

A síntese das análises e reflexões neste capítulo reitera os pontos cruciais abordados nos capítulos anteriores, além disso busca oferecer uma visão panorâmica das implicações mais amplas dessas discussões. Ao fazer isso, a dissertação não se limita a uma mera descrição das estratégias retóricas utilizadas por defensores e críticos da flexibilização do estatuto do desarmamento. Ela se propõe a explorar as nuances desses discursos, destacando as complexidades inerentes ao tema e os desafios subjacentes à construção de consensos ou dissensos na sociedade.

Dessa forma, o quinto capítulo encerra a dissertação além de oferecer uma plataforma para reflexões mais amplas sobre a interseção entre retórica, legislação e opinião pública no contexto do armamento civil e segurança pública. Ao considerar as diversas camadas de influência e os elementos contextuais que moldam essas discussões, este capítulo promove uma compreensão mais completa e informada das dinâmicas envolvidas no debate sobre o tema.

A escolha metodológica desta pesquisa reflete uma abordagem fundamentada em preceitos teóricos que enriquecem a compreensão da retórica e das estratégias de comunicação no contexto do armamento civil. A pesquisa exploratória, como método principal, foi selecionada para proporcionar uma imersão profunda e aberta nas nuances do fenômeno em questão. Ao adotar o método qualitativo, buscamos capturar a complexidade subjacente aos discursos sobre o Estatuto do Desarmamento, indo além de meras estatísticas para explorar as experiências, percepções e argumentos de maneira mais rica e contextualizada.

Essa escolha metodológica é respaldada pela literatura relevante, particularmente pelas obras de Michel Foucault e Daniel Kahneman. Foucault oferece uma lente analítica valiosa ao explorar as dinâmicas da retórica, destacando como o poder e o conhecimento se entrelaçam na construção de argumentos persuasivos. Ao incorporar as ideias de Kahneman, a pesquisa se beneficia de uma compreensão mais aprofundada das estratégias de comunicação, ainda mais no que diz respeito aos argumentos favoráveis e contrários ao armamento civil.

O objetivo central da metodologia é realizar uma análise abrangente da retórica empregada por diferentes atores sociais, desde defensores até críticos da flexibilização do Estatuto do Desarmamento. Essa abordagem visa identificar padrões retóricos, destacar as nuances das argumentações e também das evidências apresentadas por cada grupo. Ao adotar esse enfoque, a pesquisa contribui para o campo da Comunicação Política, destrinchando as estratégias retóricas utilizadas pelos diversos atores envolvidos.

Ao analisar as estratégias retóricas, a pesquisa busca ir além do superficial, penetrando nas camadas mais profundas das narrativas construídas em torno do armamento civil. Isso não apenas oferece aprendizados sobre a natureza do debate público, mas também contribui para uma compreensão mais ampla das percepções da audiência. A pesquisa, assim, não é apenas uma exploração acadêmica, mas uma contribuição substancial para a compreensão da interseção entre retórica, legislação e opinião pública no contexto do armamento civil e segurança pública.

# 2 CAPÍTULO I - A TRAJETÓRIA RETÓRICA: ASCENSÃO, EVOLUÇÃO E RENOVAÇÃO

Neste capítulo, delineia-se brevemente a trajetória da retórica desde seus primórdios no século V a.C. até os dias atuais, com enfoque nos principais pressupostos desse complexo campo e descrevendo brevemente as transformações por que passou ao longo de sua história de evolução. A retórica tem sua origem atribuída a Córax e Tísias, do século V a.C., na cidade de Siracusa, na Sicília, (SCHIAPPA, 2003). A arte da retórica foi introduzida em Atenas pelo sofista Górgias de Leontinos (CHROUST, 1973).

De acordo com Menezes (2000), o mito fundador da retórica está relacionado a lutas pelos direitos de posse da terra e pela recuperação de direitos negados por tiranos. Isso sugere que a origem da Retórica não é literária, mas sim judiciária. No entanto, a análise da literatura antiga grega indica que esse povo tinha uma tendência natural para a eloquência e o uso de recursos persuasivos em suas técnicas oratórias.

Durante o declínio de um regime autoritário e o surgimento de uma nova forma de governo, muitos conflitos judiciais ocorreram, com cidadãos que haviam sido despojados de seus bens pelo regime autoritário buscando justiça para reaver suas propriedades. Em resposta a essa necessidade prática, Córax e seu discípulo Tísias, cerca de 465 a.C., escreveram o primeiro tratado sistemático sobre a arte da retórica. Este manual fornecia lições sobre como defender uma tese em um julgamento, uma vez que cabia aos próprios sujeitos defender seus direitos e apresentar suas reivindicações, já que a profissão de advogado não existia conforme conhecida hoje, seus principais postulados incluem a arte de persuadir através do discurso e a elaboração de argumentos eficazes (FOUCAULT, 1971).

Enquanto a retórica estava se desenvolvendo, a sofística também surgiu. Ambas se valem de técnicas discursivas para persuadir, mas a sofística tem um alcance muito mais amplo e sem compromisso com a verossimilhança. Para alcançar sua meta, a sofística emprega todos os seus esforços para encontrar os meios mais eficazes de convencer, sem se preocupar com a verdade ou a lógica. Nesta área, o "(...) discurso não pode mais pretender ser verdadeiro, nem mesmo verossímil; só poderá ser eficaz; em outras palavras, próprio para convencer, que no caso equivale a vencer, a deixar o interlocutor sem réplica" (REBOUL, 2000, p. 10).

Para Platão, a retórica é vista como uma manipulação desenfreada e imoral das técnicas argumentativas com o objetivo de subverter a verdade absoluta e universal que

existe sobre cada coisa. Ele vê a retórica como uma técnica instrumental imprecisa que pode ser usada para fins positivos ou negativos. Platão opõe a retórica à dialética, considerando a primeira como um método de persuasão que procura agradar ao povo, enquanto a segunda é um diálogo honesto na busca da verdade. A dialética é definida como um diálogo breve entre dois participantes, enquanto a retórica é descrita como um discurso contínuo e superficial, sem importância teórica (REBOUL, 2000, p. 10).

Para Aristóteles, a retórica é uma parte fundamental do conhecimento filosófico. Ele liderou os estudos sobre os meios de persuasão na Antiguidade e viu a retórica como uma das quatro dimensões da Argumentação. Ele acredita que a Teoria da Argumentação se desenvolve através de quatro formas de argumentação: Demonstrativos, Retóricos, Sofísticos e Dialéticos. Aristóteles posiciona a retórica como um meio-termo entre a abordagem "tudo" dos sofistas e o "nada" de Platão. Ele admite que o orador precisa dominar os instrumentos de persuasão para convencer o público, mas não reduz a retórica a um conjunto de técnicas e regras (FOUCAULT, 2011).

Continuando no caminho percorrido pelo estudo da retórica, encontramos que, durante a Idade Média, a retórica foi incorporada à teologia e tornou-se um elemento fundamental na educação medieval. Nesse período, a retórica foi recontextualizada para atender às necessidades da Igreja e da sociedade cristã. No Renascimento, houve um ressurgimento de interesse pela retórica clássica, que foi reinterpretada à luz dos novos valores e ideias da época. De acordo com Menezes (2000, p. 69), a ideia de Igreja que se formou na Idade Média resultou em uma ruptura com a "cultura pagã, idólatra e imoral" do mundo antigo. Essa ruptura foi manifestada no discurso e na ação dos membros da Igreja, que passaram a defender os valores cristãos.

A mudança fundamental na valorização do raciocínio demonstrativo ocorreu no século XVII, com a ultra valorização do raciocínio demonstrativo. A Retórica foi fortemente afetada por esta mudança, com Descartes sendo apontado como um dos responsáveis, com sua concepção de dúvida metódica, que considerava falso tudo o que não era verdadeiro, incluindo o verossímil. Em seguida, o positivismo condenou a Retórica em nome da verdade científica e o romantismo rejeitou-a em nome da sinceridade.

Conforme Menezes (2000), tanto o Iluminismo quanto as teorias subsequentes vinculadas a sua visão de conhecimento e sociedade relacionavam o avanço da humanidade à generalização da racionalidade científica, e não havia espaço para a argumentação. A

partir daí, a retórica perdeu seu status e caiu no esquecimento aparente, apesar de ter sobrevivido em discursos jurídicos, políticos e na comunicação de massa dos anos 60.

Perelman (1999) entende que a concepção da retórica baseada na ignorância dos ouvintes e no provável, em vez do verdadeiro, pode ser apontada como a causa de sua decadência. Além disso, a noção de juízo de valor mudou essa situação, equilibrando a relação entre pensamento lógico e retórica, permitindo que a Retórica não mais fosse subordinada ao pensamento lógico.

Michel Foucault (1970) define o discurso como uma forma de impor a verdade aos que o ouvem, elaborado de perguntas e respostas e considerando desejo e poder. O autor também apresenta os sistemas de controle externo do discurso, que atuam para excluir o que está fora do padrão no discurso adotado. A interdição estabelece o que pode ser dito no discurso, ela define o que deve ser deixado de fora já que não se pode dizer tudo o que se realmente pensa num discurso que almeja estabelecer uma verdade, dizeres que seriam mal interpretados ou que não se encaixariam na intenção de tal discurso.

A separação é a rejeição do discurso que não condiz com o imposto, rejeição de um agente detentor desse discurso, a exemplo de uma pessoa considerada louca. Assim, a oposição entre o verdadeiro e falso é a distinção entre o discurso aceito e considerado verdadeiro e o discurso rejeitado e considerado não verdadeiro.

Por fim, cabe pontuar a identificação da presença dos três meios de persuasão retórica definidos por Aristóteles (384-322 a.C.): ethos, pathos e logos. O ethos é apelado ao construir a credibilidade do orador ou escritor, apresentando-o como um especialista no assunto ou como alguém que defende valores éticos. O pathos é apelado ao despertar emoções no público, como medo, raiva ou esperança. O logos é apelado ao apresentar argumentos lógicos e convincentes.

## 2.1 Persuasão e ética: a reflexão na retórica

A retórica pode ser entendida como a arte de persuasão por meio das palavras e é um método eficaz, passível de ser utilizada tanto para propósitos éticos quanto não éticos, dependendo da consciência e responsabilidade do orador. Dentre os elementos característicos do embate retórico, a polarização emerge como um fenômeno recorrente, sobretudo no

cenário contemporâneo, onde grupos conservadores e progressistas comumente se confrontam, apresentando argumentos que refletem suas respectivas visões de mundo.

No contexto atual, a retórica de grupos nas redes sociais, no cotidiano e na política frequentemente se relaciona a crimes de ódio baseados em raça, gênero e orientação sexual. As retóricas adotadas refletem, de certa forma, a ideia de interdição proposta por Michel Foucault (1970), onde os agentes destacam aspectos que favorecem seu discurso, minimizando ou descartando elementos que contradizem suas narrativas.

A noção de interdição, proposta por Foucault, pode ser interpretada como uma lente analítica útil para entender o embate retórico entre grupos com perspectivas divergentes. Sob essa perspectiva, os atores engajados na discussão sobre a flexibilização do Estatuto do Desarmamento podem ser vistos como sujeitos que selecionam e destacam pontos favoráveis ou desfavoráveis às suas posições, buscando validar seus discursos e descredibilizar os argumentos adversários.

No cerne dessa ideia, a interdição refere-se à seleção e destaque seletivo de elementos que favorecem um determinado discurso, ao passo que minimiza ou exclui aspectos que contradizem as narrativas desejadas. Na prática retórica, essa estratégia é frequentemente adotada por agentes engajados em discussões controversas, como no debate sobre armamento civil e segurança pública.

Grupos favoráveis à mudança podem enfatizar argumentos que respaldam a visão de armas como instrumentos de defesa legítimos, enquanto minimizam as potenciais consequências negativas. Por outro lado, opositores à flexibilização podem destacar os riscos de um aumento na violência armada, negligenciando perspectivas que ponderam sobre a legítima defesa individual. Assim, a interdição, na prática retórica, molda a percepção do público ao escolher seletivamente os elementos que fortalecem uma posição específica, ilustrando como a persuasão muitas vezes opera através da supressão estratégica de informações contrárias.

A interação entre ética e retórica é complexa, já que ambas desempenham papéis cruciais na comunicação humana e na construção de argumentos persuasivos. A ética, centrada nos princípios morais que orientam o comportamento, e a retórica, como a arte de persuadir por meio da linguagem, convergem na maneira como a persuasão é formulada e transmitida, considerando a eficácia argumentativa e a integridade moral.

A ética na retórica envolve a consideração cuidadosa dos meios empregados para alcançar a persuasão. Isso inclui a honestidade na apresentação de fatos e a transparência sobre interesses envolvidos. Um discurso ético evita manipulação de informações, apelações a preconceitos e estratégias consideradas enganosas. Isso também se estende à escolha de temas e à abordagem de questões controversas, exigindo consideração do impacto social e moral das mensagens transmitidas. No entanto, a linha entre o ético e o não ético na retórica pode ser difusa, exigindo do orador o equilíbrio entre persuasão eficaz e integridade moral.

Assim, pode-se dizer que a relação entre ética e retórica reside na consciência e responsabilidade do orador ao utilizar a linguagem como ferramenta persuasiva. É importante que um discurso ético vise não somente convencer, mas também que considere os princípios morais, promova a transparência e o respeito em todas as suas fases de enunciação com o intuito de persuadir.

A dinâmica do debate, à luz do pensamento de Foucault, também revela um jogo de poder, onde os agentes retóricos buscam, além de defender suas propostas, invalidar as narrativas opostas. Essa prática é realizada com frequência por meio de acusações de falta de substância, alegações de inadequação para tratar do tema, exemplificações seletivas que corroboram com determinados argumentos, apelos a autoridades que compartilham pontos de vista semelhantes e tentativas de desmoralização do oponente.

A oposição entre verdadeiro e falso, sob a perspectiva das ideias de Foucault, reflete a polarização inerente ao ambiente político contemporâneo, permeando a sociedade com argumentos subjetivos que se alinham às crenças e valores específicos de cada grupo. Nesse contexto, a retórica emerge como um método essencial na construção e na manutenção de discursos que legitimam certas posições e desacreditam outras.

A retórica favorável à flexibilização encontra respaldo na visão das armas como instrumentos de poder para garantir a ordem nacional e ainda como meio de defesa contra agentes mal-intencionados e abusos estatais. Em contraposição, argumenta-se sobre o risco de o povo armado se tornar um "juiz, júri e executor", exacerbando sentimentos de vingança diante da percepção de ineficácia das instituições estatais em promover justiça social.

Considerando os desafios inerentes à flexibilização do Estatuto do Desarmamento, a argumentação revela variáveis multifacetadas, desde valores individuais e comportamentais até fatores econômicos, políticos e midiáticos. A retórica extremista, presente nos debates

polarizados, busca impor verdades absolutas, muitas vezes desvinculadas de fundamentos sólidos.

A discussão acerca da polarização retórica no contexto político brasileiro destaca a tendência de grupos a se isolarem em bolhas ideológicas, conforme analisado por Hirschman. Esse isolamento, ao invés de celebrar a diversidade de pensamentos e ideologias, contribui para a inibição de vozes discordantes e perpetua a dificuldade de aceitação de argumentos alheios.

Em síntese, a relação entre retórica, poder e polarização, explorada sob a perspectiva de Foucault, proporciona uma compreensão mais aprofundada dos debates contemporâneos sobre a flexibilização do Estatuto do Desarmamento, destacando as estratégias retóricas adotadas pelos diversos atores envolvidos nesse cenário complexo e multifacetado.

## 2.2 A retórica da segurança pública

Embora Foucault (1971) não tenha se centrado diretamente na segurança pública, os seus conceitos de biopolítica e governança fornecem percepções sobre as formas como o poder e a segurança se cruzam com a gestão das populações e a regulação da vida. Dessa forma, podemos afirmar que a retórica da segurança pública é um assunto de grande importância na sociedade contemporânea e que a segurança pública é vista como um problema central para a estabilidade da sociedade e afeta diretamente a qualidade de vida das pessoas.

A democratização política dos anos 1980 foi uma fase importante na história devido às mudanças na relação entre polícias e sociedade. Ela foi influenciada pela construção da democracia e pelas pressões sociais por novos modelos de política e de polícia. No entanto, é igualmente importante considerar as continuidades de práticas, conhecimentos e teorias que indicam que o Estado democrático é limitado a reproduzir relações que antes eram usadas pelo governo ditatorial.

A segurança pública é baseada na Constituição (BRASIL, 1988) que estabelece as responsabilidades e objetivos dos órgãos de segurança, tais como a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal na União, polícias civis, militares e bombeiros militares nos estados e guardas municipais nos municípios:

> [...] CAPÍTULO III. DA SEGURANÇA PÚBLICA. Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I — [...] IV — polícias civis; V — polícias militares e corpos de bombeiros militares. §1o [...] §4o — às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. §5o — às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; [...]. §6o — As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios. §7o [...] §8o — Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. §9. º [...] (BRASIL, Lei nº. 88, de 05 de setembro de 1988, Art. 1º).

Nesse conjunto de sistemas complexos desenhados por gestores, em sua arquitetura, orientados a produzir certo grau de “bem-estar e segurança social”, muitos prosperam. Choques de ideologia, governança e tratamento, e sofismas sobre a aplicação, interpretação e operação do objeto de “segurança pública” tornam o sistema desorganizado e ineficiente, mesmo com as propostas institucionais “bem-intencionadas” do governo. O sistema de governança, em uma tentativa ideal de unificar a estratégia, se manifesta no conteúdo nos documentos e falas dos servidores dos órgãos de segurança pública.

David Garland (2001) aborda a ideia de "cultura dos agentes de segurança pública" ao examinar as normas, valores e crenças compartilhados dentro das instituições policiais e de segurança. Em suas obras, como "A Cultura do Controle: Crime e Ordem Social na Sociedade Contemporânea", Garland destaca como os agentes de segurança pública desenvolvem uma cultura distintiva que influencia seu comportamento, decisões e interações com a comunidade.

Essa cultura muitas vezes envolve uma ênfase na solidariedade entre os membros da força policial, uma mentalidade de "nós contra eles" em relação aos civis, a valorização da coragem e da autoridade, além de uma abordagem pragmática em relação à aplicação da lei. Garland explora como essa cultura pode moldar as respostas institucionais à criminalidade e como ela pode contribuir para dinâmicas específicas de policiamento, incluindo o uso da força e as relações com as comunidades locais.

Essa cultura pode ter implicações negativas, pois pode levar a práticas discriminatórias e abusivas por parte dos agentes de segurança pública. No Brasil, por exemplo, a cultura dos agentes de segurança pública tem sido associada à violência policial, especialmente contra jovens negros e pobres. Essa violência costuma ser justificada por

uma retórica que retrata esses grupos como uma ameaça à ordem pública. Essa retórica é alimentada pela cultura dos agentes de segurança pública, que enfatiza a desconfiança e a hostilidade em relação a esses grupos.

A retórica da segurança pública se refere às narrativas e argumentos usados por diferentes atores, como líderes políticos, autoridades policiais, meios de comunicação e a sociedade civil, para falar sobre o tema. Como destaca Boudon (1982), essa retórica é usada com frequência para justificar medidas controversas, como o aumento da presença policial nas ruas, o uso da força excessiva e a implementação de leis mais restritivas, além de ser um tópico de interesse importante para a compreensão das políticas e práticas de segurança em uma sociedade.

Ainda segundo Boudon, a retórica desempenha um papel fundamental na forma como a segurança pública é percebida e compreendida por uma sociedade, sendo influenciada por uma série de fatores, incluindo a mídia, as políticas públicas, as práticas policiais e a cultura popular. Esses fatores afetam como a segurança pública é percebida e retratada na sociedade, criando uma narrativa que pode ser influenciada pelas agendas políticas e ideológicas dos grupos de poder. Além disso, o discurso público também pode ser influenciado pelo medo e pela insegurança, criando uma narrativa que prioriza a segurança acima de outras questões sociais e políticas (BOUDON, 1982).

De acordo com Foucault, o destaque atribuído ao controle de riscos na retórica da segurança pública, principalmente quando destaca a prevenção situacional e social, não representa um percurso desprovido de desafios. Além de apontar para a necessidade de lidar com obstáculos, a noção de risco carrega consigo a ambição de gerenciar possibilidades e um futuro incerto.

Em termos práticos, a gestão de riscos implica a identificação e antecipação de fontes de ameaças e perigos. No contexto utilitário da segurança pública, a redução de riscos busca estabelecer certezas para o futuro, realizando cálculos por meio da identificação e controle de perigos no presente. Dessa forma, a abordagem concentra-se em probabilidades, nas possibilidades de ocorrência de eventos, e nos esforços para compreender suas causas e intenções.

Diante disso, é importante realizar uma pesquisa sobre a retórica da segurança pública para avaliar a relevância e efetividade desses argumentos e compreender melhor as motivações e implicações das políticas de segurança pública. A pesquisa também pode

examinar como a narrativa da segurança é construída e transmitida, e como é recebida pelo público.

Contudo, em um cenário de desconsideração da política na segurança pública, sem estabelecer meios e modos de atuação para alcançar seus objetivos, a perspectiva da prevenção situacional e social acaba por resultar em penalização antecipada, discriminação e exclusão social, contrários aos seus objetivos iniciais. Isso leva a uma onda moralista, legitimada pela necessidade de ampliar o alcance da vigilância pelos instrumentos estatais e privados ou fortalecer mecanismos informais de controle social.

Em sociedades complexas e pluralistas, muitos atores públicos e privados, apoiados por sua classe social, prestígio, etnia, gênero, etc., reivindicam o dever moral e o privilégio político de definir as ameaças e perigos simbólicos que justificam o mapeamento dos riscos sociais e a classificação de indivíduos e grupos como suspeitos e perigosos (BOUDON, 1982; SANTOS, 2006).

É importante considerar se a retórica da segurança pública é precisa e objetiva, ou se é usada para justificar medidas que prejudicam grupos vulneráveis na sociedade. Para resumir, a retórica da segurança pública é uma questão complexa e multidimensional que requer uma avaliação cuidadosa e crítica. A pesquisa sobre este tópico pode fornecer informações importantes para uma discussão inteirada e bem fundamentada sobre esse assunto crucial para a sociedade.

## 2.3 A retórica do armamento civil

O debate sobre o armamento civil é um tópico complexo e controverso na atualidade. O armamento civil é uma questão de segurança pública, direitos humanos e liberdade individual. A retórica envolvida na discussão sobre o armamento civil é influenciada por uma série de fatores, incluindo questões políticas, ideológicas, sociais e culturais.

Os argumentos a favor do armamento civil geralmente se baseiam na ideia de que ele é necessário para proteger as pessoas de criminosos e agressores. Os defensores do armamento civil argumentam que, se as pessoas estiverem armadas, elas serão capazes de se defender e de deter criminosos. Eles também argumentam que o armamento civil é um direito fundamental que deve ser protegido.

Os argumentos contra o armamento civil geralmente se baseiam na ideia de que ele aumenta o risco de violência. Os opositores do armamento civil argumentam que, se mais pessoas estiverem armadas, mais pessoas serão mortas ou feridas por armas de fogo. Eles também argumentam que o armamento civil pode levar a conflitos violentos entre civis.

Foucault destaca a importância da análise da segurança como forma de disciplinamento e controle da população. Ele argumenta que o discurso sobre o desarmamento é parte de um sistema mais amplo de vigilância e controle social, que visa manter o ordenamento social e a estabilidade política.

No que lhe concerne, Boudon aborda a retórica do desarmamento a partir da perspectiva da sociologia da segurança pública. Ele argumenta que a preocupação com o controle dos riscos e a busca por certeza no futuro são importantes para a administração da segurança pública, mas que isso também pode levar a formas de penalização antecipada e discriminação social.

Boudon também chama a atenção para as "falácias ou falsas verdades" presentes na retórica do armamento civil. Esses argumentos, frequentemente apelando para emoções, paixões e desejos, partem de premissas falsas ou inconsistentes para chegar a conclusões que podem parecer evidentes à primeira vista. As falácias, disseminadas em diversos contextos, desde notícias falsas até debates políticos, exercem influência principalmente através do pathos, ao estimular sensações, embora o logos também desempenhe um papel, mesmo que a lógica subjacente seja frágil quando examinada com mais profundidade.

Um exemplo é a afirmação de que aprovar leis para o controle de armas resultará na restrição adicional de direitos e liberdades dos cidadãos, culminando em um regime totalitário. Este argumento, ao apelar diretamente ao pathos, cria uma tensão cognitiva ao instigar o medo da perda de direitos adquiridos. A análise mais detalhada revela, no entanto, que a conexão entre as supostas consequências carece de fundamentos lógicos sólidos, exemplificando a presença de falácias na retórica do desarmamento.

Também é possível identificar a presença de falácias no discurso contrário ao armamento civil, que muitas vezes recorre ao pathos para persuadir. Um exemplo comum é a suposição de que restrições mais rígidas ao armamento civil automaticamente resultariam em uma diminuição drástica da violência, sem considerar a complexidade multifatorial desse fenômeno. Ao apelar para as emoções e o medo relacionado à segurança pública, esse

argumento omite nuances importantes, como fatores socioeconômicos, questões culturais e a presença de armas ilegais.

Outra falácia notável é a generalização excessiva, na qual eventos isolados e excepcionais são usados para sustentar a ideia de que o armamento civil é intrinsecamente perigoso. Essa generalização não leva em conta a vasta maioria de proprietários responsáveis que utilizam suas armas de maneira segura. Ao empregar essa estratégia, o discurso contrário ao armamento civil procura criar uma imagem global negativa sem considerar adequadamente a diversidade de situações.

A falácia da pergunta complexa surge quando duas ou mais questões são combinadas em uma única oração, buscando obter uma resposta que pode não refletir as crenças ou comportamentos mais profundos do receptor. Essa técnica visa induzir uma resposta específica ao introduzir múltiplos elementos em uma só interrogação, tornando difícil responder de maneira clara e precisa.

Por exemplo, questionar se alguém é a favor da liberdade de andar armado junta a questão da liberdade com o direito de portar uma arma na mesma sentença. Embora a liberdade seja geralmente valorizada, a ideia de permitir que cidadãos portem armas pode gerar respostas diversas, já que as percepções sobre esses conceitos podem variar. Um defensor do controle de armas pode dizer: "Você acha que é mais importante proteger as crianças ou proteger o direito de as pessoas terem armas?". Essa pergunta pressupõe que a única maneira de proteger as crianças é restringir o acesso a armas. No entanto, existem outras maneiras de proteger as crianças, que vão além dessa questão.

A falácia da consequência é comumente observada no debate sobre o porte de armas, quando uma premissa é utilizada para justificar uma consequência sem uma base lógica sólida. Isso implica em estabelecer uma relação de causa e efeito entre a premissa apresentada e a conclusão proposta, sem fornecer evidências substanciais que validem essa conexão lógica.

Argumentar que limitar o direito à posse de armas impedirá as pessoas de protegerem suas propriedades e familiares procura influenciar a opinião contrária ao controle de armas sem apresentar evidências convincentes. Da mesma forma, afirmar que "se não controlarmos as armas, haverá mais violência" é falacioso, pois não estabelece uma relação causal clara entre a falta de controle de armas e o aumento da violência. É possível que a violência persista mesmo com o controle de armas, ou que diminua sem essa medida.

Outra falácia comum é a falsa analogia, na qual dois objetos são apresentados como semelhantes em algumas de suas propriedades, sugerindo que, se um objeto possui uma determinada propriedade, o outro também a possui. Essa comparação simplista ignora as diferenças essenciais entre os objetos, levando a conclusões falaciosas devido à falta de fundamentação lógica.

Um exemplo seria a pergunta: "Se carros, piscinas e facas também matam, vamos proibi-los?". No entanto, essa analogia é falsa, pois a utilidade fundamental das armas de fogo é causar dano, diferentemente de carros, piscinas e facas, cujas funções principais não são voltadas para a violência. Embora todos apresentem riscos, é crucial reconhecer a diferença em suas utilidades e implementar medidas preventivas adequadas, como leis de trânsito, profissionais salva-vidas e outras normas de segurança.

Um defensor do controle de armas pode dizer: "As armas são como carros. Para ter um carro, você precisa de uma carteira de motorista e seguro. Para ter uma arma, você também deveria precisar de uma licença e seguro". Essa analogia é falaciosa porque carros e armas são coisas muito diferentes. Carros são usados para transporte, enquanto armas são usadas para matar. Além disso, carros são regulamentados de forma diferente em diferentes países.

No âmbito das discussões sobre o armamento civil, observam-se diversas falácias que permeiam as argumentações, tornando-se uma tarefa desafiadora enumerá-las de maneira exaustiva no contexto desta pesquisa. A complexidade do tema e a variedade de abordagens e perspectivas contribuem para a presença de diferentes tipos de raciocínios falaciosos nas análises sobre o armamento civil. Assim, a compreensão aprofundada dessas falácias demandaria uma investigação detalhada e específica, considerando as nuances inerentes ao debate sobre o tema.

Nos últimos anos, surgiram teorias de conspiração que propõem que o desarmamento da população faz parte de um suposto plano para controlar a sociedade e restringir a liberdade individual. Essas teorias costumam alegar que as forças governamentais ou o estabelecimento utilizam o desarmamento como estratégia para tornar a população mais vulnerável e submissa ao poder governamental.

O livro "O Manual das Teorias da Conspiração" de Lewandowsky e Cook (2020) explora a psicologia por trás dessas teorias e suas implicações sociais. A obra argumenta que as teorias conspiratórias são atrativas para algumas pessoas por oferecerem explicações

simplificadas para eventos complexos e proporcionarem uma sensação de controle e compreensão aos seus adeptos. Além disso, destaca como essas teorias são disseminadas através de redes sociais, sites de notícias alternativas e influenciadores da mídia, sendo amplificadas pelos algoritmos de recomendação online.

As redes sociais desempenham um papel crucial na ampliação do alcance dessas teorias, permitindo um compartilhamento rápido de informações e ideias com um amplo público. Elas também possibilitam a conexão entre pessoas que compartilham crenças semelhantes, intensificando a visibilidade dessas teorias. Em alguns casos, as redes sociais são utilizadas para criar comunidades virtuais dedicadas à discussão e o fomento de teorias conspiratórias específicas, o que pode resultar em polarização e no aumento do engajamento em torno dessas ideias, amplificado pelos algoritmos de sugestão de conteúdo e outros meios de personalização online.

Os autores argumentam que a psicologia oferece uma perspectiva interessante sobre teorias conspiratórias, sugerindo que elas frequentemente surgem como uma forma de lidar com situações incertas ou ameaçadoras. Oferecem uma explicação coerente para eventos complexos, aliviando ansiedades e incertezas. A crença em teorias conspiratórias é influenciada por fatores como personalidade, nível de ansiedade, sensibilidade à conspiração e acesso à informação.

No contexto do debate sobre o armamento civil no Brasil, as teorias da conspiração não contribuem para uma discussão eficaz de políticas públicas. Segundo Lewandowsky e Cook (2020), tais teorias são crenças infundadas que atribuem ações secretas a grupos poderosos e influentes. No caso do armamento civil, essas teorias afirmam que sua restrição visa facilitar a supressão da população pelos governantes, preparando um cenário político específico. Desprovidas de base empírica, essas teorias são prejudiciais ao entendimento do debate, que deve ser fundamentado em evidências científicas e análise crítica dos dados disponíveis.

## 3 CAPÍTULO II - A CONCEPÇÃO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO

No Brasil, as armas de fogo não eram restritas quanto ao seu uso. A segurança pública não era a prioridade nas primeiras legislações sobre armas, como apontado pelo Decreto n.º 24.602 de 6 de julho de 1934 do Governo Getúlio Vargas (BRASIL, 1934). Esse foi um decreto presidencial brasileiro que regulamentava a fabricação, o comércio e o uso de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas no Brasil.

O decreto foi assinado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, em meio a um contexto de aumento da violência no Brasil e foi inspirado na legislação de outros países, como os Estados Unidos e o Reino Unido. O texto proibiu a instalação, no país, de fábricas civis destinadas à fabricação de armas e munições de guerra e também exigiu que as fábricas de armas e munições fossem licenciadas pelo Ministério da Guerra.

Além disso, estabeleceu regras para o comércio de armas e munições exigindo que todas as armas e munições fossem registradas no Ministério da Guerra e proibindo a venda de armas e munições para menores de 21 anos e para pessoas com antecedentes criminais. O decreto também estabeleceu regras para o uso de armas e munições e proibiu seu uso para fins de violência ou intimidação.

Legislações como essa e posteriores que as modificaram até a década de 90 visavam principalmente fortalecer a indústria armamentista e a segurança nacional, enquanto a segurança pública não era considerada de forma efetiva. Isso é ilustrado pelo Decreto n.º 55.649 de janeiro de 1965, o R105 – Regulamento para o Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério da Guerra.

O decreto aumentou a burocracia para a aquisição de armas, exigindo que os interessados passassem por uma série de exames e testes, além de pagar uma taxa. Também proibiu a fabricação e comercialização de armas de fogo de uso restrito, como submetralhadoras e fuzis. Este foi assinado pelo então presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, em um contexto de escalada da violência no Brasil e foi criticado por setores da direita, que o consideravam uma violação do direito à legítima defesa.

Em um passado recente, as grandes indústrias de armamento eram vistas como importantes geradoras de emprego em um regime democrático. Acreditava-se que o armamento da população garantiria segurança, mas com o tempo, o armamentismo tornou-se

uma questão controversa, sucedido por proibições na fabricação de armas e campanhas de desarmamento.

Segundo Melo (2013), o desarmamento como política de segurança e solução para a criminalidade teve seu início em 1995, com a regulação do porte e da posse de armas, sua comercialização, produção e controle das fronteiras. Em 1997, o porte de armas passou a ser considerado crime, a importância desta política aumentou com a Lei n.º 9.437 de 20 de fevereiro de 1997 (BRASIL, 1997), assinada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Esta instituiu o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabeleceu condições para o registro e para o porte de arma de fogo, definiu crimes e deu outras providências. A restrição do acesso às armas passou a ser relacionada com o crescimento do número de homicídios.

Os movimentos desarmamentistas ganharam impulso, com ONGs promovendo eventos e atos públicos que atraíram atenção popular e midiática. A divulgação dos elevados índices de mortes por armas de fogo e sua relação com a violência em diversos contextos, juntamente com a facilidade de aquisição de armas, intensificou essa abordagem. Em julho de 2003, uma manifestação denominada “marcha silenciosa” ocorreu em frente ao Congresso Nacional, utilizando sapatos de vítimas de armas de fogo, suscitando interesse nacional e influenciando políticos e cidadãos a apoiarem uma legislação de desarmamento (SOU DA PAZ, 2009).

Dessa forma, em 2003, ocorreu a primeira alteração legal em relação ao desarmamento. Havia uma comissão mista de Senadores e Deputados Federais criada para analisar todos os projetos que apresentaram alguma relação com o assunto, e com base nisso eles reescreveram a lei comum que se tornou conhecida como Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), sancionado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

### 3.1 Estatuto do Desarmamento

Aprovada em 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 10.826, conhecida como Estatuto do Desarmamento, regula os pormenores do registro, posse, porte e comércio de armas de fogo e munição em todo o território nacional, instituindo concomitantemente o Sistema Nacional de Armas (SINARM). Essa legislação sucedeu a Lei 9.437/97, que também dispunha sobre o registro e porte de armas de fogo e estabelecia o SINARM para supervisionar sua circulação.

O Estatuto do Desarmamento estipulou critérios mais rigorosos para a posse de armas de fogo, exigindo requisitos como idade mínima de 25 anos, ocupação lícita, residência fixa, ausência de antecedentes criminais, aptidão técnica e psicológica, além do pagamento de uma taxa. Além disso, proibiu expressamente o porte de armas em estado de embriaguez ou sob o efeito de substâncias entorpecentes e delimitou de maneira clara os crimes associados ao uso de armas de fogo.

Desde sua implementação, o Estatuto tem sido alvo de críticas de grupos a favor de maior rigor e de grupos contra sua existência. A eficácia do Estatuto tem sido questionada e tem havido debates frequentes sobre sua atualização para atender a diferentes interesses no Congresso Nacional, no âmbito jurídico e no poder executivo. No entanto, os parágrafos seguintes, do mesmo dispositivo legal, subordinaram sua entrada em força para realizar um referendo popular:

> Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei. § 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005. § 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2003).

No referendo de 2005, realizado no Brasil em 23 de outubro, os eleitores foram consultados sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no país. A proposta de proibição foi rejeitada por 63,94% dos votos, enquanto 36,06% votaram pelo "sim". O referendo de 2005 foi o primeiro a ser realizado no Brasil sobre o tema da segurança pública. O resultado foi interpretado como um sinal de que a população brasileira estava preocupada com a violência no país, mas também era favorável ao direito à legítima defesa.

Estudos realizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que o acesso irrestrito às armas de fogo tem sido um fator contribuinte para o aumento da violência em todo o mundo (ONU, 2006). Contudo, existem posições contrárias a essa proibição, como a defesa do direito à propriedade e à autodefesa (ANISTIA INTERNACIONAL, 2006).

Segundo Santos (2006), apesar da forte relação entre a disponibilidade de armas de fogo e a taxa de homicídios, é preciso considerar outros fatores, como a falta de segurança pública e a baixa qualidade da justiça, que também contribuem para essa taxa. Portanto, a questão da proibição do comércio de armas e munição é complexa e requer uma análise cuidadosa dos benefícios e malefícios desse tipo de medida. O resultado do Referendo de

2005, apontando a maioria dos votos favoráveis à comercialização de armas, sugere a necessidade de se considerar tanto a proteção à segurança pública quanto o direito à propriedade e à autodefesa.

O Estatuto do Desarmamento representa uma significativa evolução legislativa ao regulamentar a aquisição e o porte de armas pela população civil, visando reduzir os assassinatos por motivos triviais. Segundo o texto, apenas os membros das forças armadas, bem como os agentes descritos no Artigo 144 da Constituição Federal (policiais federais, rodoviários e ferroviários federais, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares), têm autorização expressa para portar armas.

Estes sujeitos possuem essa prerrogativa devido ao desempenho de suas funções relacionadas à segurança pública e à manutenção da paz social. Além disso, também estão incluídos nesta lista os agentes e guardas prisionais, agentes de inteligência ou aqueles que desempenham atividades relacionadas à segurança pública, assim como os agentes a serviço da segurança privada, desde que em serviço (BRASIL, 1988).

O Estatuto do Desarmamento, regulamentando a aquisição e o porte de armas pela população civil, estabelece critérios rigorosos para a aquisição de armas de fogo pelo cidadão comum, conforme especificado no Artigo 4º (BRASIL, 1988). A obtenção de armas por parte do cidadão é permitida apenas em situações excepcionais, nas quais é necessário comprovar uma necessidade efetiva, atendendo a requisitos como idoneidade, apresentação de certidões criminais, ocupação lícita e residência fixa, além da comprovação de habilidade técnica e aptidão psicológica para o manuseio adequado.

No entanto, apesar das medidas de controle estabelecidas pelo Estatuto, o verdadeiro desafio reside na atuação de organizações criminosas que se dedicam à comercialização ilegal de armas. Essas organizações disponibilizam armas de grosso calibre e restritas às Forças Armadas e Forças Policiais, fornecendo os meios necessários para a execução de ações criminosas por parte de outras organizações.

Quanto às punições previstas no Estatuto do Desarmamento, ele estabelece sanções para quem descumpre suas disposições, incluindo detenção e multas. No entanto, é importante ressaltar que, apesar das penalidades estipuladas, a eficácia da legislação muitas vezes esbarra em desafios de fiscalização e controle, especialmente diante da complexidade do cenário relacionado ao tráfico ilegal de armas.

Além disso, é notável a escassez de estudos aprofundados sobre os impactos do Estatuto do Desarmamento no crescente número de prisões no Brasil. O boom carcerário brasileiro é uma realidade complexa e multifacetada, influenciada por diversos fatores, e a análise específica do impacto do Estatuto do Desarmamento nesse contexto ainda carece de uma abordagem mais aprofundada e sistemática. A compreensão dessa relação poderia contribuir para uma discussão mais embasada sobre políticas de segurança pública e legislação relacionada ao controle de armas no país.

### 3.2 O processo de argumentação e votação do Estatuto do Desarmamento

A expressiva parte dos trabalhos sobre discursos em relação ao armamento civil no Brasil concentrou-se na campanha do referendo de 2005 (ESTEVES, 2007). Naquela oportunidade, os brasileiros foram convidados a votar sobre alguns dispositivos presentes na legislação aprovada dois anos antes no Congresso Nacional. Embora apenas abordasse um dos aspectos aprovados na lei, a proibição da venda de armas e munições no país, o referendo tornou-se muito importante na agenda pública brasileira em 2005.

Apesar da polêmica presente nos discursos sobre o Estatuto do Desarmamento, houve relativo consenso nas votações para a sua aprovação. A maioria dos principais partidos nas duas casas legislativas apoiou o projeto, tanto da base governista quanto da oposição, durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, quando a tramitação começou, e durante o primeiro governo de Lula, quando o projeto foi aprovado (BANDEIRA, 2019).

Ainda de acordo com Bandeira (2019), durante as discussões sobre o desarmamento, era difícil identificar blocos políticos bem definidos. A mudança de legislatura durante o processo de tramitação (1999-2003) e a passagem pelas duas casas legislativas dificultou a formação de um bloco de parlamentares que defendesse de forma unificada uma posição conservadora. Geralmente, as lideranças dos partidos convergiam para a aprovação do texto, apesar de divergirem em aspectos específicos.

A indústria armamentista trabalhou para influenciar os parlamentares que estavam discutindo o texto. Organizou reuniões com deputados, forneceu-lhes informações e argumentos contra o Estatuto, e fez doações a campanhas eleitorais de parlamentares favoráveis à flexibilização das regras para a aquisição e o porte de armas.

Ainda assim, as opiniões contrárias à matéria foram minoritárias e vieram de parlamentares de diferentes legendas. No entanto, nas discussões sobre o desarmamento, começou a surgir o que seria conhecido como a bancada da bala, em especial na Câmara. Esse grupo era formado por deputados de diferentes partidos, e eles eram apoiados por representantes da indústria armamentista (BANDEIRA, 2019).

O grupo foi criticado por seus adversários, que os acusavam de ser lobistas da indústria armamentista. Os deputados negavam as acusações, e argumentavam que estavam apenas defendendo os direitos dos cidadãos à legítima defesa. A aprovação do Estatuto do Desarmamento foi uma vitória para os defensores do controle de armas. No entanto, o grupo de parlamentares, que futuramente viria ser conhecido como bancada da bala, e que defendia a flexibilização das regras para a aquisição e o porte de armas, continuou a se organizar e a pressionar o Congresso Nacional.

As opiniões dos políticos opostos ao desarmamento civil podem ser divididas em duas categorias: as menos frequentes e as mais comuns. Os argumentos menos frequentes incluem questões como a relevância da lei em comparação com uma lei anterior, a aplicabilidade da lei às particularidades brasileiras e a utilização de estatísticas e exemplos internacionais. O argumento econômico também é menos utilizado na oposição ao estatuto. Os argumentos mais frequentes são aqueles que aparecem com maior frequência nas discussões parlamentares e formam uma narrativa mais ampla sobre a sociedade e como os problemas devem ser resolvidos.

Estes argumentos remetem a valores considerados fundamentais pelos políticos opostos à lei, como a proteção da família e da propriedade, e a ideia de uma sociedade lutando contra o crime. Estas estratégias de argumentação podem ser usadas como ponto de partida para outras discussões, em particular na área da segurança pública.

Os argumentos dos parlamentares contrários ao desarmamento civil se concentram na divisão da sociedade entre cidadãos de bem e criminosos. Eles apontam para o impacto que a nova regulamentação teria sobre os cidadãos de bem e argumentam em defesa do direito de legítima defesa como uma forma de proteger sua família e propriedade. Embora raramente haja uma definição precisa do que é ser um cidadão de bem ou um criminoso, a argumentação é marcada pela lógica da guerra e revela uma posição político-filosófica favorável a um tipo específico de sujeito. Assim, os argumentos sobre a legítima defesa

dizem respeito aos fundamentos da sociedade que se deseja preservar. A seguir a argumentação do senador Pedro Piva (PSDB-SP):

> O Estado deve se organizar melhor para defender o patrimônio do cidadão comum. Por patrimônio entenda-se casa, fazenda, família ou seu pequeno negócio, para cuja vigilância esse cidadão comum não poderá jamais contratar uma empresa de segurança de grande porte, ficando inclusive à mercê de um *lobby* extraordinário dessas empresas (PIVA, ASCCCJCRE, 11/01/2000).

O argumento do falecido senador Pedro Piva era contrário ao porte de armas para o cidadão comum, mas defendia a posse como uma concessão do Estado a uma classe específica de pessoas com funções institucionais, como policiais e membros do Ministério Público. Ele argumentava que a proibição da autorização de porte permitiria distinguir criminosos de não criminosos. Questionava o que o Estado havia feito para dar segurança ao cidadão comum e acreditava que os criminosos ainda conseguiam armas com facilidade. Piva concordava que a proposta de realizar uma audiência pública sobre o tema era importante, mas acreditava que a violência não poderia ser resolvida por um decreto. Concordava com a sugestão de diferenciar porte e posse de armas, proibindo o porte e permitindo a posse em casos específicos.

Segundo a primeira hipótese, mesmo que o Estado funcionasse perfeitamente, não poderia proteger o espaço privado da vida de cada um, o que resultaria da própria separação do público do privado. Não é possível nem desejável imaginar que todo domicílio deva ser protegido por um agente público sob pena de anulação da privacidade. Segundo essa lógica, no espaço privado de sua vida, o sujeito deve dispor de todos os meios possíveis para se proteger de quaisquer ameaças a que possa estar exposto.

Este argumento tem, em alguns casos, mobilizado a legítima defesa como um direito natural que os sujeitos irão buscar e garantir a si mesmos, independentemente das regulamentações que o Estado venha a formular. A opinião sobre o Estatuto do Desarmamento era que ele deveria abranger três aspectos: produção e vendas, posse e porte de armas. Entretanto, apenas a restrição sobre o porte foi amplamente aceita pelo parlamento, enquanto as restrições à produção e posse foram altamente controversas:

> O PLS nº 292, de 1999, de autoria do Senador Gerson Camata, tramitava em conjunto com os PLS nºs. 386 e 614, de 1999, de autoria, respectivamente, dos Senadores Djalma Falcão e José Roberto Arruda. Esses projetos tinham a intenção de vedar ou restringir o fabrico, a venda, o depósito, o trânsito e o porte de armas de fogo. Todavia, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi obtido consenso com o Substitutivo do Senador Pedro Piva ao PLS nº 292, o qual propôs a proibição do porte e a manutenção do direito à posse, adicionando, para esta, os mesmos requisitos hoje exigidos para a obtenção do porte. (BORGES, ACRE, 29/05/2001).

Por fim, é importante ressaltar que, embora as posições dos parlamentares sejam tornadas públicas por meio de suas falas durante as deliberações, muitos acordos que influenciaram o andamento da tramitação e o conteúdo do texto final foram firmados em reuniões fechadas entre lideranças de partidos e diretorias das duas casas, sem registro público. Essa falta de transparência na tomada de decisão revela o funcionamento real da representação política, onde as deliberações públicas muitas vezes constituem apenas uma formalização de decisões já tomadas. Essa característica é descrita por Nobre (2013) como parte da cultura política do "pemedebismo", predominante no Brasil, que concede aos blocos temáticos o poder de vetar agendas públicas antes que sejam discutidas.

Os parlamentares contrários ao Estatuto do Desarmamento conseguiram preservar a posse de armas em domicílio, mas não tinham força suficiente para vetar o conjunto da medida, ainda mais em relação ao porte. No comércio de armas, suas objeções resultaram em um impasse que levou ao referendo de 2005. Ainda assim, diversos obstáculos foram apresentados pelos críticos do desarmamento ao longo das discussões (BANDEIRA, 2019).

No contexto das questões apresentadas, as ideias de Foucault sobre a retórica e o poder do conhecimento oferecem uma base teórica vital para analisar as dinâmicas discursivas e os conflitos políticos envolvidos ao examinar como o poder se manifesta nas práticas discursivas e no conhecimento produzido.

Ao observar o debate em torno do Estatuto do Desarmamento e as divergentes visões sobre o armamento civil no Brasil, torna-se evidente que o poder não está apenas vinculado a estruturas institucionais formais, mas também está intrinsecamente ligado à construção e disseminação do conhecimento. Foucault argumentava que o conhecimento não é neutro, mas sim um dispositivo de poder que molda e influencia as relações sociais e políticas.

No caso específico do armamento civil, as estratégias retóricas utilizadas pelos parlamentares refletem a busca por consenso político e a disputa pelo controle da narrativa e pela legitimação de determinados discursos. A criação da chamada "bancada da bala" exemplifica como grupos de interesse podem articular discursos em defesa de suas agendas, influenciando a opinião pública e, por conseguinte, as decisões políticas.

Foucault introduziu a noção de "dispositivo de poder-saber", destacando como as instituições e os discursos se entrelaçam para consolidar formas específicas de poder. No contexto do armamento civil, as estratégias discursivas adotadas por parlamentares contrários ao desarmamento revelam um esforço para preservar certas concepções de segurança, propriedade e legítima defesa.

Além disso, Foucault explorou a ideia de que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, moldando normas sociais e construindo subjetividades. A distinção entre cidadãos "de bem" e criminosos, destacada pelos opositores do Estatuto do Desarmamento, ilustra como os discursos sobre segurança pública são fundamentais para a definição de identidades sociais e para a criação de um consenso em torno de práticas específicas de controle.

Em última análise, a análise à luz das ideias de Foucault oferece uma perspectiva crítica sobre como as relações de poder permeiam os debates sobre o armamento civil, evidenciando que as disputas políticas não estão apenas ligadas à formulação de leis, mas também à construção e imposição de determinados discursos e saberes que moldam a percepção coletiva sobre segurança e cidadania.

### 3.3 Uso de dados na retórica sobre o Estatuto do Desarmamento

O uso de dados é uma prática comum em debates políticos e é prevalente no caso do Estatuto do Desarmamento. Alguns grupos de interesse recorrem à seleção cuidadosa ou à distorção de dados para respaldar suas posições e influenciar a opinião pública. É crucial ter em mente que a utilização irresponsável dessas informações pode ser altamente perigosa, gerando uma percepção distorcida da realidade.

A utilização de dados sobre o Estatuto do Desarmamento é observada em ambos os lados do debate. Defensores argumentam que o estatuto é responsável pela redução da violência armada no Brasil, enquanto outros sustentam que ele não tem um efeito significativo na criminalidade. Entretanto, é importante destacar que nem todos os dados apresentados por esses grupos podem ser confiáveis ou precisos.

Ao explorar a utilização de dados no contexto do Estatuto do Desarmamento, percebemos que a maneira como as informações são interpretadas e apresentadas pode moldar significativamente a percepção pública sobre a eficácia da legislação. Grupos de interesse muitas vezes destacam seletivamente estatísticas que respaldam suas posições, criando narrativas que podem ser tanto convincentes quanto enganosas.

O impacto do uso seletivo de dados transcende a esfera do debate público e alcança as políticas públicas. Decisões baseadas em informações distorcidas podem resultar em abordagens inadequadas para questões complexas, como a segurança pública e o controle de

armas. Portanto, é essencial promover a transparência na apresentação e interpretação de dados, permitindo um diálogo mais informado e embasado sobre o Estatuto do Desarmamento e seus desdobramentos.

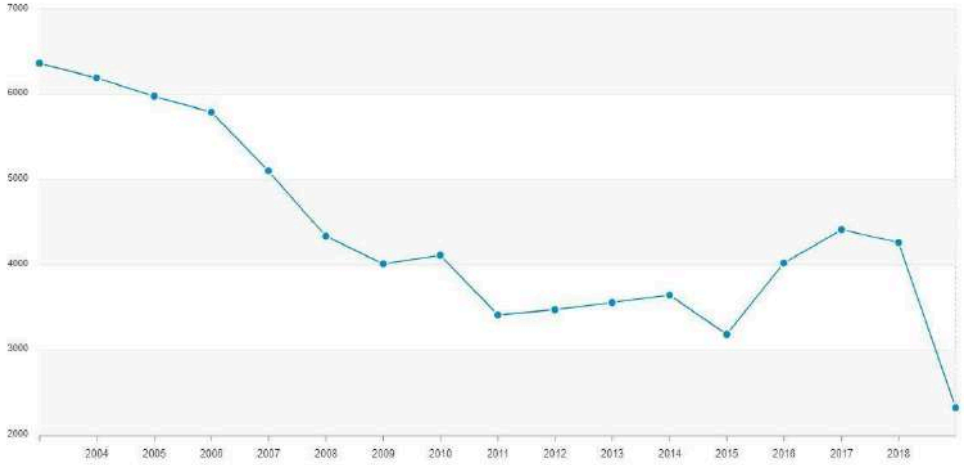
Por exemplo, certos grupos contrários ao desarmamento recorrem a dados antigos ou incompletos para respaldar suas alegações de que o estatuto não é eficaz. Por outro lado, defensores do estatuto muitas vezes utilizam estatísticas selecionadas para sugerir que a legislação é responsável por uma redução significativa da violência armada.

De acordo com a pesquisa conduzida pelo Instituto Igarapé em 2018, é crucial considerar todos os dados relevantes ao avaliar a eficácia do estatuto. Isso inclui a análise da evolução da criminalidade antes e depois de sua implementação, bem como as alterações nas políticas de segurança pública e na economia do país. Além disso, é imperativo levar em conta as limitações inerentes à coleta e análise de dados, e reconhecer a necessidade de estabelecer comparações justas entre diferentes fontes de informação.

Em síntese, a manipulação de dados relacionados ao Estatuto do Desarmamento é uma prática perigosa que pode distorcer a percepção da realidade. Conscientes desses riscos, é essencial abordar criticamente e com cautela todos os dados pertinentes antes de formar uma opinião sobre a eficácia do estatuto. Este processo de avaliação mais rigoroso contribui para um entendimento mais preciso e informado das implicações dessa legislação complexa.

O Gráfico 1 exibe os óbitos por arma de fogo no Rio de Janeiro entre 2003 e 2019 e costuma ser utilizado para respaldar argumentos favoráveis ao Estatuto do Desarmamento, relacionando a redução desses números à implementação da lei em 2003.

**Gráfico 1.** Óbitos por arma de fogo no Estado do Rio de Janeiro (2003 a 2019)




Fonte: IPEA, 2022.

Ao discutir a diminuição dos óbitos por arma de fogo no Rio de Janeiro, é imprescindível abordar não apenas o Estatuto do Desarmamento, mas também examinar as políticas de segurança pública implementadas no estado. A redução desses números não pode ser dissociada das estratégias adotadas para enfrentar o cenário complexo de violência armada.

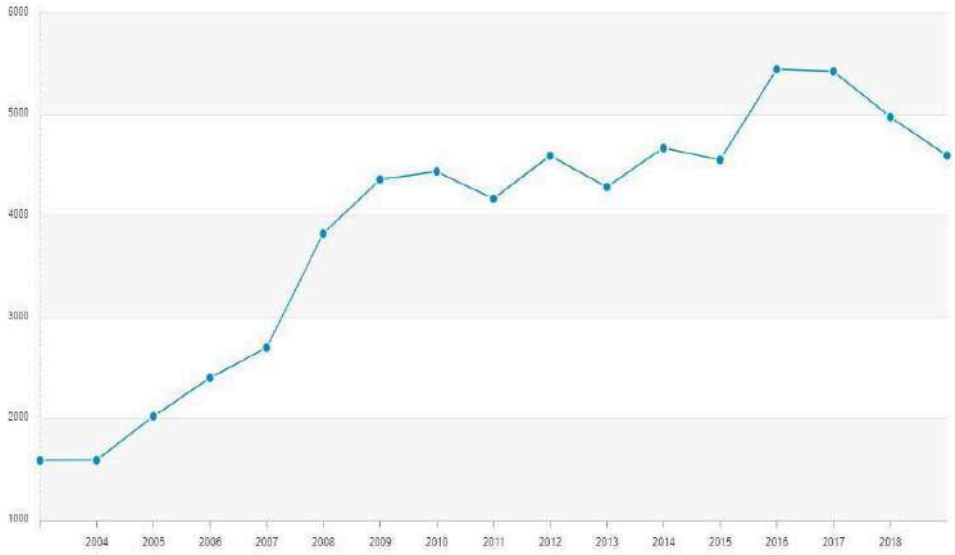
Diversos fatores contribuíram para esse contexto, entre eles as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o programa Segurança Presente e a crise fiscal enfrentada pelo estado. As UPPs, por exemplo, foram introduzidas como uma iniciativa para pacificar áreas dominadas pelo tráfico de drogas, estabelecendo uma presença policial mais constante em comunidades vulneráveis. Avaliar como essas unidades influenciaram a redução dos óbitos por arma de fogo é crucial para compreender a interseção entre políticas de segurança e o impacto do Estatuto do Desarmamento.

O programa Segurança Presente, que visa aumentar a presença policial em regiões estratégicas, também desempenha um papel significativo. Sua implementação pode ter contribuído para a diminuição dos índices de violência armada, e analisar essa correlação é fundamental para uma análise abrangente. Além disso, a crise fiscal enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro não pode ser negligenciada. As limitações orçamentárias podem afetar diretamente a capacidade do governo em investir em recursos essenciais para a segurança pública, como treinamento policial, equipamentos e tecnologias de combate ao crime.

Dessa forma, ao abordar a redução dos óbitos por arma de fogo no Rio de Janeiro, é crucial contextualizar essa mudança dentro das complexidades das políticas de segurança pública adotadas, considerando iniciativas específicas, programas preventivos e as condições econômicas que moldam o ambiente de enfrentamento à violência armada no estado.

A análise também torna-se mais complexa ao observarmos o Gráfico 2, que aponta um aumento nos óbitos por arma de fogo na Bahia durante o mesmo período. Nesse cenário, alguns sustentam que o Estatuto não assegura a segurança, apontando para a presença de armas ilegais nas mãos de criminosos como responsável pelo aumento de mortes. Essa visão, embora simplista, deixa de considerar as circunstâncias específicas desses óbitos, como envolvimento com o crime organizado, crimes passionais, suicídios ou ação policial.

**Gráfico 2.** Óbitos por arma de fogo no Estado da Bahia (2003 a 2019)




Fonte: IPEA – Bahia, 2022.

Quando se discute o impacto do estatuto, fica evidente a necessidade de uma análise mais aprofundada, principalmente ao considerar a região nordeste e, mais especificamente, o estado da Bahia. A heterogeneidade nas implementações das políticas relacionadas ao estatuto torna-se um ponto crucial para entender como suas medidas foram recebidas e aplicadas pelos estados.

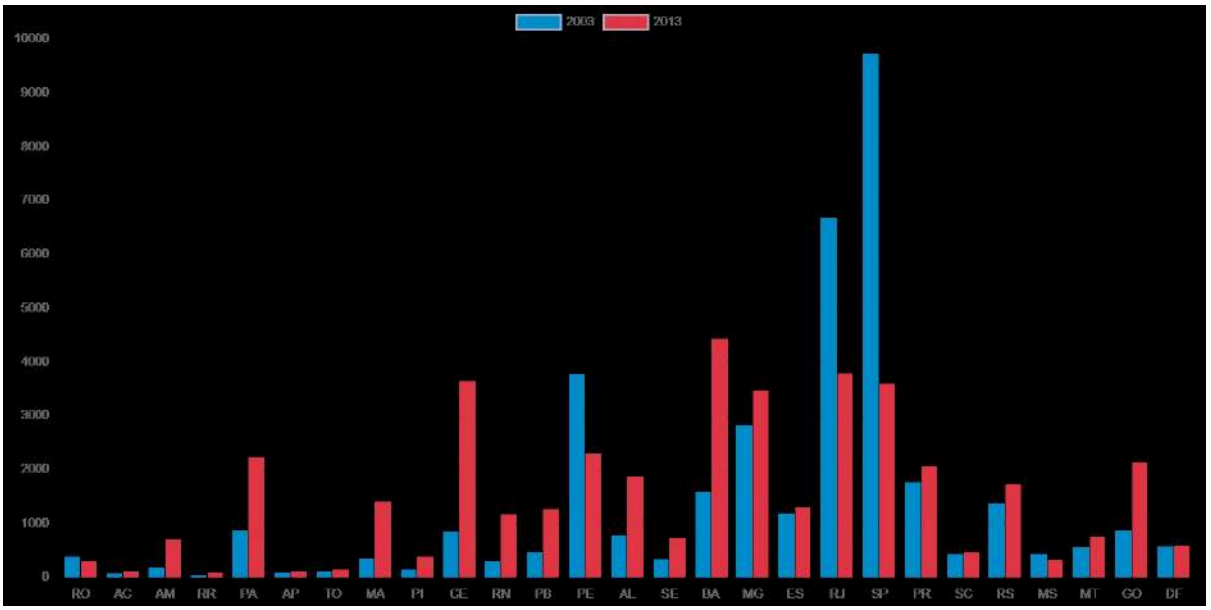
No contexto do nordeste brasileiro, cada estado possui suas particularidades sociodemográficas, econômicas e culturais, o que pode influenciar diretamente os resultados da implementação do Estatuto do Desarmamento. Portanto, um estudo mais aprofundado sobre a região nordeste permitiria uma compreensão mais completa das nuances locais e das variáveis que impactam os índices de violência armada.

Ao se concentrar especificamente na Bahia, é fundamental examinar como as políticas estaduais de segurança pública e a receptividade da população ao Estatuto influenciaram os resultados observados. Diferenças nos índices de criminalidade, estratégias de combate ao tráfico de armas e particularidades culturais devem ser consideradas para uma análise mais precisa.

Ademais, é crucial reconhecer que os estados brasileiros implementaram o Estatuto do Desarmamento de maneiras diversas. Algumas regiões podem ter adotado medidas mais rigorosas, enquanto outras podem ter enfrentado desafios específicos na implementação e fiscalização das leis. Compreender essas disparidades é fundamental para avaliar o impacto real do estatuto em diferentes contextos regionais.

Para uma análise mais ampla, o Gráfico 3 apresenta a taxa de óbitos por armas de fogo no Brasil nos dez anos após a implementação do Estatuto, considerando variáveis quantitativas por estado, ano e número de óbitos. A perspectiva geral do gráfico oferece percepções sobre como o controle de armas proporcionado pelo Estatuto pode ter sido associado a variações nos índices de óbitos em determinados estados, como Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, que experimentaram reduções de 44%, 64% e 39%, respectivamente. Entretanto, estados como Amazonas, Pará e Maranhão apresentaram aumentos significativos de 306%, 156% e 298%.

**Gráfico 3.** Taxa de óbitos por armas de fogo - Brasil




Fonte: IPEA, 2022.

**Gráfico 3.** Taxa de óbitos por armas de fogo - Brasil

| UF | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RO | 381 | 334 | 367 | 383 | 321 | 286 | 353 | 351 | 286 | 338 | 300 |
| AC | 57 | 49 | 36 | 50 | 51 | 40 | 61 | 63 | 50 | 85 | 95 |
| AM | 171 | 227 | 264 | 379 | 415 | 446 | 572 | 635 | 879 | 855 | 695 |
| RR | 41 | 31 | 28 | 38 | 28 | 29 | 27 | 29 | 25 | 32 | 70 |
| PA | 871 | 969 | 1.195 | 1.295 | 1.385 | 1.929 | 2.038 | 2.502 | 2.077 | 2.138 | 2.229 |
| AP | 70 | 74 | 55 | 75 | 60 | 65 | 69 | 103 | 80 | 117 | 104 |
| TO | 98 | 100 | 78 | 85 | 88 | 98 | 128 | 131 | 158 | 178 | 146 |
| MA | 351 | 355 | 489 | 479 | 602 | 698 | 785 | 827 | 944 | 1.152 | 1.397 |
| PI | 143 | 131 | 151 | 192 | 184 | 159 | 184 | 207 | 251 | 311 | 365 |
| CE | 846 | 916 | 1.012 | 1.060 | 1.224 | 1.332 | 1.511 | 2.057 | 2.063 | 3.135 | 3.655 |
| RN | 289 | 237 | 268 | 306 | 438 | 536 | 620 | 611 | 788 | 856 | 1.149 |
| PB | 459 | 472 | 543 | 628 | 656 | 750 | 1.019 | 1.208 | 1.379 | 1.224 | 1.258 |
| PE | 3.766 | 3.344 | 3.509 | 3.592 | 3.706 | 3.449 | 3.117 | 2.649 | 2.541 | 2.475 | 2.299 |
| AL | 774 | 754 | 909 | 1.308 | 1.552 | 1.596 | 1.560 | 1.721 | 1.913 | 1.737 | 1.860 |
| SE | 339 | 301 | 318 | 403 | 348 | 368 | 451 | 452 | 523 | 648 | 732 |
| BA | 1.588 | 1.590 | 2.022 | 2.402 | 2.700 | 3.828 | 4.361 | 4.439 | 4.170 | 4.594 | 4.287 |
| MG | 2.815 | 3.255 | 3.099 | 3.075 | 2.983 | 2.755 | 2.603 | 2.456 | 3.000 | 3.228 | 3.468 |
| ES | 1.179 | 1.188 | 1.189 | 1.294 | 1.363 | 1.495 | 1.548 | 1.359 | 1.352 | 1.335 | 1.290 |
| RJ | 6.365 | 6.193 | 5.978 | 5.790 | 5.102 | 4.336 | 4.009 | 4.111 | 3.411 | 3.472 | 3.555 |
| SP | 9.570 | 7.611 | 5.796 | 5.761 | 4.150 | 3.891 | 3.851 | 3.469 | 3.262 | 3.848 | 3.440 |
| PR | 1.748 | 1.912 | 2.027 | 2.229 | 2.285 | 2.540 | 2.673 | 2.630 | 2.365 | 2.433 | 2.025 |
| SC | 414 | 377 | 392 | 386 | 377 | 505 | 511 | 483 | 483 | 491 | 442 |
| RS | 1.365 | 1.432 | 1.473 | 1.425 | 1.661 | 1.801 | 1.645 | 1.496 | 1.531 | 1.737 | 1.714 |
| MS | 430 | 387 | 345 | 370 | 401 | 392 | 429 | 344 | 368 | 337 | 318 |
| MT | 555 | 454 | 487 | 497 | 542 | 572 | 573 | 566 | 602 | 641 | 745 |
| GO | 868 | 988 | 937 | 984 | 1.009 | 1.201 | 1.260 | 1.317 | 1.579 | 1.955 | 2.138 |
| DF | 562 | 506 | 452 | 435 | 516 | 579 | 666 | 576 | 657 | 725 | 593 |

Fonte: IPEA, 2022.

A análise desses números em nível nacional revela um aumento global de 12% no número de óbitos por arma de fogo entre 2003 e 2013. Essa variação pode ser atribuída a diversos fatores, como a falta de controle eficaz sobre a circulação de armas, aumento de ações armadas pelo crime organizado ou forças de segurança, crescimento de crimes comuns no cotidiano, acidentes, suicídios, entre outros. No entanto, não é incomum que a análise desses dados seja conduzida de maneira seletiva, omitindo informações que poderiam levar a conclusões distintas.

Um exemplo de omissão de dados está relacionado à argumentação do senador Wilder Morais contra o Estatuto do Desarmamento, ao destacar o aumento nos homicídios e vítimas por armas de fogo entre 2011 e 2015: “Desde o Estatuto do Desarmamento, há dez

anos, o número de homicídios e vítimas por armas de fogo só aumentou. Entre 2011 e 2015 foram 279 mil vítimas.” O senador omite o contexto de que o Estatuto foi implementado em 2003, induzindo a uma interpretação equivocada sobre sua eficácia.

Tentativas de desviar o foco de um fator para outro que pode ou não estar relacionado ao primeiro são várias. Bandeira (2019) traz que a Conferência da ONU sobre Tráfico Ilícito de Armas teve uma reviravolta quando o presidente Bush assumiu o poder nos Estados Unidos. Sendo um membro da NRA (Associação Nacional de Rifles), Bush trouxe o conceito de “armas do bem e armas do mal”, como fez na política internacional, ao dividir os países em “nações do bem e eixo do mal”, desestabilizando o Oriente Médio e iniciando várias guerras catastróficas e intermináveis.

Nesse caso então, “as armas dos cidadãos de bem são do bem, e não têm por que serem fiscalizadas, uma vez que são as armas do mal, ilegais, que cometem crimes”. Isso resultou na suspensão da já baixa fiscalização do comércio legal de armas, abrindo mais brechas para o contrabando. Tal afirmação coloca então a necessidade de se lidar apenas com as armas ilegais, já que os cidadãos bem educados e racionais possuiriam responsabilidade ao possuir e portar suas armas legalizadas.

Esse discurso simplista, que divide as armas entre "do bem" e "do mal", ignora que armas legalizadas podem ser desviadas para mãos irresponsáveis, comprometendo a segurança pública. A visão dualista perpetua a ideia de que crimes são exclusivamente cometidos com armas ilegais, dificultando o combate efetivo ao comércio ilícito.

A declaração, no entanto, não considera que mesmo as armas legalizadas podem ser desviadas para mãos menos responsáveis, ou que cidadãos responsáveis nem sempre têm intenções benéficas ao usá-las. A linha divisória entre um mercado e outro reside na fiscalização eficiente. Difundir a ideia de que os crimes são exclusivamente perpetrados com armas ilegais distorce a realidade e mina a credibilidade das pesquisas que apontam em direção oposta.

Portanto, uma análise aprofundada dos dados sobre óbitos por armas de fogo no Brasil requer uma abordagem mais abrangente, considerando além da implementação do Estatuto, as políticas de segurança pública, variações regionais e circunstâncias específicas de cada óbito. A transparência na apresentação de dados e a análise crítica são fundamentais para um entendimento mais preciso e informado sobre os impactos do Estatuto do Desarmamento no contexto brasileiro.

### 3.3.1 Embasamento de Projetos de Lei e Políticas de Segurança Pública

Quando pensamos no papel dos dados sobre violência armada na criação de leis e políticas de segurança pública, é inegavelmente um aspecto crucial. Esses dados fornecem uma base factual para justificar mudanças legislativas. No entanto, precisamos estar cientes de como esses dados são interpretados e apresentados, pois isso pode influenciar a objetividade do debate, levando a argumentos falaciosos, seja de maneira consciente ou inconsciente, para favorecer determinadas perspectivas.

Em discussões sobre controle de armas, é comum ver uma inclinação para destacar números que sustentem o ponto de vista de quem está apresentando a informação, muitas vezes deixando de lado nuances importantes. Por exemplo, ao focar apenas em aumentos percentuais nos índices de violência armada, sem contextualizar esses dados com fatores socioeconômicos, demográficos e culturais, o debate pode perder a profundidade e se tornar excessivamente simplificado. Isso inclui deixar de fora informações sobre áreas onde políticas mais restritivas de controle de armas não tiveram o impacto desejado, ou não reconhecer melhorias significativas em locais com abordagens mais flexíveis.

Além disso, a ênfase exclusiva na quantidade de incidentes, sem considerar a qualidade ou a gravidade dos casos, pode distorcer a percepção pública. Um aumento nos registros de incidentes pode ser devido a uma melhor notificação e conscientização, mas não necessariamente indica que a violência armada está aumentando.

A contextualização adequada dos dados é essencial para uma compreensão abrangente da relação entre armamento civil e violência em uma região ou país. Aspectos como cultura, histórico social, educação, desigualdade econômica e eficácia das instituições de segurança pública precisam ser considerados para uma análise mais profunda e equilibrada.

Por exemplo, em países onde a posse de armas é legal e culturalmente aceita, como nos Estados Unidos, defensores do armamento civil apontam para a tradição de autodefesa e a importância da Segunda Emenda da Constituição. No entanto, os oponentes destacam as altas taxas de homicídios por armas de fogo em comparação com nações com regulamentação mais rígida.

Outro exemplo é a tradição suíça de manter armas em casa, ligada ao serviço militar obrigatório, esta destaca-se como um modelo de convivência pacífica com armamentos. Contudo, a validade desse exemplo para outros contextos deve considerar as diferenças culturais e históricas. Dados suíços revelam uma correlação entre a posse de armas e

estabilidade, mas a ênfase na responsabilidade cívica e a tradição de autodefesa nacional são fatores cruciais que não podem ser negligenciados ao se extrair lições desse modelo.

Em contraste, países com legislação restritiva, como o Japão, são citados como exemplos de baixas taxas de homicídios relacionados a armas de fogo. Porém, críticos argumentam que o contexto cultural e social do Japão é bem distinto de lugares com tradições armamentistas mais enraizadas. As leis de controle de armas são extremamente rigorosas, apenas caçadores, atiradores esportivos e colecionadores podem possuir armas de fogo e os candidatos a proprietários de armas devem passar por um rigoroso processo de verificação de antecedentes, incluindo exame psicológico e exame de habilidade.

Segundo artigo publicado pela UOL News em 2022, as leis de controle de armas japonesas são creditadas com a baixa taxa de homicídios relacionados a armas de fogo no país e a maioria dos cidadãos passa a vida inteira sem manusear ou mesmo ver uma arma de fogo. De acordo com a Agência de Polícia Nacional do Japão, em 2021, o país registrou apenas 10 incidentes por arma de fogo. Apesar das leis restritivas, o Japão ainda tem uma pequena população de proprietários de armas.

A relação do Japão com o armamento civil é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a história do país, a cultura e a sociedade. As leis de controle de armas japonesas são provavelmente eficazes na redução da violência armada, mas elas também podem ser consideradas um reflexo da cultura de paz do país.

Para um debate mais construtivo e informado, é essencial ir além dos números brutos, considerando a qualidade dos dados, a metodologia de coleta e as variáveis que podem influenciar as estatísticas. Isso demanda uma abordagem mais holística, levando em conta as complexidades do fenômeno da violência armada. A transparência na apresentação dos dados e uma análise crítica são fundamentais para evitar debates falaciosos e garantir que as políticas de segurança pública sejam embasadas em uma compreensão completa da situação.

### 3.4 A atual situação do Estatuto do Desarmamento no Brasil

O Estatuto do Desarmamento, aprovado em 2003 no Brasil, é uma legislação que restringe a posse de armas de fogo por parte da população. Desde a sua aprovação, o estatuto vem sendo alvo de debates e críticas por parte de diversos setores da sociedade, ainda mais daqueles que defendem a liberdade de porte de armas.

Na atualidade, o estatuto enfrenta questionamentos sobre sua efetividade na redução da violência armada no país e a necessidade de ajustes em suas regras. Alguns argumentam que a restrição à posse de armas prejudica a segurança da população, enquanto outros acreditam que o estatuto é uma medida importante para evitar o aumento da criminalidade.

Apesar dos debates, o Estatuto do Desarmamento ainda é uma legislação em vigor no Brasil e sua revisão ou alteração depende de uma decisão política dos órgãos competentes. Além disso, é importante destacar a necessidade de uma discussão ampla e plural sobre a questão da segurança pública no país, abrangendo a questão da posse de armas e outros aspectos relacionados à prevenção e combate à criminalidade.

Desde a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, houve uma mudança significativa na política de desarmamento no país. Bolsonaro, conhecido por seus pontos de vista conservadores e de defesa do direito à posse de armas, buscou a flexibilização das leis de desarmamento. O governo Bolsonaro apoiou medidas como a proposta de mudança no Estatuto do Desarmamento, que permitiria a compra e posse de armas de fogo de forma mais fácil. O ex-presidente também defendia a ideia de que a posse de armas de fogo poderia ajudar a combater a criminalidade no país.

No entanto, a proposta de mudança no Estatuto do Desarmamento enfrenta críticas de grupos que acreditam que a facilitação do acesso às armas pode aumentar a violência no país. Além disso, há preocupações de que a flexibilização das leis de desarmamento possa afetar a segurança pública e prejudicar a saúde e o bem-estar da população. De acordo com uma matéria publicada na revista “Veja” em 2019, o governo Bolsonaro enfrentou uma série de obstáculos para mudar o Estatuto do Desarmamento, incluindo resistência de grupos de direitos humanos e da sociedade civil, além de desafios judiciais.

No entanto, a administração continuou a buscar mudanças nas leis de desarmamento, argumentando que elas são necessárias para garantir a segurança da população e combater a criminalidade. Além disso, uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo em 2019 mostrou que 73% dos entrevistados eram contra a flexibilização das leis de desarmamento. Conforme os resultados da pesquisa, 51% dos entrevistados acreditavam que a posse de armas não contribui para a solução dos problemas de segurança pública no país.

Em conclusão, o papel do governo Bolsonaro no Estatuto do Desarmamento no Brasil é controverso e objeto de debates intensos. Enquanto o governo argumentou que a mudança nas leis de desarmamento era necessária para garantir a segurança da população,

muitos grupos acreditam que ela pode ter um efeito negativo sobre a segurança pública e o bem-estar da população.

Até 2017, mais de vinte pontos do texto original, entre subseções, parágrafos e artigos, partes do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826) foram alteradas desde sua promulgação adotada no Brasil em dezembro de 2003. Na maioria, alterado para introduzir normas destinadas a limitar e regular o tamanho da posse de armas no país.

A lei original permitia que o proprietário de um certificado de posse mantivesse a arma de fogo exclusivamente em sua residência. No entanto, após a alteração introduzida pela Lei 10.884/2004, a lei incluiu também o local de trabalho, ampliando a possibilidade de porte da arma. Além disso, a lei também estendeu o direito dos guardas municipais transitarem armados em serviço em municípios com mais de 50 mil habitantes. Em 2008, foi publicada a Lei 11.706 que alterou substancialmente o Estatuto do Desarmamento.

O artigo 4º, que tratava dos requisitos para a aquisição de armas de fogo permitidas, foi alterado para incluir a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais e processos criminais. O artigo 5º foi também modificado, ampliando a permissão de manutenção de armas em locais de trabalho. A renovação dos registros de armas também foi afetada, com requisitos ampliados e o registro precisando ser feito em âmbito federal.

Diversas ações foram ajuizadas contra os Decretos relacionados à posse, porte, aquisição, registro, cadastro e comercialização de armas de fogo e munição durante o governo de Bolsonaro. Dois exemplos são a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6139, na qual o PSB contesta o Decreto 9.785/2019 por vício formal de inconstitucionalidade e violação ao princípio da proporcionalidade e direito à vida, e a ADI 6.466, ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores contra o Decreto 10.030/2019 que aumentou a quantidade de munição autorizada.

Em 2021, a Ministra Rosa Weber deferiu uma liminar suspendendo vários dispositivos de quatro Decretos relacionados ao Estatuto do Desarmamento. Ela destacou a necessidade de análise imediata dos pedidos cautelares nas ADIs 6675, 6676, 6677, 6680 e 6695 (STF, 2021). A Ministra Rosa Weber votou a favor da cautelar para suspender os dispositivos, mas o julgamento foi interrompido por pedidos de vista de Ministros, reiniciado em setembro de 2021, mas novamente interrompido.

Contudo, o Projeto de Lei 3.722/2012, proposto pelo Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, está sendo debatido na Câmara dos Deputados desde 2012. Este projeto

visa revogar o atual Estatuto do Desarmamento e substituí-lo pelo Estatuto de Controle de Arma de Fogo, com regras para facilitar a compra e venda de armas e munições. Ele está sendo avaliado por três comissões: Constituição, Justiça e Cidadania; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O projeto amplifica os direitos de porte e posse para civis. O acesso à posse de armas seria permitido a todos os cidadãos sem antecedentes criminais e aptos, em vez de estar sujeito à validação da Polícia Federal como ocorre atualmente. O porte de armas seria liberado a todos os cidadãos que comprovem aptidão psicológica e técnica, em vez de ser permitido apenas em casos excepcionais ou para representantes do Estado. O transporte de armas desmontadas seria permitido sem a exigência atual da guia de tráfego, e o prazo para a expedição da autorização passaria a ser de 72 horas, em vez dos 30 dias previstos atualmente. O registro também seria permanente, em vez de expirar como ocorre atualmente (STF, 2021).

A licença para porte de armas teria uma validade mínima de 5 anos, em vez de 3 anos atualmente. Atiradores registrados poderiam transportar suas armas prontas para uso aos clubes de tiro, e pessoas maiores de 21 anos poderiam adquirir armas. As taxas de registro e renovação seriam reduzidas, as restrições de publicidade sobre armas de fogo seriam suspensas, e o número de armas que podem ser adquiridas pelo cidadão seria aumentado.

### 3.4.1 Projeto de Lei N° 3723, de 2019

Este projeto se encontra em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Sua proposta é alterar o Estatuto do Desarmamento, o Código Penal, a Lei de Segurança Bancária e a Lei de Segurança Nacional, para disciplinar o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), estabelecer definições, modificar regras do registro, cadastro e porte de armas de fogo. Também aumenta penas, modifica a descrição dos crimes e regula o exercício das atividades de caçador, atirador desportivo e colecionador (CAC).

O relator do projeto é o senador Marcos do Val, filiado ao Podemos e eleito em 2018 pelo estado do Espírito Santo. Sua intenção era de que o projeto fosse votado no início do ano de 2022, mas devido à falta de acordo dos parlamentares e em decorrência de ameaças sofridas por senadores contrários ao projeto, a votação foi adiada. Em março de 2022, as senadoras Eliziane Gama (Cidadania-MA), Simone Tebet (MDB-MS) e o senador Eduardo Girão (Podemos-CE) receberam ameaças por e-mail e pelas redes sociais por se colocarem

contra o projeto. Os autores das ameaças foram dois homens que possuíam registro para o colecionamento de armas de fogo, tiro desportivo e caça.

Em abril de 2022, foi instalada a Frente Parlamentar pelo Controle de Armas e Munições, Pela Paz e Pela Vida (FP-Controle). Uma das principais pautas defendidas pelos integrantes é a rejeição do texto. O senador Marcos do Val (2022) disse em Plenário:

> É importante deliberar e não protelar o PL 3.723, não só para o fim a que se propõe, que é dar segurança jurídica aos caçadores, atiradores e colecionadores. O projeto vai estabelecer, de forma até mais rígida, com o aumento de penalidades, a disciplina, o regramento da conduta dos CACs e daqueles que, por prerrogativa de função, poderão ter o porte legal de armas, profissionais esses que atuam, direta e indiretamente, com a segurança pública.

Em maio de 2022, o senador Eduardo Girão se manifestou contra as medidas que facilitam o acesso às armas de fogo. Ele lembrou que, desde o início do governo de Jair Bolsonaro, o número de associados a clubes de atiradores subiu de 150 mil para quase 600 mil, e avaliou que alguns CACs estão sendo usados para a propagação de uma cultura bélica, também com casos de CACs portando armas em locais públicos e utilizando indevidamente a argumentação de estarem indo até o clube de tiro.

### 3.4.2 Decreto Nº 11.366, de 1º de Janeiro de 2023

O Decreto nº 11.366, emitido em 1º de janeiro de 2023 durante a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, marcou uma mudança significativa na política de controle de armas no Brasil. Este decreto, que não implicou na retirada das armas já adquiridas de circulação, teve como principal objetivo conter o crescimento do armamento no país, adotando medidas como a suspensão dos registros para a aquisição e transferência de novas armas, bem como de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares.

Além disso, o decreto restringiu os quantitativos permitidos para a aquisição de armas e munições de uso permitido, suspendeu a concessão de novos registros para clubes e escolas de tiro, e instituiu um grupo de trabalho com a responsabilidade de apresentar uma nova regulamentação ao Estatuto do Desarmamento.

Embora o decreto não tenha alterado integralmente a política vigente em relação ao armamento, sua promulgação indicou claramente uma orientação favorável ao desarmamento durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Esta postura foi reforçada pelo ministro da

Justiça Flávio Dino, enfatizando uma possível revisão das flexibilizações implementadas nos anos anteriores, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro.

É crucial ressaltar que o decreto visou, em particular, conter o aumento exponencial de armas em circulação, suspendendo a concessão de novos registros para os Caçadores, Atiradores Desportivos e Colecionadores (CACs). O senador Eduardo Girão, em 2022, já havia observado esse crescimento expressivo e apontado para a necessidade de uma revisão mais rigorosa desse controle, evidenciando a preocupação com as falhas percebidas no sistema de controle exercido pelo Exército.

Em resumo, o Decreto nº 11.366 sinalizou uma mudança de postura em relação à política de armamento no Brasil, refletindo a intenção de conter o crescimento do número de armas em circulação e, ao mesmo tempo, indicando um comprometimento do governo em rever e aprimorar as regulamentações relacionadas ao controle de armas de fogo no país.

# 4 CAPÍTULO III - O PODER DO CONHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NO DEBATE SOBRE O ARMAMENTO CIVIL NO BRASIL

Michel Foucault, no âmago das discussões sobre as dinâmicas de poder, conhecimento, retórica e regulação, apresenta uma perspectiva teórica inovadora e altamente relevante. Sua abordagem desafia concepções convencionais, propondo uma análise profunda das relações entre poder e conhecimento. Em consonância com as ideias foucaultianas, o poder não é simplesmente coercitivo; vai além, desempenhando um papel crucial como regulador do discurso.

Na obra "Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão" (1987), Foucault destaca que o poder não se manifesta apenas através da imposição física ou institucional, mas também na definição do que é considerado válido no âmbito do discurso. Isso significa que o poder não apenas impõe restrições coercitivas, mas também molda ativamente as normas que determinam quem tem o direito de expressar determinadas ideias. Em outras palavras, o poder, para Foucault, opera como um regulador que proíbe ou permite e que define as próprias condições de validade das expressões discursivas.

Dentro desse contexto, Foucault desafia a visão tradicional do poder como algo exclusivamente repressivo, destacando sua função construtiva na formação do discurso. Ao estabelecer o que é válido e quem é validado para expressar certas ideias, o poder exerce uma influência significativa sobre as ações e também sobre as percepções e os limites do pensamento aceitável em uma sociedade.

A interpretação das ideias de Michel Foucault oferece um fundamento para compreender como o poder estatal exerce influência na regulamentação do acesso às armas de fogo. Com base nisso, é possível explorar a maneira como o Estado exerce controle e disciplina, determinando quem pode ou não adquirir armas e estabelecendo normas que moldam o discurso público sobre o armamento civil. Nesse contexto, o Estado não apenas cria e aplica regras, mas também constrói narrativas que legitimam sua autoridade, reforçando sua posição como regulador das práticas de violência e segurança na sociedade.

A imposição de normas legais pelo Estado não se limita a uma mera expressão de poder coercitivo, mas transcende para uma manifestação mais ampla do poder como regulador do discurso. Ao estabelecer as regras que governam o acesso às armas, o Estado está, de fato, definindo os limites e as condições sob as quais o discurso sobre o armamento civil pode ocorrer. Essa ação regula o aspecto prático da posse de armas e influi nas percepções e na aceitabilidade das diversas posições dentro do debate público.

Um exemplo notável disso é a revisão e atualização do Estatuto do Desarmamento, que ocorreu no Brasil em 2019. O Estatuto do Desarmamento é um dispositivo legal que regulamenta o acesso às armas e munições no país. Através de um processo democrático, o poder estatal exerce sua autoridade para criar ou modificar leis que afetam diretamente o discurso em torno do armamento civil. A aprovação de leis mais restritivas ou permissivas em relação ao armamento civil reflete as dinâmicas do poder estatal que regulam o discurso sobre o tema.

Assim, a imposição de regras pelo Estado não é apenas uma questão de controle coercitivo, mas uma forma de direcionar ativamente a conversa em torno do armamento civil. Essa regulação estabelece os limites legais e configura as condições sob as quais diferentes perspectivas e opiniões são consideradas socialmente aceitáveis, destacando o poder estatal como um agente central na configuração das percepções coletivas sobre o tema.

O conceito de "disciplina", conforme introduzido por Michel Foucault (1987), destaca a influência de campos como segurança pública, psicologia, sociologia e política na configuração do discurso social. Foucault argumenta que cada campo contribui de maneira única para a compreensão coletiva de temas complexos, moldando a percepção pública e influenciando a formulação de políticas.

Neste contexto, é importante destacar que Foucault utiliza o termo "disciplina" em um sentido amplo, que abrange não apenas a disciplina como prática pedagógica, mas também a disciplina como um sistema de controle e de normalização social. A disciplina, para Foucault, é um mecanismo de poder que opera através da normalização e da regulamentação das práticas e dos comportamentos individuais e coletivos.

Ao analisar os campos de conhecimento como "disciplinas do discurso", podemos entender como eles contribuem para a configuração do discurso social e como eles influenciam a percepção pública e a formulação de políticas. A segurança pública, por exemplo, pode oferecer perspectivas sobre o controle social e a prevenção de comportamentos considerados indesejados. A psicologia, pode explorar os mecanismos mentais subjacentes a certos comportamentos e atitudes. A sociologia pode investigar as dinâmicas sociais que permeiam determinadas práticas ou fenômenos, enquanto a política pode refletir as dinâmicas de poder inerentes à tomada de decisões e formulação de leis.

Essas disciplinas, embora distintas em suas abordagens, contribuem para a construção de um conhecimento mais amplo e enredado sobre questões sociais. Elas moldam as discussões públicas, influenciam a percepção das pessoas e desempenham papéis ativos na criação e manutenção de normas e valores em uma sociedade. A interação entre essas

disciplinas enriquece o entendimento coletivo e destaca a diversidade de perspectivas necessárias para uma compreensão completa de fenômenos sociais complexos.

Foucault (1987) também introduz a ideia de "dispositivos", elementos que desempenham um papel fundamental na regulação da prática em questão e também do próprio diálogo que a envolve. Esses dispositivos são vistos como mecanismos que moldam o comportamento social e as representações e os discursos que o acompanham.

As leis de controle são peças-chave nesse quebra-cabeça, estabelecendo normas e regulamentações que delineiam as fronteiras do que é aceitável na sociedade. Elas prescrevem regras e influenciam diretamente o discurso público ao definirem os termos em que a prática é discutida. Organizações dedicadas a determinadas causas, por sua vez, contribuem para a moldagem da narrativa ao empregar estratégias específicas de comunicação, advocacy e influência de opinião.

As agências de aplicação da lei, como parte desses dispositivos, não só monitoram o cumprimento das leis, mas também desempenham um papel ativo na definição das normas sociais relacionadas à prática em questão. Elas contribuem para a construção de uma cultura em torno do tema, participando do processo de legitimação das práticas aceitáveis e reforçando os limites estabelecidos pelas leis.

Contextualizar esses mecanismos como "dispositivos de controle" ajudará a ressaltar a interconexão entre os aspectos regulatórios e discursivos da sociedade. Não se trata apenas de impor restrições, mas de influenciar ativamente como as pessoas pensam, falam e, por fim, se comportam em relação a uma determinada prática social. Esses dispositivos, portanto, são elementos dinâmicos que não somente regulam a conduta, mas também contribuem para a construção e evolução das normas sociais.

A retórica emerge como uma ferramenta influente no debate sobre o armamento civil, exercendo considerável impacto nas percepções públicas e nas políticas adotadas. Os defensores do armamento civil frequentemente recorrem à retórica centrada na liberdade individual, no direito à autodefesa e na proteção da propriedade. Esses argumentos apelam diretamente para valores fundamentais, evocando a ideia de autonomia individual e a capacidade de proteger a si mesmo e aos seus bens.

Contrastando com essa abordagem, os opositores ao armamento civil baseiam seus argumentos em uma retórica centrada na segurança pública, na prevenção da violência e na redução de homicídios. Nesse contexto, a ênfase recai na responsabilidade coletiva pela segurança, enfatizando a necessidade de medidas que visem a proteção da sociedade como um todo.

A batalha entre essas retóricas opostas além de moldar a narrativa circundante ao armamento civil, também desempenha um papel significativo na determinação das decisões políticas. A retórica, nesse sentido, não é apenas uma expressão de ideias; é uma força mobilizadora que busca persuadir e influenciar a opinião pública e os legisladores. A capacidade de construir argumentos persuasivos dentro dessas estruturas retóricas específicas é fundamental para ganhar apoio e legitimidade no contexto desse debate.

No campo das teorias que proporcionam compreensões sobre os processos mentais e as tomadas de decisão humanas, destaca-se a contribuição de Daniel Kahneman. Psicólogo cognitivo, Kahneman (2012) desenvolveu a teoria dos Sistemas de Pensamento 1 e 2, apresentando uma perspectiva inovadora sobre como os seres humanos processam informações e formulam escolhas. A teoria dos Sistemas de Pensamento de Kahneman representa um marco significativo na compreensão dos processos mentais humanos. Ao postular a existência de dois sistemas de pensamento distintos, ele oferece ideias sobre como as pessoas processam informações e tomam decisões em diferentes contextos.

O Sistema 1, caracterizado por sua operação rápida e intuitiva, baseia-se em heurísticas e impulsos automáticos. Esse sistema é essencial para a eficiência cognitiva no enfrentamento de situações cotidianas, permitindo respostas rápidas a estímulos familiares. No entanto, sua natureza automática pode levar a julgamentos enviesados, uma vez que está suscetível a atalhos mentais e influências emocionais.

Em contrapartida, o Sistema 2 representa um modo de pensamento mais lento e deliberado, exigindo esforço cognitivo consciente. Esse sistema entra em ação diante de tarefas complexas que demandam análise aprofundada, cálculos detalhados ou avaliações cuidadosas. Kahneman destaca que a interação dinâmica entre esses dois sistemas influencia diretamente a interpretação de informações, a avaliação de riscos e o processo decisório.

Essa interação entre os sistemas evidencia a plasticidade e a adaptabilidade do pensamento humano. Em situações em que é necessário agir rapidamente, o Sistema 1 proporciona respostas automáticas e eficientes. No entanto, em contextos que demandam reflexão e consideração mais aprofundada, o Sistema 2 é acionado para realizar uma análise mais criteriosa.

Entender a conexão entre esses sistemas aprimora a compreensão dos processos cognitivos e lança luz sobre a forma como as decisões são moldadas em diferentes cenários. A coexistência desses sistemas revela a complexidade da mente humana, destacando como a adaptação flexível entre respostas intuitivas e pensamento reflexivo contribui para a variedade de maneiras pelas quais os indivíduos interpretam o mundo ao seu redor.

A relevância dos vieses cognitivos, explorada de maneira crucial na obra de Kahneman (2012), reside na compreensão aprofundada dos padrões sistemáticos que desviam o pensamento lógico humano. Esses vieses representam atalhos cognitivos que, embora sejam estratégias mentais rápidas e automáticas, frequentemente introduzem distorções na interpretação de informações.

Esses padrões sistemáticos podem manifestar-se de diversas maneiras, incluindo a tendência de favorecer informações que confirmam nossas crenças preexistentes, conhecido como viés de confirmação. Além disso, o efeito de ancoragem, que ocorre quando as decisões são influenciadas por informações inicialmente apresentadas, e a aversão à perda, que destaca a tendência humana a valorizar mais o que pode ser perdido do que o que pode ser ganho, são exemplos adicionais de vieses cognitivos.

A importância desses vieses no contexto da interpretação de mensagens e situações específicas é substancial. Eles não só moldam as percepções individuais, mas também influenciam consideravelmente como as pessoas respondem a estímulos externos. Por exemplo, a presença do viés de confirmação pode levar à interpretação seletiva de informações que se alinham com as opiniões preexistentes, moldando assim as respostas emocionais e cognitivas.

Esses desvios do pensamento lógico não ocorrem de maneira isolada; eles estão entrelaçados nas complexidades das interações sociais, contribuindo para a formação de opiniões, atitudes e julgamentos. Ao compreendermos como esses vieses operam, ganhamos entendimentos sobre os processos cognitivos individuais e juntamente sobre a dinâmica das interações humanas e a construção coletiva de significados. Dessa forma, os vieses cognitivos não são apenas elementos psicológicos isolados, mas fios condutores no tecido mais amplo da experiência humana e da comunicação.

Ao explorar as ideias de Kahneman, adentramos no terreno da psicologia cognitiva, compreendendo as complexidades da mente humana e os fatores que moldam as escolhas individuais. Essa análise enriquece o campo da psicologia e, em adição, oferece uma compreensão do comportamento humano em diversas esferas da vida, especialmente no contexto da comunicação entre os sujeitos. A interseção entre os processos cognitivos e as interações sociais revela a influência direta dessas teorias na forma como as pessoas se comunicam, interpretam mensagens e constroem significados compartilhados.

O embate em torno do armamento civil e sua relação com a segurança pública no Brasil emerge como um campo complexo e polêmico, firmemente entrelaçado por fatores que abrangem poder, conhecimento, retórica e regulamentação. Explorar as ideias de

Foucault proporciona uma compreensão aprofundada das interações entre esses fatores que são fundamentais para a análise crítica de temas sociais. Essa análise prévia estabelece as bases para a integração de outras perspectivas, como a teoria de Kahneman, enriquecendo assim a compreensão abrangente das questões em debate na sociedade contemporânea.

### 4.1 Disciplinas do discurso e estratégias de comunicação

No contexto do armamento civil, disciplinas como a segurança pública, a psicologia, a sociologia e a política desempenham um papel crítico na moldagem do discurso. Essas disciplinas não apenas fornecem dados e estatísticas, mas também moldam as narrativas que permeiam o debate. A segurança pública, por exemplo, ao apresentar estatísticas sobre a relação entre armas de fogo e crimes violentos, exerce uma influência significativa na percepção pública sobre o armamento civil.

A conexão entre as ideias de Foucault e Kahneman torna-se evidente ao explorar as estratégias de comunicação no debate sobre armamento civil. Kahneman destaca que essas técnicas desempenham um papel central na influência do comportamento humano. No contexto polarizado do debate sobre armamento civil, compreender como as mensagens são estruturadas é crucial. Não é suficiente que um especialista detenha o conhecimento; é imperativo que esse conhecimento seja comunicado de maneira eficaz para influenciar percepções e moldar opiniões.

Ao integrar a perspectiva dos campos de conhecimento como disciplinas do discurso, percebe-se que as estratégias de comunicação não operam em um vácuo, mas são moldadas pelas normas e práticas das diversas disciplinas que compõem o discurso. A partir dessa moldagem, tais métodos comunicativos influenciam a maneira como especialistas articulam e transmitem seu conhecimento.

A segurança pública, por exemplo, é uma disciplina que desempenha um papel significativo na discussão sobre o armamento civil. Estudos empíricos e estatísticas sobre crimes violentos são frequentemente utilizados para fundamentar argumentos a favor ou contra a facilitação do acesso às armas. As estratégias de comunicação, ao se basearem nessas estatísticas, são moldadas pela ênfase dada aos aspectos de segurança e crime, influenciando a percepção pública sobre o armamento civil.

De um lado, os defensores do armamento civil argumentam que o aumento da disponibilidade de armas de fogo na população pode dissuadir criminosos, pois eles teriam que correr mais riscos ao cometer crimes. Por outro lado, os defensores do controle de armas

argumentam que o aumento do acesso às armas de fogo simplesmente torna mais fácil para os criminosos adquirirem armas, o que leva a um aumento da violência. No entanto, existem muitos fatores que podem influenciar as taxas de criminalidade, como desigualdade social, pobreza, desemprego, educação, entre outros.

Os dados sobre armas de fogo e criminalidade são importantes para embasar os argumentos de ambas as partes, mas devem ser interpretados com cautela. Eles podem fornecer informações importantes, mas não são suficientes para responder à questão de saber se o armamento civil é uma solução para o problema da violência.

Da mesma forma, a psicologia, ao examinar as implicações do armamento civil na saúde mental, introduz uma dimensão específica que pode moldar os meios argumentativos, destacando preocupações emocionais e psicológicas. Um dos aspectos mais abordados é a relação entre a posse de armas de fogo e os suicídios. Estudos e pesquisas psicológicas têm demonstrado que a disponibilidade de armas de fogo pode aumentar o risco de suicídios, uma vez que essas armas são meios letais prontamente acessíveis.

Restrições no acesso a armas de fogo para pessoas com problemas de saúde mental têm sido discutidas como uma medida preventiva para reduzir o risco de suicídios, já que sujeitos com histórico de transtornos mentais podem estar mais vulneráveis a impulsos autodestrutivos. Essa abordagem é considerada uma das estratégias para mitigar os impactos negativos do armamento civil na saúde mental e na segurança pública.

A sociologia desempenha um papel essencial ao examinar as implicações sociais da posse de armas de fogo e o fenômeno da cultura armamentista. Através de análises sociológicas, é possível entender como a posse de armas está enraizada em fatores sociais, culturais e econômicos. Isso inclui a investigação das normas sociais que cercam a posse de armas, a influência da cultura de armas na sociedade e como questões econômicas podem afetar a aquisição de armas de fogo.

Além disso, a sociologia pode investigar como as questões de gênero, raça e sexualidade influenciam a vulnerabilidade à violência armada. Essa perspectiva mais ampla contribui para uma compreensão mais profunda de como a posse de armas se integra à estrutura social e à identidade dos sujeitos, oferecendo uma visão abrangente das implicações do armamento civil na sociedade brasileira.

Por fim, a política é fundamental na formulação de leis e regulamentações em relação ao armamento civil. Os políticos e as instituições políticas têm um papel de destaque na determinação das políticas de armas, e suas decisões refletem as negociações e compromissos políticos em vigor e têm um impacto direto na configuração do cenário jurídico em torno do

acesso a armas de fogo. A análise das políticas públicas, aliada à compreensão da influência de atores políticos específicos, torna-se um componente chave para entender os mecanismos pelos quais as questões relacionadas ao armamento civil se desenrolam no contexto brasileiro.

As concepções de poder e conhecimento propostas por Foucault desempenham um papel crucial na definição do que é considerado aceitável de se expressar sobre o tema do armamento civil e quem detém a validação para fazê-lo. A interseção dessas disciplinas contribui para ilustrar como o conhecimento gerado em diferentes campos influencia o discurso e a formulação de políticas. Esta perspectiva se entrelaça com a ideia de Kahneman sobre a influência comportamental e a moldagem de percepções no contexto do debate sobre armamento civil e segurança pública.

Kahneman salienta que as estratégias de comunicação detêm um poder significativo na influência do comportamento humano, atuando de maneiras muitas vezes sutis e até imperceptíveis. No contexto do debate sobre armamento civil, essa influência se manifesta de maneira palpável através da utilização de estratégias persuasivas por diferentes atores sociais. Tanto defensores quanto críticos da flexibilização do Estatuto do Desarmamento empregam uma variedade de técnicas comunicativas, sendo estas fundamentais no fomento de suas perspectivas e na construção de suas narrativas.

A complexidade do debate sobre o armamento civil demanda uma análise minuciosa dessas estratégias persuasivas. A diversidade de técnicas utilizadas, desde a seleção cuidadosa de palavras até o apelo emocional, reflete a compreensão por parte desses atores de como moldar e comunicar suas mensagens de maneira eficaz. Ao examinar essas estratégias, podemos desvendar o conteúdo explícito das mensagens e também as nuances subjacentes que visam influenciar as percepções do público.

A compreensão dessas estratégias comunicativas é essencial para desvendar os processos de construção de mensagens no contexto do armamento civil. A forma como as mensagens são elaboradas, os argumentos são estruturados e os apelos são formulados impacta diretamente a recepção por parte do público. Ao identificar e compreender essas estratégias, podemos analisar as dinâmicas retóricas presentes no debate e ainda explorar como as mensagens influenciam sutilmente as atitudes e opiniões da audiência, contribuindo para a formação de uma compreensão mais profunda das complexidades envolvidas no diálogo público sobre o tema.

A dinâmica do discurso é evidente ao analisar as vozes de agentes de segurança pública, políticos e estudiosos que mantêm uma inclinação pró-armas, contrastando com as

vozes de políticos, estudiosos e ativistas que são contrários ao armamento civil. A posição ocupada por esses indivíduos na sociedade, aliada às disciplinas acadêmicas e profissionais às quais estão vinculados, confere-lhes uma aparente qualificação e validação para conduzir debates e promover suas ideias sobre a questão.

Essa validação decorrente da posição social e disciplinar contribui para moldar a percepção pública sobre quem detém a expertise necessária para falar sobre o armamento civil. No entanto, a análise crítica revela que essa dinâmica também pode ser influenciada por interesses e perspectivas específicas inerentes a essas posições, destacando a importância de uma abordagem reflexiva ao considerar o peso atribuído a determinados atores e discursos no debate público.

Assim, a relação entre as disciplinas do discurso e as estratégias de comunicação é firme, uma vez que as táticas são influenciadas pelas normas, práticas e objetivos de cada disciplina. Entender como essas disciplinas moldam o discurso é fundamental para a eficácia de tais mecanismos. Isso evidencia que, no debate sobre armamento civil, não se trata apenas de transmitir conhecimento, mas de articular esse conhecimento de maneira alinhada com as normas disciplinares para se fazer ouvir, se fazer compreender e alcançar impacto e influência no público, destacando a inter-relação entre as estratégias de comunicação, disciplinas do discurso e o conhecimento subjacente.

## 4.2 Retórica, vieses cognitivos e poder nos debates da segurança individual e coletiva

Os vieses cognitivos, conforme delineados por Kahneman, representam padrões sistemáticos de desvios do pensamento lógico, exercendo uma influência substancial na forma como as pessoas processam informações. No contexto específico do armamento civil, esses vieses desempenham um papel significativo ao moldar a maneira como os sujeitos absorvem e interpretam informações relacionadas à segurança pública.

Um exemplo ilustrativo é o "viés de confirmação", um fenômeno psicológico que tende a levar os sujeitos a buscar e valorizar seletivamente informações que confirmem suas crenças preexistentes sobre o armamento civil, ao mesmo tempo que tendem a ignorar ou menosprezar evidências contrárias. Esse viés pode criar uma predisposição cognitiva que influencia a maneira como as mensagens são filtradas e interpretadas pela audiência.

Ao explorar os vieses cognitivos em relação ao armamento civil, podemos identificar como esses padrões de pensamento podem contribuir para a formação de opiniões enviesadas e, em alguns casos, irrefletidas. A análise desses vieses agrega para a compreensão da

psicologia por trás das atitudes em relação ao armamento civil e destaca a importância de considerar tais elementos ao avaliar o impacto das estratégias comunicativas.

Ao aplicar as ideias de Kahneman ao contexto do debate sobre armamento civil, torna-se evidente que as estratégias de comunicação manuseadas por defensores e críticos são habilmente moldadas para explorar vieses cognitivos comuns. Essa adaptação estratégica visa criar narrativas persuasivas que se alinhem com as experiências individuais e que também explorem os valores fundamentais do público-alvo. Uma prática recorrente nesse cenário é a apresentação seletiva de dados estatísticos, uma abordagem que tem o potencial de ativar vieses cognitivos específicos e, assim, influenciar a perspectiva do público sobre a relação entre armamento civil e segurança pública.

A utilização de dados estatísticos de maneira enviesada pode desencadear o que Kahneman descreve como "viés de disponibilidade", no qual as pessoas tendem a dar mais peso a informações prontamente disponíveis em suas mentes. Defensores e críticos podem se valer desse viés ao destacar estatísticas que reforçam suas posições, manipulando sutilmente a percepção do público sobre a eficácia do armamento civil em relação à segurança pública. Dessa forma, a conexão entre as estratégias de comunicação e os vieses cognitivos se torna uma peça-chave na compreensão da dinâmica do debate, revelando como as mensagens são adaptadas para se alinhar às inclinações psicológicas do público.

A compreensão dessas estratégias vai além da mera análise retórica; ela destaca a interseção entre a psicologia cognitiva e a comunicação persuasiva. O reconhecimento de que as estratégias comunicativas são projetadas com base na compreensão dos vieses cognitivos sugere uma intencionalidade subjacente na forma como as mensagens são formuladas. Essa constatação enriquece a análise do debate sobre armamento civil, proporcionando uma visão mais profunda sobre como os atores envolvidos adaptam suas mensagens para maximizar o impacto na audiência, aproveitando as nuances dos processos mentais humanos.

A aplicação das ideias de Kahneman ilumina a relação entre retórica e cognição no debate sobre armamento civil. Defensores e opositores, ao apelarem para princípios éticos específicos, acionam atalhos mentais que influenciam a interpretação das mensagens pelo público. A retórica da liberdade individual e autodefesa, frequentemente utilizada por defensores do armamento civil, pode ativar certos vieses cognitivos, enquanto a retórica da segurança pública, empregada por opositores, pode ativar outros. Essa luta entre retóricas opostas molda a narrativa e, por conseguinte, impacta as decisões políticas.

A relação entre as retóricas adotadas e o raciocínio pode ser compreendida considerando como o receptor da mensagem percebe o locutor com base na retórica utilizada.

Quando um defensor do armamento civil apela para a retórica da liberdade individual, por exemplo, ele pode ativar vieses relacionados à autonomia e autodefesa no receptor. Isso pode predispor o receptor a concordar com a mensagem, uma vez que ela ressoa com valores associados à independência e auto responsabilidade. Da mesma forma, quando opositores do armamento civil adotam a retórica da segurança pública, podem acionar vieses ligados à preocupação com o bem-estar coletivo e à prevenção da violência.

A percepção do receptor em relação ao locutor é crucial nesse processo. A retórica posta molda a interpretação da mensagem e do mesmo modo influencia a predisposição do receptor a concordar, discordar, racionalizar ou até mesmo ignorar a mensagem. Se um receptor identifica o locutor como alguém que compartilha valores éticos similares, isso pode criar uma afinidade que favorece a aceitação da mensagem. Por outro lado, se a retórica apresentada pelo locutor entra em conflito com a perspectiva do receptor, isso pode gerar resistência e predisposição à discordância.

Dessa forma, a relação entre retóricas e cognição não é apenas uma dinâmica abstrata no debate sobre armamento civil; ela tem repercussões práticas na forma como as mensagens são recebidas, interpretadas e internalizadas pelo público. A interconexão entre retóricas, vieses cognitivos e a percepção do locutor destaca a complexidade do debate e a importância de considerar o conteúdo retórico e como esse conteúdo é percebido pelos diferentes segmentos da sociedade.

Através das contribuições de Foucault, podemos destacar que o poder não é meramente coercitivo, mas também está intrinsecamente ligado à retórica e à cognição. O debate sobre o armamento civil no Brasil é permeado por questões argumentativas que refletem a complexidade da relação entre poder e conhecimento.

Por um lado, os discursos favoráveis ao armamento civil evocam com frequência princípios de liberdade individual e direito à autodefesa. Argumentam que o direito de possuir armas de fogo é uma extensão das liberdades civis e individuais, permitindo que os cidadãos protejam a si mesmos, suas famílias e propriedades. A retórica da autossuficiência individual é enfatizada por defensores do armamento civil.

Por outro lado, os discursos contrários ao armamento civil apelam a uma retórica de segurança coletiva e à prevenção da violência. Argumentam que a facilitação do acesso a armas pode aumentar o risco de violência letal, incluindo homicídios e suicídios. A retórica do bem-estar público é fundamental para os opositores do armamento civil, que veem a regulamentação rigorosa das armas de fogo como uma medida necessária para proteger a sociedade.

A retórica desempenha um papel importante na construção da narrativa em torno do armamento civil. As histórias e os discursos sobre tragédias relacionadas a armas de fogo, como tiroteios em escolas, violência doméstica e feminicídio, muitas vezes invocam uma ética da responsabilidade do Estado em proteger seus cidadãos. Tais eventos alimentam debates éticos sobre o papel do governo na regulação das armas de fogo e no fornecimento de segurança pública.

Em suma, a relação entre retórica, poder e conhecimento é central para o debate sobre o armamento civil no Brasil. A coexistência de retóricas conflitantes molda a arena do discurso, afetando as percepções da sociedade e as decisões políticas em relação ao controle de armas. Políticos, legisladores e formuladores de políticas têm a tarefa de equilibrar essas argumentações concorrentes ao criar ou revisar leis de controle de armas.

### 4.3 Os sistemas de pensamento e o conhecimento como instrumento de poder

A contribuição de Kahneman sobre os sistemas de pensamento 1 e 2 fornece uma perspectiva adicional à ideia de conhecimento. Dependendo de como o conhecimento é transmitido, ativa-se o pensamento rápido ou o pensamento mais elaborado. Isso implica que a eficácia da comunicação não reside apenas na posse do conhecimento, mas na habilidade de apresentá-lo de maneira apropriada ao contexto e à audiência, considerando os processos cognitivos envolvidos.

A forma como o conhecimento é transmitido desempenha um papel crucial na influência sobre os sistemas de pensamento. Se a intenção do comunicador é evocar emoções específicas no público-alvo, a escolha de métodos de expressão que apelam para o sistema de pensamento 1 pode ser mais eficaz. Isso pode envolver o uso de narrativas emocionais, exemplos impactantes ou apelos diretos à experiência pessoal. Ao fazer isso, o comunicador não apenas compartilha conhecimento, mas também busca criar uma conexão emocional que pode influenciar as atitudes e opiniões do público de maneira mais imediata.

Por outro lado, se a intenção é estimular o pensamento crítico e uma reflexão mais profunda sobre o tema, meios argumentativos que ativam o sistema de pensamento 2 podem ser mais apropriadas. Isso pode envolver a apresentação de dados detalhados, argumentos lógicos e análises aprofundadas. Nesse caso, a transmissão do conhecimento não é apenas informativa, mas também busca envolver o público em um processo mais deliberativo.

Michel Foucault argumenta que o conhecimento desempenha um papel crucial como um instrumento de poder, influenciando a regulação do discurso e as políticas públicas. No

contexto do debate sobre o armamento civil no Brasil, o conhecimento é utilizado por diferentes atores para apoiar suas posições, seja a favor ou contra a facilitação do acesso às armas de fogo.

Os defensores do armamento civil costumam recorrer a pesquisas e estatísticas que destacam o papel das armas de fogo na autodefesa e na prevenção de crimes. Eles argumentam que cidadãos armados podem proteger a si mesmos e suas propriedades, contribuindo para um ambiente mais seguro. O conhecimento gerado por pesquisas e estudos que apontam para a eficácia do armamento civil nesse aspecto é utilizado como um instrumento de poder para influenciar o discurso e a opinião pública.

Por outro lado, os opositores do armamento civil também utilizam o conhecimento como um dispositivo de poder. Eles recorrem a estudos e estatísticas que evidenciam os riscos associados ao acesso facilitado a armas de fogo, incluindo a relação entre armas de fogo e taxas de homicídios e suicídios. Argumentam que a regulamentação rigorosa é necessária para proteger a sociedade e minimizar esses riscos. O conhecimento gerado por pesquisas que destacam as consequências negativas do armamento civil é posto como um modo de influenciar o discurso e a tomada de decisões políticas.

A disseminação de informações e estatísticas é fundamental para reforçar argumentos e influenciar a opinião pública. A coleta de dados e a análise estatística são métodos significantes na elaboração de narrativas convincentes. Pesquisas empíricas que examinam a relação entre o acesso a armas de fogo e diversos aspectos, como a segurança pública, a saúde mental e a criminalidade, são comumente usadas para fundamentar argumentos e influenciar a formulação de políticas.

Além disso, o conhecimento desempenha um papel na construção de narrativas e discursos. Narrativas baseadas em dados e evidências científicas costumam ter um impacto considerável na maneira como o público percebe a questão do armamento civil. Os argumentos éticos e políticos são fortalecidos quando apoiados por dados sólidos. Portanto, o conhecimento serve como um instrumento de poder direto, além de influenciar indiretamente o poder do discurso.

Assim, a relação entre como o conhecimento é transmitido e a intenção para com o público-alvo é essencial para determinar o impacto da comunicação. A escolha consciente de estratégias que consideram o conteúdo do conhecimento e a forma como ele é apresentado, pode influenciar significativamente a receptividade do público. Reconhecer a diversidade de processos cognitivos e as diferentes maneiras pelas quais o público assimila informações é

fundamental para uma comunicação eficaz no contexto do debate sobre armamento civil e segurança pública.

### 4.4 Dispositivos de controle e a política de armas

Ao considerar a ideia de dispositivos de controle de Foucault, como as leis de controle de armas, organizações pró-armamento e agências de aplicação da lei, a análise das técnicas comunicativas se aprofunda. As leis estabelecem regras, as organizações influenciam opiniões e as agências supervisionam a conformidade, tudo isso em um esforço para controlar o acesso às armas e o próprio discurso em torno do armamento civil.

As leis de controle de armas, como dispositivos de controle, desempenham um papel fundamental na regulamentação do acesso às armas de fogo. Elas estabelecem os parâmetros legais para a aquisição e posse de armas e constroem o discurso público sobre o tema. Ao definir quem pode e quem não pode ter acesso a armas, essas leis influenciam diretamente as narrativas e as percepções em torno do armamento civil.

Através de restrições legais, o Estado busca regular a posse de armas e delinear o que é considerado aceitável na discussão pública sobre segurança e armamento. O Estado estabelece regras que definem quem pode possuir armas, o tipo de armas permitido, os requisitos de segurança e o processo de aquisição. Essas leis variam significativamente de um país para outro e, no caso do Brasil, estão sujeitas a revisões e alterações legislativas ao longo do tempo. O Estatuto do Desarmamento, por exemplo, representa um dispositivo legal de controle de armas no país e tem sido objeto de debates políticos intensos.

As organizações pró-armamento, por sua vez, atuam como dispositivos de controle ao influenciar opiniões e moldar a narrativa em torno do armamento civil. Essas organizações muitas vezes empregam manobras de comunicação específicas para promover suas visões e valores relacionados ao acesso menos restrito às armas de fogo. Elas podem engajar-se em campanhas de conscientização, lobby político e outras formas de comunicação para promover uma perspectiva que favoreça a posse ampla de armas. Dessa forma, exercem influência sobre a construção de significados e entendimentos sociais em relação ao armamento civil. No Brasil, grupos como a Frente Parlamentar da Segurança Pública (Bancada da Bala) têm atuado na promoção do direito ao porte de armas e na influência sobre a agenda legislativa.

Da mesma forma, as organizações que advogam pela regulamentação rigorosa do armamento civil, ampliam a compreensão dos dispositivos de controle presentes no debate. Essas organizações desempenham um papel significativo ao influenciar a narrativa e as

políticas relacionadas ao armamento civil. Por meio de métodos de comunicação como campanhas de conscientização, pesquisas e engajamento público, essas organizações buscam destacar as implicações negativas do acesso irrestrito a armas de fogo e sensibilizar a opinião pública e os formuladores de políticas sobre a necessidade de medidas mais rígidas de controle de aquisição e posse de armas para promover a segurança pública.

As agências de aplicação da lei, como dispositivos de controle, supervisionam a conformidade com as leis e regulamentações estabelecidas. Sua função vai além da mera aplicação da lei, incluindo a fiscalização ativa das normas relacionadas ao armamento civil. Ao fazer isso, essas agências contribuem para a manutenção das normas e podem desempenhar um papel na condução de campanhas educacionais e informativas para moldar a percepção pública sobre a aplicação das leis de controle de armas.

Assim, ao considerar esses dispositivos de controle, torna-se evidente que as estratégias de comunicação não são apenas ferramentas para moldar opiniões, mas também são elementos essenciais na complexa rede de regulamentação e controle que permeia o debate sobre armamento civil e segurança pública. Esses dispositivos operam de maneira interconectada, buscando não apenas influenciar as percepções individuais, mas também moldar o discurso coletivo e a conformidade com as normas estabelecidas.

### 4.5 Breves considerações

Em resumo, a integração das perspectivas de Foucault e Kahneman proporciona uma compreensão abrangente das questões no debate sobre o armamento civil no Brasil. Ao analisar conjuntamente esses elementos, destaca-se a importância do conhecimento e também a necessidade imperativa de formas de comunicação eficazes. Isso é particularmente relevante quando se considera as disciplinas do discurso, as retóricas em jogo, os vieses cognitivos ativados e os mecanismos de controle que permeiam este debate tão caro para a sociedade brasileira.

À medida que a pesquisa avança, a análise das estratégias de comunicação e dos vieses cognitivos no debate sobre o armamento civil acrescenta na compreensão das dinâmicas retóricas e incita uma reflexão mais profunda sobre a responsabilidade inerente à formação da opinião pública. O exame crítico desses elementos teóricos transcende a mera identificação dos mecanismos utilizados; ele proporciona uma exploração mais aprofundada não apenas do "como" das estratégias comunicativas, mas também do "porquê" por trás das escolhas retóricas em um debate tão complexo e polarizado.

A responsabilidade na formação da opinião pública emerge como um tema central, uma vez que a pesquisa revela como determinadas estratégias podem influenciar sutilmente o pensamento e as atitudes das pessoas. A compreensão das implicações éticas dessas práticas torna-se fundamental, considerando o impacto que as mensagens no debate sobre armamento civil podem ter na sociedade. Ao examinar o "porquê" das escolhas retóricas, a pesquisa se propõe a questionar a eficácia dessas estratégias e sua integridade e alinhamento com princípios mais amplos.

A reflexão retórica nesse contexto sugere uma consideração cuidadosa das intenções por trás das estratégias de comunicação, bem como das possíveis consequências dessas práticas para a formação da opinião pública. O entendimento de como as estratégias exploram vieses cognitivos comuns destaca a necessidade de transparência e honestidade na comunicação, ainda mais quando as mensagens podem moldar significativamente as percepções e crenças das pessoas.

Além disso, o exame retórico contribui para uma discussão mais ampla sobre a qualidade do debate público e a saúde da democracia. Ao considerar a responsabilidade retórica na formação da opinião pública, a pesquisa denota as complexidades do debate sobre armamento civil e lança luz sobre questões fundamentais relacionadas à integridade da comunicação em sociedades democráticas. Essa perspectiva, portanto, oferece um quadro crítico para avaliar as estratégias retóricas e o papel mais amplo da comunicação na formação de uma opinião pública informada e robusta.

Essa abordagem integrada evidencia as relações entre poder, conhecimento, retórica e regulamentação na política de controle de armas. Ao mesmo tempo, revela a dinâmica fundamental que existe na interação entre o emissor da mensagem, o público-alvo e as intenções subjacentes à transmissão da mensagem. A forma como esses elementos se entrelaçam na comunicação sobre o armamento civil reflete a busca por disseminar conhecimento e as expectativas de resultados almejados ao influenciar a opinião pública e, por conseguinte, as decisões políticas. Essa reflexão sobre a interação entre emissor e receptor destaca a importância de uma abordagem estratégica ao contexto ao lidar com um tema tão relevante quanto o armamento civil e a retórica da segurança pública.

# 5 CAPÍTULO IV - ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS PERFIS DO INSTAGRAM DO MOVIMENTO ARMAS PELA VIDA E DO INSTITUTO SOU DA PAZ DURANTE O PERÍODO ELEITORAL DE 2022

O presente estudo propõe uma análise abrangente dos perfis do Instagram do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz, explorando suas estratégias de comunicação, o engajamento da audiência e as nuances do debate em torno do tema das armas. O recorte temporal adotado abarca o período eleitoral de 2022, compreendendo as publicações veiculadas no intervalo de agosto a outubro. Essa seleção estratégica visa capturar a dinâmica específica que permeou as redes sociais durante esse momento crucial, no qual discussões políticas e sociais atingiram seu ápice.

O estudo entre as organizações durante o período eleitoral, através da análise de seus perfis no Instagram, representa um componente crucial na metodologia desta dissertação. A escolha dessas entidades para análise fundamenta-se na representatividade de suas respectivas visões acerca do controle de armas no Brasil e pela divergência em suas abordagens em relação ao armamento civil e à segurança pública, bem como por sua importância e relevância no cenário político brasileiro.

O Instagram foi selecionado como objeto de estudo devido à sua influência como plataforma de comunicação de massa e ao seu papel na amplificação de debates e posicionamentos durante eventos eleitorais. Este estudo visa analisar o conteúdo das postagens, comentários e engajamento em ambos os perfis. A escolha desse período específico é fundamental, uma vez que as eleições intensificam discussões em torno de temas como segurança pública e controle de armas.

No âmbito da comunicação e da retórica, essa análise detalhada possibilitará a compreensão das estratégias adotadas por cada entidade, incluindo a linguagem, o tom e os argumentos presentes nas postagens. A abordagem metodológica compreenderá a análise das formas de comunicação empregadas, desde o conteúdo textual até os elementos visuais, como imagens e vídeos. O estudo também se voltará para o alcance, público-alvo e engajamento de ambos os perfis, a fim de identificar a eficácia das estratégias de comunicação e o impacto das mensagens em seus seguidores.

O Movimento Armas pela Vida e o Instituto Sou da Paz são atores importantes na esfera pública brasileira, representando posições antagônicas sobre o tema do armamento civil e do desarmamento. A análise comparativa entre ambos permitirá a identificação de diferenças significativas em suas abordagens, na interação com os seguidores e no impacto

gerado, oferecendo entendimentos valiosos sobre como essas organizações constroem sua retórica e influenciam o debate público.

Ao estudar o conteúdo das postagens, a natureza das interações nos comentários e o engajamento dos seguidores, pretende-se desvendar a forma como essas organizações se comunicam, buscam influenciar seu público-alvo e moldam o discurso em torno de questões delicadas como segurança pública e armamento civil. A análise comparativa oferecerá uma compreensão detalhada das estratégias utilizadas por essas entidades, contribuindo para um debate mais amplo sobre a dinâmica da retórica e da comunicação em questões políticas sensíveis no contexto brasileiro.

Ao trazer à tona a multiplicidade de vozes presentes nesse cenário digital, este estudo também contribui para uma compreensão mais aprofundada do papel das redes sociais na configuração do debate político contemporâneo, particularmente no que diz respeito a temas delicados e polarizadores, como o controle de armas.

## 5.1 A relevância do período eleitoral na análise de conteúdo

A escolha do período eleitoral para a análise dos perfis no Instagram do "Movimento Armas pela Vida" e do "Instituto Sou da Paz" é estratégica devido à mobilização intensa e natural do debate de políticas públicas, especialmente em temas sensíveis como segurança e armamento civil. Esse período é por demais relevante considerando a agenda colocada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que abertamente defendeu políticas de flexibilização do acesso a armas de fogo.

Durante campanhas eleitorais, a discussão em torno de questões relacionadas à segurança pública, ao controle de armas e à defesa pessoal costuma se intensificar. No caso do Brasil, o contexto político do período eleitoral de 2022 envolveu debates acalorados sobre políticas de segurança, armamento civil e direitos individuais, com posições políticas distintas e uma ampla visibilidade dada à defesa do direito ao porte de armas.

Jair Bolsonaro, durante seu mandato presidencial, promoveu discursos que fortaleceram o debate sobre o armamento civil. Suas propostas e declarações em favor de uma flexibilização das leis de posse e porte de armas geraram uma polarização no campo político e social, tornando essas questões ainda mais presentes na esfera pública.

Também durante o governo do ex-presidente, Jair Bolsonaro, foram emitidos vários decretos que visavam flexibilizar as regras de posse e porte de armas no Brasil. Essas medidas foram um ponto central de sua agenda política e geraram um debate intenso na

sociedade brasileira em relação ao armamento civil e à segurança pública. Tais ações promovidas pelo governo federal influenciaram consideravelmente o contexto e a discussão sobre o tema.

Em setembro de 2022, o Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os decretos presidenciais que flexibilizavam a compra e o porte de armas no Brasil. A justificativa para a suspensão foi o potencial aumento do risco de violência política, especialmente com o início da campanha eleitoral. Essa decisão do STF repercutiu amplamente no cenário político, promovendo debates sobre os limites da flexibilização do acesso a armas em um contexto eleitoral conturbado.

Além disso, em setembro de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou uma resolução que proibia o transporte de armas e munições em todo o território nacional por parte de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) no dia das eleições, nas 24 horas que antecederam o pleito e nas 24 horas que o sucederam. Essa medida do TSE visava garantir a segurança e a ordem durante o processo eleitoral, mas também provocou discussões acerca das restrições aos direitos dos CACs em relação ao porte de armas em momentos eleitorais complicados.

Esses eventos, que incluem a suspensão dos decretos presidenciais pelo STF e a resolução do TSE, demonstram o ambiente político tenso e altamente sensível em relação às políticas de armamento civil durante o período eleitoral de 2022. Esses acontecimentos contribuíram para um cenário de debates acalorados sobre a segurança, a posse de armas e a influência dessas políticas no contexto eleitoral.

Dessa forma, o período eleitoral de 2022 se torna um momento relevante para analisar as estratégias de comunicação do "Movimento Armas pela Vida" e do "Instituto Sou da Paz" em suas postagens no Instagram. Durante esse período, essas organizações podem ter adaptado suas estratégias de comunicação para refletir e se posicionar em relação às discussões políticas em andamento, a fim de influenciar o debate público, atrair engajamento e expandir suas bases de apoio.

A escolha desse momento específico proporcionará uma compreensão mais aprofundada de como as entidades moldam suas mensagens e interagem com seus seguidores durante um período de intensa discussão sobre políticas públicas, segurança e armamento, fornecendo um panorama mais abrangente das estratégias de comunicação adotadas e do impacto dessas mensagens em um cenário político altamente relevante.

## 5.2 Contextualizando a história das entidades e as suas narrativas:

### 5.2.1 Instituto Sou da Paz

O Instituto Sou da Paz é uma organização brasileira dedicada a promover a cultura de paz e a diminuição da violência. Fundado em 1999, o instituto atua por meio de pesquisas, mobilizações sociais, formulação de políticas públicas e projetos sociais, buscando soluções para os problemas relacionados à violência e à criminalidade (SOU DA PAZ, 2009).

O instituto foi criado por um grupo de pessoas preocupadas com a questão da violência no Brasil, especialmente em São Paulo, um estado que enfrentava altos índices de criminalidade. Inicialmente, o foco era a violência urbana e a segurança pública, mas ao longo dos anos, a organização expandiu suas atividades para lidar com questões relacionadas à justiça criminal, ao controle de armas, à segurança cidadã e à prevenção da violência.

De acordo com o site, a missão do Instituto Sou da Paz é contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e segura, com foco na prevenção e no combate à violência, por meio de políticas públicas, mobilização social e a promoção de uma cultura de paz.

O Instituto estabelece múltiplos objetivos para a sua atuação. Primeiramente, concentra esforços na elaboração e implementação de políticas públicas em parceria com governos e outras entidades, com o propósito de reduzir a violência e aprimorar a segurança no âmbito societário. Paralelamente, direciona-se a realizar estudos, pesquisas e análises detalhadas, visando compreender profundamente as raízes e os mecanismos subjacentes à violência, embasando-se em evidências para propor soluções efetivas (SOU DA PAZ, 2009).

Além disso, o Instituto se engaja na mobilização da sociedade civil, buscando instigar a participação e o envolvimento dos cidadãos em questões pertinentes à segurança e à prevenção da violência. Por fim, enfatiza a promoção da educação para a paz e a conscientização sobre a relevância da prevenção da violência, implementando iniciativas educacionais que visam à disseminação de uma cultura de não violência e resolução pacífica de conflitos.

O Sou da Paz tem se destacado por defender políticas públicas de controle de armas, posicionando-se contra o fácil acesso e a disseminação de armas de fogo. Nesse sentido, ele se opõe à ideia do armamento civil irrestrito, argumentando que o aumento do número de armas nas mãos dos cidadãos não contribui para a redução da violência, podendo, inclusive, agravar o quadro.

A entidade está alinhada com a causa do desarmamento, defendendo políticas que buscam controlar a posse e o porte de armas de fogo. A organização argumenta que o desarmamento é essencial para a redução da violência e dos índices de homicídios, baseando-se em dados estatísticos e evidências de países que implementaram leis mais rígidas de controle de armas.

Na perspectiva da pesquisa sobre a retórica da segurança pública e o armamento civil, o Instituto Sou da Paz é uma escolha relevante para análise, pois suas ações, posicionamentos e argumentos em defesa do desarmamento e da redução da violência estão profundamente enraizados em dados empíricos e pesquisas. A organização oferece uma perspectiva concreta sobre como o controle de armas pode afetar a segurança pública, proporcionando uma base para a análise crítica da retórica em torno do armamento civil e suas implicações na prevenção da violência.

### 5.2.2 Movimento Armas pela Vida

O Movimento Armas pela Vida, uma organização não governamental (ONG) brasileira fundada em 2016 no Rio Grande do Sul, surge como defensor do direito do cidadão ao porte de armas de fogo para autodefesa. Seu surgimento está associado a um grupo preocupado com o aumento da violência no Brasil, sustentando a visão de que o desarmamento civil não constitui a solução para tal problema.

De acordo com o perfil do movimento no Instagram, sua missão central é defender o direito constitucional de todos os cidadãos de portar armas de fogo para a defesa pessoal, e seu objetivo é promover a cultura da defesa pessoal e conscientizar a população sobre a importância desse direito. O Movimento é composto por sujeitos de diversas origens sociais, religiosas e ideológicas, atuando de maneira abrangente em todo o Brasil. Suas atividades incluem manifestações, palestras e campanhas de conscientização.

A escolha do Movimento Armas pela Vida para análise nesta pesquisa é justificada por diversos fatores. Primeiramente, o Movimento destaca-se como um dos principais defensores do armamento civil no Brasil, possuindo uma retórica polarizante, que alimenta o debate sobre o tema e divide a opinião pública. Em segundo lugar, sua influência significativa na discussão sobre segurança pública torna-o objeto relevante para estudos acadêmicos.

Embora existam outros movimentos e organizações favoráveis ao armamento civil que possuam maior relevância e influência política, durante o período eleitoral, o Armas pela

Vida se destacou por apresentar uma quantidade significativamente maior de postagens em sua conta do Instagram, com um foco político mais evidente. Essa maior presença e engajamento durante esse período, voltada para temáticas políticas, tornaram-no um objeto mais proeminente e analítico para a dissertação em questão.

Além de seu destaque pela maior quantidade de postagens no Instagram durante o período eleitoral, o movimento também conta com a participação de figuras influentes no cenário da segurança pública no Brasil. Dentre eles está Bene Barbosa, fundador e presidente do Movimento Viva Brasil, uma associação civil privada dedicada à defesa da revogação do Estatuto do Desarmamento. Ele também é reconhecido como autor de obras importantes no campo da segurança pública. Entre suas principais contribuições está o livro "Mentiram Para Mim Sobre o Desarmamento", publicado em 2015.

No que tange à relação do Movimento com a causa do desarmamento, ele se posiciona como um dos principais opositores do Estatuto do Desarmamento. O Movimento argumenta que o Estatuto é ineficaz na redução da violência, defendendo que, na realidade, torna a população mais vulnerável à criminalidade. Seus argumentos enfatizam o direito constitucional de portar armas, a percepção da arma de fogo como um instrumento de defesa pessoal e contestam a eficácia do desarmamento na redução da violência.

Em conclusão, o Movimento Armas pela Vida influencia o debate sobre segurança pública no Brasil por meio de uma retórica que pode ser interpretada e analisada sob diversas perspectivas. Por meio das publicações e informações no seu perfil do Instagram, nota-se que a sua presença na esfera pública gera debates acalorados e distintas visões em relação ao armamento civil, o que o torna um tema instigante para a análise em estudos acadêmicos.

### 5.3 Análise de conteúdo das postagens sobre armas no Instagram no contexto eleitoral

A escolha do Instagram como plataforma para análise é embasada por diversos motivos. De acordo com pesquisas de hábitos de mídia realizadas pela We Are Social e Hootsuite, o Instagram se destacou como a terceira rede social mais utilizada no Brasil em 2022, contando com aproximadamente 122 milhões de usuários ativos. Esses dados posicionaram o Instagram como uma plataforma de alcance expressivo, superada apenas pelo YouTube, com 138 milhões de usuários, e pelo WhatsApp, com 165 milhões.

Em vista disso, a relevância e o amplo alcance do Instagram se tornam fundamentais para compreender a dinâmica da comunicação e do engajamento do público em relação a temas espinhosos, como a retórica da segurança pública e o armamento civil. A capacidade

de realizar transmissões ao vivo (Lives) no Instagram também é um aspecto relevante, possibilitando interações em tempo real, o que pode ser significativo para a disseminação de mensagens e discussões sobre temas de interesse público.

Além disso, de acordo com o blog da HubSpot, em 2022 o Instagram se consolidou como uma das principais redes sociais para empresas, tornando-se essencial para organizações de todos os setores manterem uma presença ativa na plataforma. Através do Instagram, as empresas podem apresentar produtos, mostrar os bastidores de suas operações, realizar vendas diretas e, simultaneamente, construir a imagem da marca, humanizando o negócio e estabelecendo uma conexão mais próxima com o público.

No âmbito da pesquisa, a análise do conteúdo dos perfis no Instagram do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz, se revela uma escolha estratégica para compreender como essas organizações utilizam a plataforma para divulgar suas mensagens, engajar seu público e participar ativamente do debate sobre segurança pública e armamento civil. Através da análise das postagens, comentários, engajamento e estratégias de comunicação adotadas nessa rede social, é possível obter ideias relevantes sobre a retórica posta, as abordagens discursivas e a interação das entidades com seus seguidores, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e aprofundada sobre as estratégias de comunicação e o impacto dessas mensagens no contexto analisado.

O Instagram é reconhecido por oferecer diversas ferramentas e recursos visuais, como imagens, vídeos curtos, stories e reels, que podem ser analisados em profundidade para compreender como as organizações representam e comunicam suas mensagens sobre segurança pública e armamento civil. A análise desses elementos visuais pode ser fundamental para a compreensão da retórica e das estratégias comunicacionais utilizadas.

A natureza interativa do Instagram permite uma análise mais abrangente do engajamento dos seguidores com o conteúdo postado pelas organizações. Através dos comentários, curtidas, compartilhamentos e interações em tempo real, é possível compreender como o público reage, questiona e interage com as mensagens transmitidas, oferecendo entendimentos úteis sobre a eficácia da comunicação e a recepção das mensagens.

O Instagram desempenha um papel relevante na formação de opinião e no debate público. A capacidade da plataforma de influenciar as percepções, atitudes e comportamentos do público em relação a questões relevantes, como a segurança pública e o armamento civil, justifica sua escolha para a análise. Compreender como essas organizações se posicionam e participam desse diálogo é essencial para a compreensão do impacto e da influência das mensagens veiculadas.

O Instagram é uma rede social em constante evolução, refletindo as tendências e o *zeitgeist* da sociedade. Analisar o conteúdo publicado durante um período específico, como o período eleitoral de 2022, oferece um olhar atual e contemporâneo sobre como as organizações se adaptam e se envolvem com as discussões em curso, enriquecendo a compreensão da retórica utilizada e da dinâmica das estratégias de comunicação.

Em suma, o Instagram proporciona uma gama variada de conteúdo visual, interações em tempo real, influência na opinião pública e reflete a atualidade cultural, tornando-se uma plataforma rica e significativa para a análise da retórica, estratégias de comunicação e o impacto das mensagens do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz no contexto da segurança pública e do armamento civil.

### 5.3.1 Compreendendo o discurso público através da análise de conteúdo

A metodologia adotada para a análise do conteúdo da recepção da mensagem e do debate público na internet no contexto do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz envolve a aplicação de uma abordagem de análise de conteúdo qualitativa. Tal metodologia é amplamente reconhecida como um instrumento valioso para investigar como as mensagens são recebidas, interpretadas e discutidas pelo público, assim como compreender os diferentes aspectos do debate público na internet.

A abordagem da análise de conteúdo da recepção da mensagem visa a examinar como os seguidores e o público em geral interagem e interpretam as mensagens compartilhadas pelos perfis do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz no Instagram. Esse método envolve a análise descritiva e sistematização dos comentários, reações, compartilhamentos e interações geradas pelas postagens. As categorias emergentes são examinadas para identificar padrões, percepções, atitudes e respostas do público diante das mensagens veiculadas, possibilitando a compreensão do impacto e da eficácia das estratégias comunicacionais utilizadas.

A investigação do debate público na internet se concentra na análise dos comentários, discussões e interações geradas pelas postagens dos perfis do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz, levando em consideração o contexto do período eleitoral. Essa abordagem busca identificar temas, argumentos, polarizações e engajamentos presentes nas interações, destacando a natureza dos debates e as diferentes perspectivas em relação à segurança pública e ao armamento civil. A análise do debate público na internet visa

compreender as dinâmicas, controvérsias e a pluralidade de vozes presentes nesse espaço, proporcionando ideias cruciais sobre a natureza e a amplitude das discussões geradas.

Ambas as análises se baseiam na identificação e classificação de temas emergentes, padrões de interação, frequência de menções a determinados tópicos e na compreensão das respostas e reações do público diante das mensagens compartilhadas. Essas abordagens qualitativas de análise de conteúdo visam aprofundar a compreensão das estratégias comunicacionais, da retórica empregada e do impacto das mensagens do Movimento Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz, contribuindo para um entendimento mais abrangente do debate público e da recepção da mensagem sobre segurança pública e armamento civil no contexto do período eleitoral.

## 5.4 Armar ou desarmar: Uma análise comparativa das postagens do Armas pela Vida e do Sou da Paz

A análise de conteúdo das postagens dos perfis do Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz revela diferenças significativas em suas interações no Instagram durante o período eleitoral. O Armas pela Vida apresentou um número de seguidores consideravelmente menor, com aproximadamente 18,4 mil, em comparação com os 36,6 mil seguidores do Instituto Sou da Paz.

Em relação ao volume de postagens durante o período eleitoral de 2022, observou-se uma disparidade marcante: o perfil do Movimento Armas pela Vida publicou um total de 16 postagens, enquanto o perfil do Instituto Sou da Paz apresentou 73 postagens, evidenciando uma atividade mais intensa neste período.

Quanto ao foco nas postagens relacionadas ao tema de armas durante o período eleitoral, o Armas pela Vida direcionou a maior parte de suas postagens, com 15 das 16 publicações voltadas especificamente para esse tema. Por outro lado, o Instituto Sou da Paz abordou o tema em 33 das 73 postagens realizadas durante o mesmo período.

Esses números indicam uma concentração mais direta do Armas pela Vida na discussão sobre armamento civil em suas postagens no Instagram durante o período eleitoral, em comparação ao Instituto Sou da Paz, que embora tenha abordado o tema, direcionou uma porcentagem menor de suas publicações para essa temática. Esses dados representam elementos relevantes para a compreensão das estratégias de comunicação, do enfoque temático e do nível de atividade dos perfis analisados durante esse momento específico.

A análise da retórica relacionada ao uso e à regulamentação de armas nas postagens das instituições Armas pela Vida e Instituto Sou da Paz se concentrará especificamente nas publicações relacionadas ao tema durante o período eleitoral. Dessa forma, o escopo da análise será delimitado às 15 postagens do Armas pela Vida e às 33 postagens do Instituto Sou da Paz que abordaram a temática das armas, permitindo uma investigação mais aprofundada e comparativa das narrativas apresentadas por ambas as instituições sobre esse assunto específico.

## 5.5 Análise da retórica sobre armas nos perfis

### 5.5.1 As postagens do Instagram do Movimento Armas pela Vida

O perfil apresenta em suas postagens uma abordagem que valoriza a cultura armamentista, destacando eventos, produtos e personalidades relacionadas ao universo das armas de fogo. Sua retórica enfatiza pontos como direito natural, patriotismo, cidadão de bem, família e liberdade. As postagens evidenciam um alinhamento com uma visão pró-armas e uma oposição a medidas restritivas, especialmente aquelas propostas por membros da esquerda.

### 5.5.2 O evento Shotfair Brasil

A análise do perfil do Movimento Armas Pela Vida durante o evento 'Shotfair Brasil' revela estratégias de comunicação que podem ser interpretadas à luz das teorias de Michel Foucault sobre poder e conhecimento e dos vieses cognitivos apresentados por Daniel Kahneman. Através da participação ativa no evento, o Movimento busca criar uma narrativa em torno da cultura armamentista, alinhando-se com valores como direito natural, patriotismo, cidadão de bem, família e liberdade.

A 'Shotfair' é uma feira anual que reúne entusiastas, fabricantes e especialistas do setor de armas. A primeira edição foi realizada em 2021 e ocorreu no Centro de Convenções e Exposições Expoville, em Joinville (SC), contando com 55 estandes de marcas nacionais e internacionais. Em 2022, o evento consolidou seu sucesso, registrando um significativo aumento de público, com 32 mil visitantes e movimentando R$120 milhões em negócios.

Durante o evento, o perfil destaca a interação entre visitantes e especialistas, enfatizando a troca de informações sobre desempenho, características técnicas e acesso a produtos. A presença de influenciadores do mundo das armas, como destacado no site do

evento, é explorada pelo Movimento para amplificar sua mensagem junto a milhares de seguidores entusiasmados.

A 'Shotfair' é mais do que um simples evento comercial; é um espaço onde se desenvolvem e são reforçadas as disciplinas do discurso relacionadas à cultura armamentista. Como apontado por Foucault, os campos do saber são parte dos mecanismos de poder que moldam a maneira como as sociedades pensam sobre determinados temas. Neste contexto, o 'Shotfair' torna-se uma instituição que contribui para a formação e normalização da cultura armamentista, apresentando-a como algo desejável e aceitável.

As postagens durante a 'Shotfair' revelam uma estratégia eficaz de promoção da cultura armamentista. Ao destacar marcas renomadas, interações com especialistas e a presença de influenciadores, o Movimento busca criar uma narrativa que legitima a cultura das armas como algo inerentemente valioso. Foucault argumentaria que essa estratégia contribui para a normalização da cultura armamentista na sociedade, tornando-a uma prática aceitável.

A presença de instrutores, como Rangel Barbosa da Cunha, é utilizada para transmitir conhecimento sobre armamento. Foucault destacaria que essa abordagem legitima o movimento, assim como exerce um poder disciplinar ao moldar a compreensão das pessoas sobre as armas. A educação é, assim, empregada como uma ferramenta para consolidar a cultura armamentista como parte do senso comum.

Ao enfatizar valores como direito natural, patriotismo e família, o Movimento apela aos vieses emocionais, explorando o sistema de pensamento de Kahneman e busca atingir o Sistema 1, que é altamente influenciado por emoções e respostas automáticas. A associação destes valores à cultura armamentista cria uma narrativa positiva em torno da posse de armas, ancorando-as em emoções positivas. Isso pode levar os seguidores a reagirem de maneira intuitiva e favorável à ideia de que apoiar o direito às armas é equivalente a apoiar esses valores fundamentais.

A narrativa emotiva construída em torno da cultura armamentista visa engajar o Sistema 1 dos seguidores. Ao destacar o direito natural à autodefesa, a proteção da família e a preservação da liberdade, o Movimento cria uma história emocionalmente carregada. Essa narrativa não somente apela aos sentimentos, como também busca estabelecer uma conexão emocional direta entre a cultura armamentista e as noções profundamente enraizadas de patriotismo e valores familiares.

A estratégia de ancorar as atitudes e decisões dos seguidores em sentimentos positivos é uma técnica persuasiva. Associar a cultura armamentista a conceitos como cidadão de bem

e liberdade busca criar uma base emocional sólida para a aceitação desses valores. Os seguidores, ao experimentarem emoções positivas associadas à cultura armamentista durante a Shotfair, são mais propensos a ancorar suas atitudes e decisões nesses sentimentos, tornando a aceitação da mensagem mais provável.

Ao apelar para os vieses emocionais, o Movimento busca influenciar as atitudes, assim como as decisões dos seguidores em relação à cultura armamentista. O objetivo é criar uma conexão emocional tão forte que a aceitação da ideia de que o direito às armas está intrinsecamente ligado a valores positivos seja automática e intuitiva. Essa abordagem pode ter implicações significativas na formação de opiniões e no comportamento dos seguidores, contribuindo para a consolidação da cultura armamentista como algo não apenas aceitável, mas também desejável e virtuoso.

A análise sob as lentes de Foucault e Kahneman revela que as estratégias de comunicação do Movimento Armas Pela Vida no evento 'Shotfair' são profundas e diversas. Elas promovem a cultura armamentista, bem como exercem poder disciplinar ao moldar o discurso em torno das armas. Além disso, a exploração dos atalhos mentais destaca como as estratégias são projetadas para influenciar as percepções e atitudes, consolidando a aceitação da cultura armamentista entre seus seguidores.

### 5.5.3 O posicionamento político

O Movimento Armas Pela Vida se posiciona politicamente em um período de intensa polarização durante as eleições de 2022, onde o STF desempenha um papel central. As decisões controversas, como a suspensão de decretos de armas pelo ministro Fachin, acontecem em meio a acusações de ataques às instituições democráticas por parte do presidente Bolsonaro. Nesse contexto, as estratégias de comunicação do Movimento se tornam instrumentos cruciais para moldar a percepção pública e mobilizar sua base de apoiadores.

O Supremo Tribunal Federal estava em um período de grande polarização durante o período eleitoral brasileiro de 2022. O presidente Jair Bolsonaro, que era candidato à reeleição, estava envolvido em uma série de polêmicas, incluindo acusações de incitação à violência e de ataques às instituições democráticas. Em meio a esse contexto, o ministro Edson Fachin suspendeu, em 5 de setembro de 2022, trechos de decretos editados pelo governo Bolsonaro que facilitavam a compra e porte de armas por civis.

A decisão de Fachin foi tomada em resposta a uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Os partidos alegavam que os decretos de Bolsonaro violavam o Estatuto do Desarmamento, uma lei federal que regula o controle de armas no Brasil. A decisão de Fachin foi criticada por Bolsonaro e seus aliados, que acusaram o ministro de interferência eleitoral. O presidente chegou a chamar a decisão de "autoritária" e de "abuso de poder".

Os defensores da decisão de Fachin argumentaram que ela era necessária para prevenir a violência política durante as eleições. Eles apontaram que os decretos de Bolsonaro facilitavam o acesso a armas para pessoas que poderiam usá-las para cometer crimes eleitorais. A suspensão dos decretos de armas foi um momento importante no período eleitoral de 2022. A decisão de Fachin foi vista como um sinal de que o STF estava disposto a intervir para proteger a democracia brasileira.

A decisão foi tomada por Fachin em caráter liminar, o que significa que ela era provisória e ainda precisava ser referendada pelo plenário do STF, o que aconteceu logo em seguida. Fachin suspendeu trechos de decretos que flexibilizavam a posse e o porte de armas para caçadores, atiradores e colecionadores. De acordo com a decisão de Fachin, a posse de armas deve ser autorizada apenas para quem tiver efetiva necessidade. A suspensão dos decretos de armas foi um tema de grande debate na mídia e nas redes sociais. Os apoiadores de Bolsonaro criticaram a decisão, enquanto seus opositores a defenderam.

A representação visual de Fachin com a sigla 'PT' na testa, na postagem de 05.09.2022, é uma estratégia retórica destinada a influenciar a percepção pública sobre a suspensão dos decretos de armas. Essa imagem encapsula o dispositivo de controle ao associar a decisão do STF à polarização política, transformando-a em um símbolo do embate entre defensores e opositores do direito ao armamento. O Movimento procura gerar uma narrativa que destaque sua oposição a regulamentações mais restritivas, apelando diretamente aos sentimentos e percepções de seus seguidores.

A manifestação do coordenador do Movimento, João Pedro Petek, revela uma estratégia de engajamento, aproveitando-se do dispositivo de controle de Foucault. Ao destacar a importância do movimento na preservação do direito à legítima defesa, busca consolidar uma identidade coletiva em torno do Movimento. A crítica ao agendamento do julgamento das ações sobre os decretos de armas não apenas questiona a legalidade, como ainda destaca uma suposta falta de respeito ao processo judicial, visando minar a legitimidade da decisão do STF aos olhos de seus seguidores.

A postagem que reporta a confirmação das restrições a armas pelo STF revela a estratégia do Movimento em explorar vieses cognitivos, em linha com a teoria de Kahneman. O tom de descontentamento evidencia um viés emocional, possivelmente interpretado como uma perda de liberdade para os defensores do movimento. A imagem que destaca o crescimento do controle de armas no Brasil, referindo-se à decisão do STF, explora o viés da ancoragem, conectando-se a uma narrativa preexistente de autonomia individual ameaçada.

A abordagem crítica do Movimento em relação a Lula e ao PT é uma manifestação do uso do discurso, onde a retórica pró-armas se torna uma ferramenta política. Ao questionar a troca de armas por livros, o Movimento busca articular uma visão específica do papel das armas na sociedade, ancorada em valores de autodefesa e oposição à perspectiva política representada por Lula e o PT, enquanto ironiza o uso da segurança armada do candidato. Essa estratégia reflete uma tentativa de influenciar a formação discursiva em torno do tema, enquadrando-o como uma escolha entre segurança individual e críticas políticas.

A estratégia de associar eleitores de Lula ao crime organizado, como visto na postagem de 06.10.2022, utiliza a estratégia de estigmatizar a oposição. Essa tática busca reforçar a narrativa do Movimento de que a regulamentação de armas deve ser direcionada apenas aos "cidadãos de bem". A associação da oposição ao crime organizado é uma tentativa de antagonizar os opositores, criando uma justificativa para a necessidade percebida de uma abordagem mais equitativa na regulamentação de armas.

### 5.5.4 Breves considerações:

A análise das estratégias de comunicação do Movimento Armas Pela Vida durante o evento 'Shotfair Brasil' e em seu posicionamento político revela uma maestria persuasiva que se estende além da mera promoção da cultura armamentista. À luz das teorias de Foucault e Kahneman, torna-se claro que o Movimento busca legitimar a posse de armas, além de praticar um poder disciplinar ao moldar o discurso e influenciar a cognição de seus seguidores.

A 'Shotfair Brasil' emerge como mais do que uma feira comercial, transformando-se em um dispositivo de controle que contribui ativamente para a normalização da cultura armamentista na sociedade. A associação emocional cuidadosamente construída entre valores como direito natural, patriotismo e família, e a posse de armas, visa ancorar as atitudes dos seguidores em sentimentos positivos, solidificando a aceitação da cultura armamentista como algo aceitável e também almejado.

No contexto do posicionamento político, as estratégias retóricas do Movimento se revelam como instrumentos fundamentais em um cenário polarizado. A representação visual de Fachin com a sigla 'PT' na testa exemplifica uma clara tentativa de transformar a suspensão dos decretos de armas em um símbolo do embate político em torno do direito ao armamento.

A estigmatização da oposição, ao associar eleitores de Lula ao crime organizado, visa não só antagonizar, como também justificar a narrativa do Movimento de que a regulamentação de armas deve ser direcionada exclusivamente aos "cidadãos de bem". Essas estratégias, alinhadas às teorias de Foucault sobre dispositivos de controle, contribuem para a consolidação da identidade coletiva em torno do Movimento, enfatizando a importância da luta pela preservação do direito à legítima defesa.

A análise conjunta desses dois blocos revela que as estratégias do Armas Pela Vida transcendem a mera persuasão; elas moldam ativamente a forma como a cultura armamentista é percebida e internalizada. Ao explorar as disciplinas do discurso de Foucault e os vieses emocionais de Kahneman, a análise oferece uma compreensão de como o perfil comunica suas mensagens e exerce um poder sutil sobre as percepções e decisões de seus seguidores, contribuindo para a configuração do discurso público em torno do direito ao armamento civil.

### 5.5.5 As postagens do Instagram do Instituto Sou da Paz

O Instituto Sou da Paz demonstra uma estratégia comunicativa embasada em dados ao explorar seu Instagram. A ênfase em dados e propostas revela uma abordagem que busca construir argumentos racionais e embasados para promover o desarmamento e criticar a flexibilização das leis de armas. Esta abordagem pode ser compreendida com base nas teorias apresentadas, destacando dispositivos de controle, disciplinas do discurso e vieses cognitivos.

O Sou da Paz utiliza seus posts para destacar a fiscalização irregular de atiradores, propondo um modelo integrado de controle de armas. Essa estratégia se assemelha aos dispositivos de controle de Foucault, onde o Instituto busca moldar a percepção pública e fortalecer a regulamentação das armas como uma medida de segurança mais eficaz. A ênfase nas propostas e ações específicas visa disciplinar o discurso em torno do controle de armas, contribuindo para a formação de uma norma social que apoie regulamentações mais rígidas.

Essa entidade adota estratégias fundamentadas nas disciplinas do discurso ao associar sua imagem e ações aos órgãos de segurança pública e a outras instituições, destacando

propostas concretas para o controle de armas. Essa abordagem é particularmente evidente em suas postagens que buscam uma conexão direta com os órgãos de segurança e expressam apoio a decisões importantes do STF e TSE, como a suspensão dos decretos de armas e a proibição do uso de armas nos locais de votação durante as eleições.

Sua abordagem também demonstra uma compreensão das implicações sociais da posse de armas, conectando o desarmamento a questões de gênero e raça. Essa associação pode ser entendida à luz de uma das disciplinas do discurso que é a sociologia. Ao trazer a violência contra a mulher e contra pessoas negras para o centro da discussão sobre desarmamento, a organização visa oferecer uma perspectiva mais ampla da questão e também sensibilizar diferentes setores da sociedade para a importância da regulamentação das armas.

A organização também busca construir uma aliança com os órgãos de segurança pública por meio de suas propostas específicas para o controle de armas. Ao destacar a fiscalização irregular de atiradores e propor modelos integrados de controle de armas, ela aborda questões fundamentais de segurança e sinaliza uma disposição para colaborar com as autoridades para fortalecer as regulamentações. Essa estratégia busca legitimidade e também se insere nos discursos sobre segurança, alinhando-se com as preocupações inerentes aos órgãos de segurança e fortalecendo seu posicionamento como parceiro confiável na promoção do controle de armas.

O respaldo público e ativo às decisões do STF e TSE relacionadas à suspensão dos decretos de armas de Bolsonaro e à proibição do uso de armas nos locais de votação durante as eleições é outra demonstração clara de como a organização utiliza as disciplinas do discurso e fomenta os dispositivos de controle. Ao apoiar essas decisões, o Instituto se coloca como um defensor da legalidade e da ordem democrática, associando-se a instituições de autoridade e enfatizando o papel da regulamentação de armas na preservação da ordem pública e democrática. Essa estratégia visa validar as posições do Sou da Paz perante o público e reforçar a narrativa de que medidas mais restritivas são necessárias para manter a segurança coletiva.

A atuação em apoio a decisões do STF e TSE transcende o âmbito da segurança pública, envolvendo-se diretamente na esfera política do país. Essas postagens alinham a organização com instituições-chave e exercem influência sobre a formação de opinião pública em relação às políticas de controle de armas. Ao utilizar as disciplinas do discurso, o Instituto constrói uma narrativa em que a segurança pública e a integridade do processo democrático são fundamentais, e, por conseguinte, o controle mais rigoroso de armas é uma

necessidade incontestável. Essa estratégia visa persuadir, moldar o discurso público e influenciar a agenda política em direção a medidas mais restritivas.

A estratégia centrada em dados não exclui a consideração dos vieses cognitivos, e aqui entra a relevância das teorias de Kahneman. Ao criticar a flexibilização de armas e destacar os potenciais riscos associados, o Sou da Paz busca influenciar os vieses cognitivos do público. As imagens e mensagens são elaboradas para apelar às emoções e ao Sistema 1 de pensamento, buscando uma resposta mais imediata e intuitiva. Ao conectar a flexibilização das leis de armas ao aumento da violência, a organização explora vieses cognitivos como a ancoragem, onde busca ancorar a percepção do público em sua narrativa específica.

Outras postagens envolvem campanhas pelo desarmamento e demonstram uma abordagem mais envolvente ao utilizar músicas populares e personalidades famosas do campo da atuação e da música. Essa tática visa criar uma conexão mais emocional e próxima com o público, associando a causa do desarmamento a figuras reconhecíveis e influentes. Ao fazer isso, o Instituto busca informar e influenciar as atitudes e compreensões do público, explorando atalhos mentais para fortalecer a mensagem.

Ao associar personalidades famosas, como atores e músicos, às campanhas pelo desarmamento, a entidade busca capitalizar a influência e o apelo emocional dessas figuras. A estratégia utiliza a popularidade dessas celebridades e busca alinhar suas imagens a retóricas específicas. Por exemplo, ao envolver um músico conhecido em uma campanha, a organização pode associar a mensagem do desarmamento à expressão artística e à sensibilidade emocional, criando uma narrativa que ultrapassa a mera informação técnica sobre controle de armas.

Os impactos pretendidos ao associar celebridades a campanhas de desarmamento são vários. Em primeiro lugar, a presença de figuras conhecidas pode aumentar a visibilidade da campanha, atingindo um público mais amplo e diversificado. Além disso, a associação com personalidades carismáticas pode gerar empatia e confiança, elementos cruciais para persuadir o público. No contexto dos vieses cognitivos, essa estratégia pode explorar o viés de autoridade, onde as pessoas tendem a dar mais credibilidade a informações quando apresentadas por fontes consideradas confiáveis, como figuras públicas respeitadas.

Associar uma pessoa famosa a uma retórica específica, como a defesa do desarmamento, também pode atingir o viés de ancoragem. Se a personalidade envolvida tem uma imagem positiva, essa positividade pode ser transferida para a mensagem do desarmamento, ancorando-a em emoções positivas associadas à admiração pela celebridade.

Isso pode levar o público a reagir de maneira mais receptiva à mensagem, considerando-a não só como uma informação isolada, mas como parte de uma narrativa emocional maior.

Essa estratégia visa estabelecer uma conexão emocional direta com o público, buscando uma mudança de atitude em relação à posse de armas. Ao utilizar músicas populares e figuras de destaque, o Sou da Paz procura romper barreiras emocionais, aproximando-se do Sistema 1 de pensamento. Essa abordagem visa atingir respostas emocionais automáticas e intuitivas, ancorando a mensagem do desarmamento em sentimentos positivos associados à admiração pelas celebridades envolvidas.

### 5.5.6 Breves considerações

A análise das postagens do Instagram do Instituto Sou da Paz revela uma estratégia comunicativa elaborada e embasada em dados, alinhada à promoção do desarmamento e à crítica à flexibilização das leis de armas. Ao explorar dispositivos de controle, disciplinas do discurso e vieses cognitivos, a organização constrói uma narrativa coesa e persuasiva. A ênfase em dados e propostas destaca a abordagem centrada em argumentos racionais e embasados, visando moldar a percepção pública e fortalecer a regulamentação das armas como medida de segurança eficaz.

A estratégia do Sou da Paz abrange desde a fiscalização irregular de atiradores até o apoio a decisões importantes do STF e TSE, inserindo-se tanto na esfera de segurança pública quanto na política nacional. A associação a órgãos de segurança e a defesa ativa das decisões judiciais reforçam a legitimidade da organização, posicionando-a como defensora da ordem democrática e da segurança coletiva. Essa abordagem, alinhada às disciplinas do discurso, busca influenciar a opinião pública e impactar a agenda política em prol de regulamentações mais restritivas.

Além disso, ao conectar o desarmamento a questões sociais, como gênero e raça, o Sou da Paz demonstra uma compreensão das implicações sociais da posse de armas. Essa abordagem sociológica busca sensibilizar diversos setores da sociedade, oferecendo uma perspectiva maior sobre a regulamentação de armas. A estratégia também se estende às campanhas pelo desarmamento, nas quais a associação a celebridades busca criar uma conexão emocional com o público, explorando vieses cognitivos para fortalecer a persuasão.

Por fim, o Sou da Paz adota uma estratégia abrangente que ultrapassa a simples promoção do desarmamento. Sua atuação vai além, envolvendo-se ativamente na formação de normas sociais, no fortalecimento da regulamentação e na influência sobre a agenda

política. A organização constrói uma narrativa de que busca informar, transformar atitudes e moldar a percepção pública em direção a uma sociedade mais segura e regulamentada (SOU DA PAZ, 2009).

### 5.6 Comparação das estratégias retóricas nas publicações

Os perfis do Instagram do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz apresentam perspectivas distintas sobre o tema do uso e regulação de armas no Brasil. Ao analisar as postagens de ambos os perfis durante o período eleitoral de 2022, podemos identificar diferentes estratégias retóricas utilizadas para comunicar suas mensagens aos seguidores. Esta seção abordará a análise retórica das publicações dos perfis do Instagram, explorando tópicos como o tratamento do tema, os elementos mencionados, os atores nas narrativas e as responsabilidades atribuídas, destacando as diferenças fundamentais nas abordagens dessas organizações.

O Armas Pela Vida utiliza elementos emocionais, como patriotismo e liberdade, apelando à emoção e valores compartilhados pelos seguidores. O Instituto Sou da Paz baseia sua retórica em dados e fatos, buscando apresentar argumentos racionais e lógicos para promover o desarmamento.

Os elementos mencionados nas postagens refletem o foco e as prioridades de cada organização. O Armas Pela Vida destaca eventos relacionados a armas, exposições, instrutores de tiro e critica decisões políticas e judiciais que considera restritivas. Sua retórica reforça os elementos da segurança individual, família, autonomia e alegações de tratamento discriminatório de diferentes grupos políticos. Por outro lado, o Sou da Paz aborda questões relacionadas à segurança coletiva, controle de armas e violência. Suas postagens incluem propostas específicas, dados sobre desarmamento, campanhas históricas e críticas à flexibilização das leis de armas. Elementos como segurança, dados estatísticos, direitos humanos e gênero são mencionados para fundamentar sua perspectiva.

Os atores destacados nas narrativas revelam as diferentes ênfases de cada instituição. O Armas Pela Vida destaca predominantemente figuras que defendem o direito ao armamento, instrutores de tiro e, ocasionalmente, políticos de orientação mais conservadora, como Bolsonaro. O STF é mencionado de maneira crítica, em particular quando suas decisões são percebidas como restritivas. Já o Sou da Paz destaca atores relacionados à segurança pública, organizações da sociedade civil, ativistas pelos direitos humanos e vítimas

da violência armada. Além disso, a instituição busca engajar políticos e autoridades responsáveis pela formulação de políticas de controle de armas.

As responsabilidades atribuídas pelos perfis refletem suas perspectivas sobre as causas da violência armada e as soluções necessárias. O Armas Pela Vida atribui responsabilidade aos defensores de restrições ao porte de armas, destacando políticos, figuras da esquerda e decisões judiciais que consideram prejudiciais ao direito individual de possuir armas. Há um enfoque na responsabilidade individual pela autodefesa e proteção da família.

Em contraste, o Sou da Paz atribui responsabilidade à flexibilização das leis de armas como fator contribuinte para a violência armada. O realce recai sobre a necessidade de ações governamentais mais restritivas, fiscalização eficaz e controle mais rigoroso sobre a circulação de armas. Além disso, busca sensibilizar a sociedade civil sobre os riscos associados à banalização das armas.

O Armas Pela Vida frequentemente adota uma postura de oposição e engajamento político, criticando figuras e decisões que considera contrárias aos seus interesses e buscando influenciar o cenário político a seu favor. Em contrapartida, o Sou da Paz adota uma abordagem mais voltada para o advocacy e busca o diálogo, apresentando questões e propondo soluções, indicando uma disposição para se engajar em discussões construtivas.

A análise também traz o entendimento de que o Armas Pela Vida busca normalizar o uso das armas ao destacar eventos e situações em que armas são vistas como parte integrante da vida cotidiana. Por outro lado, o Sou da Paz busca sensibilizar o público sobre os perigos da normalização das armas, conectando a questão a problemas sociais e de segurança.

O Armas Pela Vida utiliza uma abordagem que destaca a defesa do direito natural de legítima defesa, o patriotismo e a promoção da liberdade individual, além de abordar temas como família e cidadão de bem. A retórica adotada é marcada por elementos visuais, como vídeos e imagens de eventos relacionados ao universo das armas, reforçando a ideia de normalização e aceitação social das armas.

O perfil também se engaja em críticas políticas, utilizando imagens e mensagens provocativas, muitas vezes associadas a eventos ou figuras públicas. O destaque na desconfiança em relação às instituições e à segurança pública é evidente, sugerindo que a posse de armas pelos cidadãos seria a solução para proteger a si mesmos e suas famílias.

Ao apresentar figuras públicas contrárias à narrativa do Armas Pela Vida, como a governadora Regina Sousa e o ministro do STF Edson Fachin, o perfil busca construir uma imagem de oposição entre os que defendem o direito às armas e aqueles que, segundo o movimento, buscam restringi-lo.

O Instituto Sou da Paz adota uma abordagem mais focada na evidência factual, utilizando matérias jornalísticas e dados estatísticos para embasar seus argumentos. O perfil busca desconstruir a narrativa pró-armas ao abordar temas como a relação entre a flexibilização do acesso às armas e o aumento da violência armada. A retórica do Sou da Paz enfatiza propostas para uma política mais restritiva, como o controle de armas, esclarecimento de homicídios, e gestão para resultados. O perfil critica a narrativa de que mais armas significam maior segurança, destacando o potencial risco associado ao aumento do armamento civil.

Além disso, o Sou da Paz busca conectar a questão das armas a temas sociais, como a violência contra a mulher e pessoas negras e o papel das instituições na preservação da democracia. A retórica adotada visa criar uma consciência sobre os impactos sociais e políticos da política armamentista.

A investigação das postagens dos perfis do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz revela estratégias retóricas complexas e distintas. Enquanto o Armas Pela Vida enfatiza valores emocionais, engajamento político e normalização das armas, o Instituto Sou da Paz busca persuadir por meio de dados, propostas e sensibilização sobre os impactos sociais do armamento.

Essa dicotomia reflete não apenas divergências nas visões sobre o controle de armas, como também as diferentes abordagens na comunicação dessas perspectivas ao público. A polarização evidente nessas postagens ressalta a importância do entendimento mútuo e do diálogo para abordar uma questão tão complexa e controversa como o controle de armas no país. A compreensão dessas estratégias é essencial para contextualizar o debate e promover um diálogo mais informado e construtivo sobre políticas relacionadas às armas no Brasil.

As divergências fundamentais nas abordagens dessas organizações podem ser explicadas por meio de uma análise dos dispositivos de controle, disciplinas do discurso, conhecimento, poder e vieses cognitivos presentes em suas estratégias comunicativas. Tais elementos são utilizados de forma diferente por cada organização, o que resulta em diferentes formas de comunicação e, consequentemente, em diferentes abordagens.

Foucault explora como as instituições e autoridades exercem poder e influência sobre as pessoas. O Armas Pela Vida destaca figuras que defendem o direito ao armamento, instrutores de tiro e políticos mais conservadores, agindo como atores que legitimam a narrativa pró-armas. Por sua vez, o Sou da Paz destaca atores relacionados à segurança pública, organizações da sociedade civil e ativistas pelos direitos humanos, buscando validar

sua perspectiva por meio de figuras que representam autoridades e especialistas no campo do controle de armas.

A análise das responsabilidades atribuídas também pode ser compreendida através da teoria das disciplinas. O Armas Pela Vida atribui responsabilidade àqueles que defendem restrições ao porte de armas, destacando políticos e figuras da esquerda. Essa atribuição de responsabilidade, em certo sentido, pode ser interpretada como uma estratégia para disciplinar o discurso em torno do direito individual às armas, moldando a percepção sobre quem é o "culpado" pelas restrições propostas. O Sou da Paz, ao atribuir responsabilidade à flexibilização das leis de armas como fator contribuinte para a violência armada, busca disciplinar o discurso em direção à necessidade de ações governamentais mais restritivas.

Ao incorporar as teorias de Kahneman, a análise pode destacar como as estratégias retóricas também envolvem atalhos cognitivos. O Armas Pela Vida, ao utilizar elementos visuais e mensagens provocativas, busca explorar vieses, como o viés de confirmação, buscando reforçar as crenças preexistentes de seu público sobre o direito às armas. A ênfase na desconfiança em relação às instituições e à segurança pública pode apelar ao viés de desconfiança, fortalecendo a persuasão do público.

Embora o Sou da Paz busque combater vieses cognitivos ao fundamentar sua retórica em evidências factuais e dados estatísticos, é importante reconhecer que o próprio ato de apresentar informações selecionadas pode, inadvertidamente, envolver o uso de vieses. A escolha de quais dados destacar, como apresentá-los e a ênfase dada a determinados aspectos da questão podem ser influenciadas por atalhos cognitivos, mesmo que de forma não intencional.

Por exemplo, ao destacar a relação entre a flexibilização do acesso às armas e o aumento da violência armada, o Sou da Paz apela ao viés de confirmação, escolhendo evidências que confirmam sua perspectiva preexistente. Além disso, a seleção de dados específicos ancora sua narrativa e pode induzir o público a interpretar a informação de maneira particular, levando em consideração o viés de ancoragem.

Outra comparação das estratégias retóricas dos perfis destaca o papel do conhecimento como um instrumento de poder no cenário do debate sobre o controle de armas no Brasil. Nesse contexto, as organizações utilizam o conhecimento não somente como uma ferramenta informativa, mas como um meio de exercer influência, moldar percepções e, em última instância, consolidar sua posição no espectro ideológico.

Ambos os perfis adotam abordagens distintas para construir narrativas que se alinham às suas respectivas visões sobre o tema, utilizando o conhecimento de maneiras estratégicas.

O Armas Pela Vida emprega uma retórica marcada por elementos emocionais, apelando a valores como patriotismo e liberdade. Nessa estratégia, o conhecimento é empregado não apenas como um conjunto de dados objetivos, mas como uma narrativa envolvente que ressoa com as emoções do público-alvo. Dessa forma, o conhecimento é instrumentalizado para criar uma conexão emocional, consolidando a mensagem pró-armas de forma persuasiva.

Já o Sou da Paz adota uma abordagem mais orientada para dados e fatos, utilizando o conhecimento de maneira a fundamentar argumentos racionais em prol do desarmamento. Aqui, o poder do conhecimento é empregado como um meio de oferecer uma perspectiva embasada, buscando persuadir o público por meio de evidências concretas e análises críticas.

A dicotomia nas estratégias retóricas reflete como o conhecimento se torna um instrumento de poder no sentido foucaultiano. Michel Foucault argumenta que o conhecimento não é neutro, mas uma forma de controle e regulamentação social. Ao moldar as narrativas em torno do controle de armas, essas organizações estão, de fato, exercendo poder sobre a construção de significados e interpretações na sociedade. Cada uma busca impor sua visão sobre o que é considerado aceitável, legítimo e verdadeiro no debate público.

Por fim, ao considerar o papel do conhecimento na influência sobre vieses cognitivos, como a ancoragem e o viés de confirmação, as organizações estão conscientemente utilizando o conhecimento como uma ferramenta para moldar as percepções individuais e coletivas. Ao ancorar a percepção do público em suas respectivas narrativas, essas organizações buscam consolidar o apoio, construindo uma base de seguidores que compartilham e reforçam as perspectivas apresentadas.

O exame das estratégias retóricas dos perfis revela a ênfase em duas abordagens distintas para o debate sobre armamento civil e a segurança pública. O Armas Pela Vida foca em uma retórica emocional, apelando a valores como patriotismo e liberdade, e buscando normalizar o uso das armas. O Sou da Paz, por sua vez, adota uma abordagem mais racional, fundamentada em dados e fatos, e buscando sensibilizar o público sobre os riscos da violência armada.

As estratégias retóricas também destacam o papel do conhecimento como um instrumento de poder no cenário do debate sobre o controle de armas. As organizações utilizam o conhecimento de maneiras estratégicas para moldar as narrativas em torno do tema. Compreender essas estratégias é vital para contextualizar o debate e promover um diálogo mais construtivo e equilibrado sobre o assunto.

## 5.7 Vozes em ecos digitais: Uma análise dos comentários e reações nas publicações do Armas pela Vida e do Sou da Paz

Esta seção realiza uma incursão no universo digital para explorar as reverberações das postagens do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz. Além da análise dos conteúdos das publicações, dedicaremos especial atenção aos comentários e reações geradas pelos internautas. A complexidade e riqueza desse espaço virtual tornam-se evidentes quando consideramos as vozes proeminentes que dão origem ao discurso e ainda as inúmeras vozes que se amalgamam nos comentários, criando um panorama multifacetado.

A análise dos comentários e reações visa contextualizar a influência desses perfis na construção de narrativas, identificar padrões de engajamento da audiência e compreender como as redes sociais se tornam um terreno fértil para a expressão de diversas opiniões sobre essa temática controversa. O entendimento desses elementos contribui para a compreensão sobre o impacto desses perfis na esfera pública e lança luz sobre as dinâmicas sociais que permeiam as discussões virtuais.

Ao adentrar o intricado tecido dos comentários e reações, busca-se não apenas captar a diversidade de vozes, mas também discernir os temas que ressoam entre os seguidores desses perfis. A interação digital, muitas vezes caracterizada por sua espontaneidade e imediatismo, proporciona uma plataforma singular para a manifestação de perspectivas individuais e coletivas.

### 5.7.1 Análise da retórica nos comentários nas publicações do Armas Pela Vida

A análise dos comentários nas postagens do Instagram do Movimento Armas Pela Vida revela uma diversidade de reações e perspectivas entre os seguidores em relação ao uso de armas e à regulação das armas no Brasil. A retórica empregada por esses seguidores reflete suas opiniões sobre o desarmamento e ainda os aspectos mais amplos de suas visões políticas e sociais.

Os seguidores do Movimento Armas Pela Vida defendem fortemente a posse e porte de armas, destacando valores como a liberdade e o direito à autodefesa. A utilização de hashtags como #armaspelavida e #bolsonaroaté2026 demonstra uma clara associação com o governo vigente na época e uma preferência por políticas pró-armamento. O uso de termos como "esquerdalha," referências à bandeira verde e amarela, e hashtags como #art142já

evidenciam a utilização de conceitos e símbolos comuns entre os seguidores. Essa estratégia busca fortalecer a coesão interna e reforçar a identidade política compartilhada.

Os seguidores demonstram desconfiança nas instituições legais, particularmente no STF. Expressões como "a ditadura da toga" e a sugestão de que a população deveria se manifestar com armas em mãos indicam uma profunda descrença no sistema judicial e na eficácia dos meios legais. Há apelos à desobediência civil e à não entrega de armas, indicando uma disposição para resistir a possíveis regulamentações mais rigorosas. A sugestão de comprar impressoras 3D para fabricar armas e a menção de ações mais drásticas, como a tomada do poder pelo exército, revelam uma disposição para ação direta.

A retórica dos seguidores do Movimento Armas Pela Vida reflete uma profunda polarização e desconfiança nas instituições políticas e legais. As estratégias retóricas adotadas, incluindo ataques pessoais, associações políticas e apelos à ação direta, buscam mobilizar a base de seguidores e influenciar o debate público em favor do armamento civil. Essa análise evidencia a complexidade do discurso em torno dessa questão e destaca a influência das redes sociais na formação e expressão das opiniões políticas.

Muitos comentários utilizam linguagem pejorativa e expressam descontentamento com a decisão do STF em relação aos decretos de armas ou com as declarações de Lula, há também uma tendência de associar a decisão do STF ao PT e ao comunismo. Há uma desconfiança notável em relação ao STF, com comentários sugerindo que a decisão é motivada por interesses políticos e ideológicos. Alguns comentários também questionam a legitimidade da instituição para tomar tal decisão.

O tom dos comentários reflete uma polarização política evidente, com termos como "ditador petralha" e "câncer" sendo usados para expressar desaprovação em relação a figuras políticas específicas. Alguns comentários expressam a crença em teorias de conspiração, como a suposta fraude nas eleições e a preocupação de que certas decisões estejam sendo tomadas em preparação para um cenário político específico.

A questão da segurança pessoal, especialmente em relação aos políticos, é recorrente nos comentários, sugerindo uma desconfiança em relação à classe política. A defesa do direito à legítima defesa e a crítica ao que é percebido como restrições excessivas às armas também são temas comuns. Alguns comentários sugerem a necessidade de ações práticas para combater as decisões percebidas como negativas, como questionar senadores, reverter decretos presidenciais e eleger representantes alinhados com determinadas ideias. Muitos comentários apontam para o que consideram hipocrisia, ainda mais em relação a políticos que

advogam pelo desarmamento enquanto usam seguranças armados. A citação de Lula em vídeos sobre ter possuído uma arma no passado é destacada como uma aparente contradição.

Essas observações indicam que a discussão online sobre esses tópicos está impregnada de emoções fortes, polarização política e desconfiança em relação às instituições. As opiniões variam significativamente, indo desde críticas específicas a políticos e decisões judiciais até desconfiança mais ampla nas intenções por trás dessas ações. A retórica adotada pelos seguidores reflete a visão pró-armamento do movimento e a influência das estratégias empregadas nas postagens da organização.

Os seguidores do Movimento Armas Pela Vida demonstram forte polarização em seus comentários, usando termos pejorativos e associando decisões do STF ao PT e ao comunismo. Essa polarização reflete a estratégia adotada pelo movimento em suas postagens, que muitas vezes destacam elementos emocionais e apelam a valores específicos para criar uma identidade política coesa entre os seguidores.

Comentários que sugerem a compra de impressoras 3D para fabricar armas e a menção de ações drásticas, como a tomada do poder pelo exército, indicam uma disposição para ação direta. Essa resposta está alinhada com a estratégia de engajamento político adotada pelo movimento em suas postagens, que muitas vezes critica decisões políticas e judiciais e sugere resistência a possíveis regulamentações mais rigorosas.

A profunda desconfiança expressa em relação ao STF, com sugestões de que a decisão é motivada por interesses políticos e ideológicos, está alinhada com a estratégia do Armas Pela Vida de deslegitimar instituições que não apoiam suas posições. Isso reforça a narrativa de que as decisões institucionais não são imparciais, mas moldadas por agendas políticas.

As reações dos seguidores, marcadas por desconfiança nas instituições e apelos à desobediência civil, refletem a resistência aos dispositivos de controle, como o sistema judiciário, que não se alinham com suas posições. A estratégia de polarização adotada nas postagens do movimento contribui para a deslegitimação desses dispositivos, reforçando a narrativa de que as decisões são motivadas por interesses políticos.

A forte polarização, o uso de linguagem pejorativa e a propagação de teorias de conspiração nos comentários são indicativos de vieses cognitivos, como o viés de confirmação e a ancoragem. Os seguidores, ao escolherem informações que confirmam suas crenças e ancorarem suas percepções em narrativas específicas, demonstram como os vieses cognitivos influenciam a interpretação das informações e a formação de opiniões.

A associação entre a desconfiança expressa pelos seguidores em relação ao STF e a estratégia da organização de deslegitimar instituições pode ser interpretada pela ótica da teoria das conspirações proposta por Stephan Lewandowsky e John Cook em "O Manual das Teorias da Conspiração". Essa teoria traz o passo a passo sobre como as pessoas podem ser propensas a aceitar e espalhar teorias da conspiração, especialmente quando há desconfiança em relação às instituições.

A teoria de Lewandowsky e Cook sugere que a desconfiança nas instituições pode criar um terreno fértil para a aceitação de teorias da conspiração. Quando as pessoas têm uma visão negativa ou desconfiada das instituições, estão mais inclinadas a acreditar em explicações alternativas para eventos, muitas vezes recorrendo a narrativas conspiratórias que atribuem intenções ocultas a essas instituições.

Ao deslegitimar o STF, sugerindo que suas decisões são motivadas por interesses políticos e ideológicos, o Armas Pela Vida contribui para a construção de uma narrativa conspiratória. Essa narrativa sugere que as decisões do STF não são baseadas em imparcialidade ou na aplicação objetiva da lei, mas sim em agendas políticas secretas, alimentando a desconfiança entre seus seguidores.

A teoria das conspirações destaca que certas vulnerabilidades cognitivas, como o viés de confirmação e a ancoragem, podem tornar as pessoas mais propensas a aceitar e espalhar teorias conspiratórias. No contexto dos comentários do Movimento Armas Pela Vida, a desconfiança nas instituições, combinada com a estratégia retórica do movimento, pode explorar essas vulnerabilidades cognitivas, levando os seguidores a adotarem explicações conspiratórias que confirmem suas visões preexistentes.

A aceitação de teorias da conspiração pode ter implicações significativas para a mobilização e engajamento político. Os seguidores que internalizam narrativas conspiratórias podem estar mais inclinados a adotar uma postura de resistência, como sugerido por comentários que mencionam a desobediência civil e a resistência a possíveis regulamentações mais rigorosas. A ideia de que as instituições são manipuladas por agendas obscuras pode alimentar um senso de urgência e justificativa para ações mais drásticas.

### 5.7.2 Análise da retórica dos comentários nas publicações do Sou da Paz

Os comentários apresentam uma ampla gama de opiniões sobre o tema do uso e regulação de armas, fornecendo uma visão abrangente da retórica colocada pelos seguidores

do Instituto Sou da Paz, bem como por aqueles que discordam das propostas apresentadas pelo Instituto.

É comum perceber divergências sobre a flexibilização do porte de armas devido a comentários dos que concordam com as ideias do Sou da Paz e dos que não concordam. Alguns comentários expressam apoio à flexibilização das regras para o porte de armas, argumentando a favor da liberdade do cidadão de bem em se proteger e destacando que cidadãos cumpridores da lei não representam ameaça. enquanto outros destacam a preocupação com a segurança pública, defendendo que apenas profissionais de segurança devem andar armados nas ruas.

Também está presente uma forte polarização política e críticas ao governo vigente na época. Há comentários que associam as mudanças nas leis de armas ao governo atual, expressando descontentamento e alegando que essas alterações estão relacionadas a uma agenda política específica. Alguns comentários usam termos pejorativos, como "bolsonazista", indicando uma polarização política na discussão.

Alguns comentários questionam a confiabilidade das fontes de informação, como alegações de que a Folha de São Paulo não é confiável. Isso reflete uma desconfiança nas instituições e na mídia por parte de alguns usuários. Muitos comentários defendem a ideia de que cidadãos armados contribuem para a redução da criminalidade, mencionando que períodos de maior crescimento no número de armas legalizadas coincidem com maiores reduções nos índices de violência. Outros discordam, argumentando que a solução para a segurança pública é desarmar as pessoas, especialmente aqueles que se identificam como "extrema direita".

Diversos comentários expressam desacordo com as propostas do Instituto Sou da Paz, questionando a eficácia de desarmar cidadãos responsáveis e sugerindo que a abordagem do Instituto não leva em consideração a realidade da criminalidade. Pode-se observar pessoas que sugerem que o Instituto deveria focar em questões como o tráfico de armas e grupos criminosos, em vez de restringir o acesso de cidadãos de bem às armas. Não são poucos os comentários que apresentam um tom agressivo, com insultos pessoais e acusações entre os internautas.

A instituição é alvo de desconfiança por alguns, sendo acusada de tendenciosidade e hipocrisia. Por outro lado, há apoio daqueles que veem seu trabalho como essencial para abordar questões de segurança. Por parte dos internautas que não apoiam as ideias do Sou da Paz, há ceticismo em relação às estatísticas apresentadas, questionando a veracidade das informações. Alguns questionam a imparcialidade e a legitimidade do Instituto, acusando-o

de ser tendencioso e de não buscar a paz de maneira efetiva. Devido à divergência de opiniões dos internautas, a instituição é retratada tanto como defensora da paz e da segurança quanto como suspeita de parcialidade e de falta de eficácia.

Essa análise mostra que a discussão sobre o uso e regulação de armas no Brasil é altamente polarizada, com diferentes perspectivas sobre o papel das armas na sociedade e na segurança pública. A retórica utilizada reflete não apenas as opiniões sobre as políticas em questão, mas também a desconfiança nas instituições e a polarização política que caracteriza o cenário atual. Essa análise também reflete a complexidade do debate sobre controle de armas no Brasil, onde atores diferentes são percebidos de maneiras distintas, e a responsabilidade é atribuída de acordo com perspectivas variadas.

Os comentários nas postagens do Sou da Paz refletem as estratégias retóricas adotadas pela organização, que busca embasar suas posições em dados estatísticos e evidências factuais. A polarização presente nos comentários indica que as estratégias do Sou da Paz, baseadas em argumentos racionais, podem gerar reações diversas na audiência.

A defesa da flexibilização das regras para o porte de armas por alguns comentaristas pode ser interpretada como uma reação à ênfase do Sou da Paz na necessidade de controle mais rigoroso. Isso sugere que as estratégias de apresentar argumentos lógicos podem provocar resistência daqueles que veem o direito ao porte de armas como uma questão de liberdade individual.

A polarização política presente nos comentários, com críticas ao governo associadas à discussão sobre regulação de armas, indica uma reação à estratégia do Sou da Paz de abordar a questão de forma mais centrada em dados e menos associada a posicionamentos políticos. Os termos pejorativos, como "bolsonazista", refletem uma tentativa de vincular a questão do controle de armas a figuras e lealdades políticas.

A divergência sobre a eficácia do controle de armas e as acusações de parcialidade contra o Sou da Paz podem ser entendidas à luz das tendências cognitivas discutidas por Kahneman. O viés de confirmação pode levar as pessoas a questionar a legitimidade das informações apresentadas pelo Instituto, principalmente se essas informações contradizem suas visões preexistentes sobre o tema.

A polarização política manifestada nos comentários, associando a discussão sobre controle de armas a posições políticas específicas evidencia que as questões políticas se tornam cada vez mais vinculadas a identidades partidárias. A desconfiança em relação às fontes de informação, como a alegação de que a Folha de São Paulo não é confiável, reflete a

influência da desconfiança nas instituições de mídia, conforme discutido por autores como Foucault, que abordam o papel da mídia na formação da opinião pública.

Os comentários de apoio ao Sou da Paz refletem a eficácia das estratégias adotadas pela organização. A defesa da instituição, por parte dos comentaristas, sugere que a estratégia de apresentar propostas concretas e dados estatísticos ressoa positivamente com uma parte da audiência. Comentários favoráveis às publicações podem ser vistos como uma expressão de confiança nas instituições que buscam abordar a questão do controle de armas de maneira fundamentada em dados.

A aceitação das propostas do Sou da Paz por alguns comentaristas pode ser entendida pelo ponto de vista do conceito de heurísticas. Comentários favoráveis podem refletir uma aceitação das heurísticas apresentadas pelo perfil, como a correlação entre flexibilização do acesso às armas e aumento da violência. A ideia de que o Instituto é essencial para abordar questões de segurança pode ser explicada pela teoria do poder de Foucault. Os comentaristas podem ver o Sou da Paz como uma instituição que detém o poder de influenciar positivamente a segurança pública por meio de suas propostas.

Os comentários de apoio ao Sou da Paz mostram como as estratégias da organização podem criar uma base de apoio entre aqueles que valorizam argumentos fundamentados em dados e propostas concretas. As reações positivas também indicam a importância de apresentar informações de maneira clara e persuasiva para construir confiança e adesão a determinadas propostas no debate sobre controle de armas.

A interação nos comentários do Sou da Paz é moldada pela ligação entre estratégias retóricas adotadas pela organização e as percepções e predisposições cognitivas dos comentaristas, influenciadas por fatores políticos e sociais mais amplos. Isso destaca a necessidade de uma abordagem variada para compreender as dinâmicas de debates online sobre questões espinhosas como o controle de armas.

### 5.7.3 Breves considerações

A comparação das estratégias retóricas dispostas pelos perfis do Instagram do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz revela um cenário pantanoso de abordagens contrastantes em relação ao tema do uso e regulação de armas no Brasil. Durante o período eleitoral de 2022, ambas as organizações empregaram táticas distintas para comunicar suas mensagens aos seguidores, destacando diferenças fundamentais nas formas de abordagem dessa questão premente.

O Movimento Armas Pela Vida optou por uma estratégia emocional e apelativa, fundamentando sua retórica em elementos como patriotismo, liberdade e valores compartilhados pela base de seguidores. O realce em eventos relacionados a armas, críticas políticas e associações a figuras conservadoras foram pilares da abordagem, visando, assim, construir uma narrativa que reforçasse a normalização do uso de armas na sociedade.

Por outro lado, o Instituto Sou da Paz adotou uma postura fundamentada em dados e fatos, buscando apresentar argumentos racionais e lógicos para promover o desarmamento. Sua retórica, embasada em propostas específicas, dados estatísticos, e conexões com questões sociais, buscou desconstruir a narrativa pró-armas ao destacar os riscos associados à ampliação do acesso a armas de fogo.

A análise dos comentários nas postagens de ambos os perfis aprofundou nossa compreensão, revelando a diversidade de opiniões e a intensidade das emoções envolvidas nesse debate. Os seguidores do Movimento Armas Pela Vida expressaram uma forte defesa do direito ao armamento, muitas vezes associada a uma desconfiança nas instituições legais e a apelos à desobediência civil. A polarização política ficou evidente, refletindo-se em termos pejorativos e associações a partidos políticos.

Por outro lado, nos comentários das postagens do Instituto Sou da Paz, observamos uma gama diversificada de opiniões, desde apoio às propostas da organização até críticas intensas. A polarização também se manifestou, com acusações de parcialidade e desconfiança nas fontes de informação apresentadas pelo instituto. A discussão abordou temas complexos, como a relação entre flexibilização do porte de armas, segurança pública e a eficácia das propostas do Sou da Paz.

Em resumo, a análise minuciosa das estratégias retóricas adotadas pelos perfis do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz, juntamente com a exploração dos comentários e reações dos seguidores, delineia um panorama intrincado e multifacetado no debate sobre o controle de armas no Brasil. A dualidade de abordagens reflete divergências nas perspectivas sobre o tema e também destaca a urgência de cultivar um diálogo mais esclarecido e colaborativo. Este estudo ressalta a importância de compreender as nuances desse debate sensível, visando a construção de soluções que promovam a segurança e a harmonia social, transcendendo as barreiras da polarização política.

## 5.8 Análise das publicações com maior engajamento

Este tópico mergulha nas publicações que mais capturaram a atenção dos seguidores. Estas postagens não só geraram alto engajamento, mas também desencadearam uma variedade de opiniões e visões sobre questões cruciais relacionadas à segurança pública e ao controle de armas no Brasil. Ao examinar essas interações, busca-se compreender as nuances das respostas dos internautas e os debates subjacentes, promovendo uma análise mais rica e contextualizada.

Ao olhar para além dos números de curtidas e comentários, propõe-se desvendar os matizes que permeiam esses debates digitais. A interseção de opiniões, muitas vezes contraditórias, evidencia a diversidade de crenças e experiências em relação à segurança, traçando um panorama onde as preocupações coletivas se encontram com narrativas pessoais. Essa exploração não é apenas um exame das postagens, mas uma imersão nas narrativas que emergem dos comentários, onde se entrelaçam sentimentos de apreensão, defesa de direitos individuais e a busca constante por soluções diante de um cenário complexo.

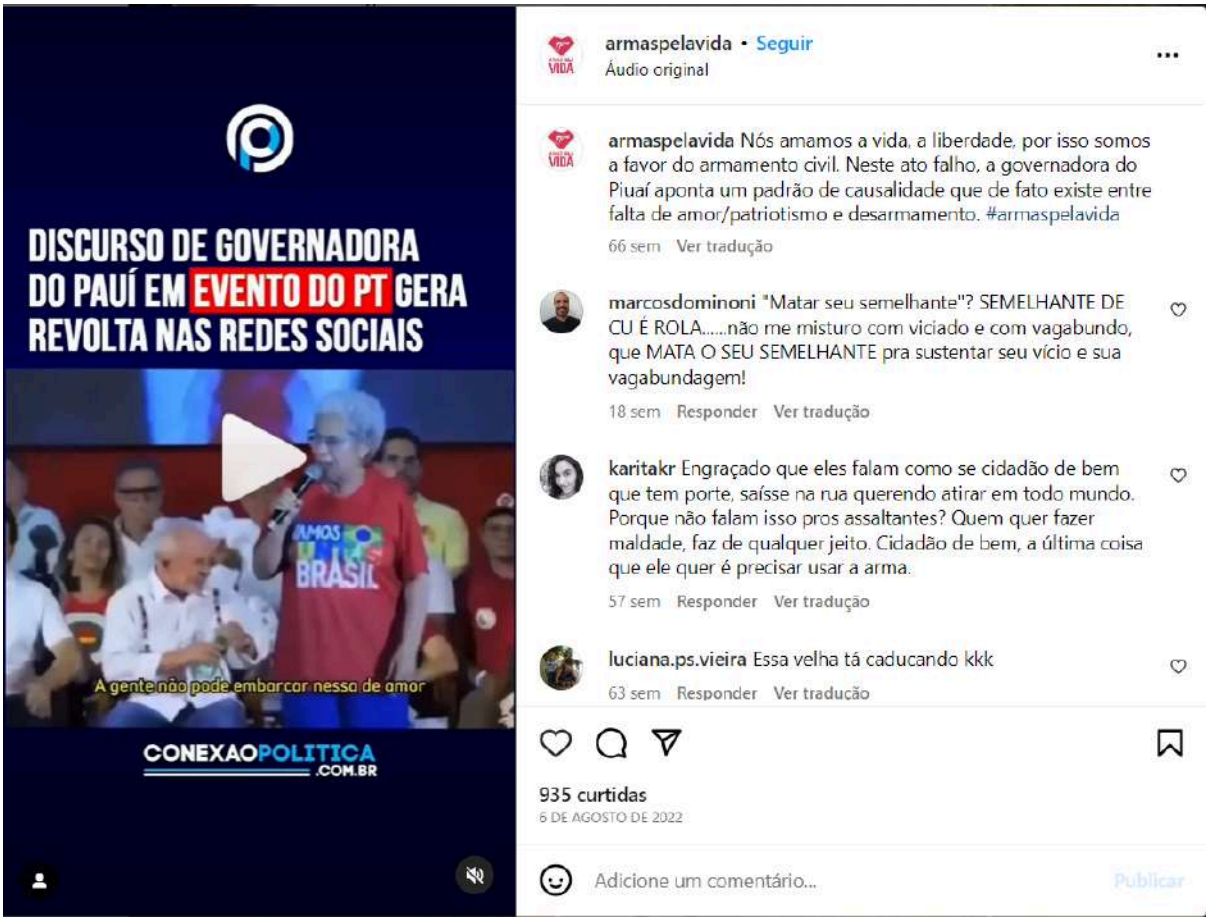
Ao ingressar nesta análise, o objetivo é capturar não apenas o que é evidente à superfície, mas também as subcorrentes de pensamento que moldam as respostas a essas postagens críticas. Ao fazê-lo, procura-se lançar luz sobre a variedade de perspectivas que compõem o tecido social de discursos sobre segurança e controle de armas no Brasil, proporcionando um entendimento mais abrangente do ecossistema digital que cerca tais discussões.

Ao explorar as publicações que se destacaram em engajamento, além de mergulharmos em números, adentramos também na riqueza das conversas que se desdobraram. As respostas dos internautas transcendem a dualidade simplista de apoio ou oposição, revelando uma variedade de vozes que refletem a complexidade das relações entre segurança e controle de armas no contexto brasileiro.

As divergências, expressas nos comentários, não são simplesmente confrontos ideológicos, mas representam as distintas experiências e preocupações de uma sociedade diversa. Esta análise visa, assim, não só a decifrar as reações imediatas, mas a desenterrar os fios sutis que conectam os sentimentos de incerteza, a defesa apaixonada dos direitos individuais e a busca incessante por soluções diante dos desafios intrincados que permeiam a discussão da segurança pública.

### 5.8.1 Postagens com maior engajamento do Instagram do Armas Pela Vida:

Figura 01 - Postagem de 06.08.2022 - 935 curtidas - 152 comentários




Fonte: Perfil do Instagram do Movimento Armas pela Vida (2022)

O trecho da fala no vídeo é o seguinte: “A gente não pode embarcar nessa de ‘amor’, de ‘patriotismo de araque’. Patriotismo a gente vê o exemplo aqui hoje (diz ela apontando para a plateia, como que para querer dizer que patriotas são aqueles que estão ali presentes). Patriotismo não é vestir camisa verde e amarela, se enrolar na bandeira, mas andar com uma arma no bolso para matar seu semelhante. Tem que rever essa história das armas, do armamento no Brasil (diz ela apontando para o candidato Lula, como que para dizer que no caso da vitória dele, ele precisa dar atenção a essa questão)”.

**A publicação:**

A postagem do Armas pela Vida, datada de 06 de agosto de 2022, apresenta um vídeo contendo o discurso da governadora do Piauí, Regina Sousa, durante um evento do Partido

dos Trabalhadores (PT). O vídeo é acompanhado de uma manchete provocativa, destacando o contexto político ao afirmar que o discurso ocorreu em um "EVENTO DO PT," escrito em vermelho, o que indica uma possível intenção de associar a crítica da governadora à narrativa partidária.

O conteúdo do vídeo concentra-se nas críticas de Regina Sousa ao patriotismo e ao armamento, em particular àqueles associados à extrema direita bolsonarista. A governadora argumenta que o verdadeiro patriotismo não se resume a vestir as cores nacionais, mas sim a ações efetivas que não envolvam o porte de armas. A observação de erros gramaticais em sua fala é destacada, talvez sugerindo uma tentativa de desqualificar sua posição.

A manchete, ao mencionar "revolta nas redes sociais," sugere uma reação negativa generalizada ao discurso. Isso pode indicar uma estratégia do Armas pela Vida de amplificar e capitalizar a insatisfação gerada por tais declarações, mobilizando sua base de apoiadores. A ênfase no termo "EVENTO DO PT" pode apontar para a polarização política, buscando intensificar as divisões ideológicas.

O trecho do discurso destacado na publicação enfatiza a ligação percebida pela governadora entre falta de amor/patriotismo e a defesa do armamento civil. A legenda reforça a posição do Armas pela Vida ao afirmar "Nós amamos a vida, a liberdade, por isso somos a favor do armamento civil." O uso do termo "ato falho" para descrever a fala da governadora sugere uma interpretação negativa da posição dela, questionando sua coerência ou lógica.

A postagem finaliza com a hashtag #armaspelavida, consolidando a conexão entre a crítica da governadora e a posição pró-armas do Armas pela Vida. Em síntese, a postagem visa não apenas criticar a governadora e suas posições, mas também mobilizar os seguidores do Armas pela Vida em torno da defesa do armamento civil, aproveitando-se do contexto político e ideológico apresentado no vídeo.

Ao destacar o discurso da governadora, o perfil utiliza a estratégia de construir narrativas que deslegitimam adversários políticos, associando a crítica a uma suposta falta de patriotismo. A escolha de enfatizar "revolta nas redes sociais" sugere uma amplificação intencional, explorando vieses cognitivos e mobilizando a insatisfação online para fortalecer sua base de apoiadores. A estratégia visa desacreditar a posição da governadora e polarizar e unir seus seguidores em torno da defesa do armamento civil, evidenciando a influência da retórica nas dinâmicas políticas e ideológicas.

**Os comentários:**

A postagem do Armas pela Vida que compartilha um vídeo do discurso da governadora do Piauí, Regina Sousa, gerou uma série de reações diversas entre os seguidores. A crítica da governadora ao que ela chama de "patriotismo de araque", associando-o ao porte de armas, desencadeou uma variedade de comentários que refletem a polarização de opiniões sobre o tema do armamento civil.

Dentro dos comentários, há uma clara divisão entre apoiadores da posição do perfil e críticos. Os apoiadores tendem a concordar com a crítica feita à governadora e reforçam a ideia de que o armamento civil é uma forma de proteger a vida e a liberdade. Comentários como "Nós amamos a vida, a liberdade, por isso somos a favor do armamento civil" são representativos dessa perspectiva.

Por outro lado, há críticos que questionam a postura do perfil e defendem a visão contrária à ampliação do acesso às armas. Algumas críticas são direcionadas à fala da governadora, enquanto outras contestam a qualificação dela para abordar o tema. Comentários como "Engraçado que eles falam como se cidadão de bem que tem porte, saísse na rua querendo atirar em todo mundo" exemplificam essa visão.

A polarização política também se faz presente nos comentários, com referências ao PT e à esquerda em geral. Termos pejorativos e ironias são utilizados para caracterizar a governadora e aqueles que compartilham de suas opiniões. Comentários como "PT navega na ignorância e na falta de conhecimento do brasileiro" ilustram essa polarização.

É notável que alguns comentários adotam uma abordagem mais jocosa, fazendo piadas e trocadilhos com as palavras utilizadas pela governadora. Expressões como "Essa velha tá caducando kkk" e "Amalera era era kkkkkkkkkk" indicam uma reação mais irônica por parte dos seguidores.

Uma linha recorrente nos comentários é a crítica à competência e ao intelecto da governadora, destacando supostos erros gramaticais em seu discurso. Essas críticas, além de refletirem uma abordagem *ad hominem*[1], também sugerem uma tentativa de desqualificar a representante política por meio de ataques pessoais. Muitos comentários associam a governadora a ideias de esquerda, mencionando o PT e comparando-a à ex-presidente Dilma Rousseff.

[1] Esta é uma falácia que tem como intuito atacar a pessoa que enunciou o argumento. Por isso, é considerada ad hominem, expressão em latim que significa contra o homem. Exemplo: A: "Fumar faz mal à saúde". B: "Não sei porque diz isso. Você costuma fumar às vezes".

Por fim, é importante destacar que a discussão vai além do tema do armamento civil, abrangendo críticas à governabilidade da representante do Piauí e expressões de descrença em sua capacidade. Em diversos comentários, observa-se uma forte carga emocional, refletindo o contexto polarizado em que a sociedade brasileira se encontra em relação a temas políticos e sociais.

Figura 02 - Postagem de 15.09.2022 - 1627 curtidas - 79 comentários




Fonte: Perfil do Instagram do Movimento Armas pela Vida (2022)

**A publicação:**

A postagem, datada de 15 de setembro de 2022, do perfil Armas pela Vida apresenta uma imagem de um tweet do jornalista e autor Fabrício Rebelo, conhecido por sua obra crítica ao desarmamento civil. O conteúdo do tweet aborda a crítica de Rebelo ao agendamento do julgamento das ações sobre os decretos de armas de Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF), apesar do pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques.

A postagem destaca a posição de Rebelo, que considera o agendamento do julgamento como um atropelo, insinuando que isso resultará no estabelecimento ilegal e autoritário do desarmamento no Brasil. A escolha de termos como "atropelo" e "ilegalmente imposto" carrega uma carga emocional, buscando gerar uma resposta emocional dos seguidores e destacar uma suposta transgressão legal.

A legenda da publicação reforça a ideia de atropelo ao mencionar que a presidência da Suprema Corte ratificou a decisão, caracterizando-a como autoritária e ilegal. A expressão "Na próxima semana" sugere urgência e, possivelmente, a necessidade de ação imediata por parte dos seguidores.

O texto no corpo da publicação alega um "procedimento ilegal, imoral e ilegítimo" por parte do STF, apontando para uma clara condenação da instituição e seu papel no processo e adiciona um elemento político à crítica, sugerindo parcialidade no judiciário. O uso do termo "DESARMAMENTO" em caixa alta destaca o tema central da crítica, ressaltando a oposição do Armas pela Vida a políticas de controle de armas.

Em resumo, a postagem busca mobilizar os seguidores do Armas pela Vida ao apresentar uma narrativa crítica ao processo no STF, enfatizando a urgência da situação e alegando irregularidades e motivações políticas no judiciário.

Ao destacar o tweet de Fabrício Rebelo, o perfil utiliza o viés da autoridade ao associar a narrativa a uma figura conhecida por seus estudos e posições contrárias ao desarmamento civil. Essa estratégia busca influenciar a percepção ao apresentar a crítica como fundamentada e legítima. Além disso, ao utilizar termos como "atropelo" e "ilegalmente imposto", a publicação busca gerar uma resposta emocional e urgente dos seguidores. A condenação explícita do STF e a sugestão de parcialidade política acrescentam uma dimensão política à crítica, tornando-a mais polarizada e menos objetiva

**Os comentários:**

A publicação referente ao agendamento do julgamento das ações sobre os decretos de armas de Bolsonaro no STF, apesar do pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques, suscitou uma série de reações entre os internautas. O jornalista Fabrício Rebelo, autor da obra 'Articulando em segurança: contrapontos ao desarmamento civil', é citado criticando o que considera um atropelo no processo legal. O tom da postagem e do jornalista é de preocupação com a possibilidade de o desarmamento ser imposto de forma ilegal e autoritária no Brasil.

Os comentários revelam uma profunda insatisfação e desconfiança em relação ao sistema judicial e político. Muitos internautas expressam incredulidade diante do que veem como uma afronta à democracia e à vontade popular. Comentários como "E ninguém, ninguém faz nada para reverter...o mais absurdo é isso!" refletem a sensação de impotência diante do processo em andamento.

Há uma crítica recorrente à classe política, com a percepção de que as prioridades do país estão equivocadas. O enfoque dado à eleição para presidente em detrimento de questões consideradas mais urgentes, como o desarmamento, é mencionado em vários comentários. "E todos preocupados com a eleição para presidente... É o que menos decide…" ilustra essa preocupação.

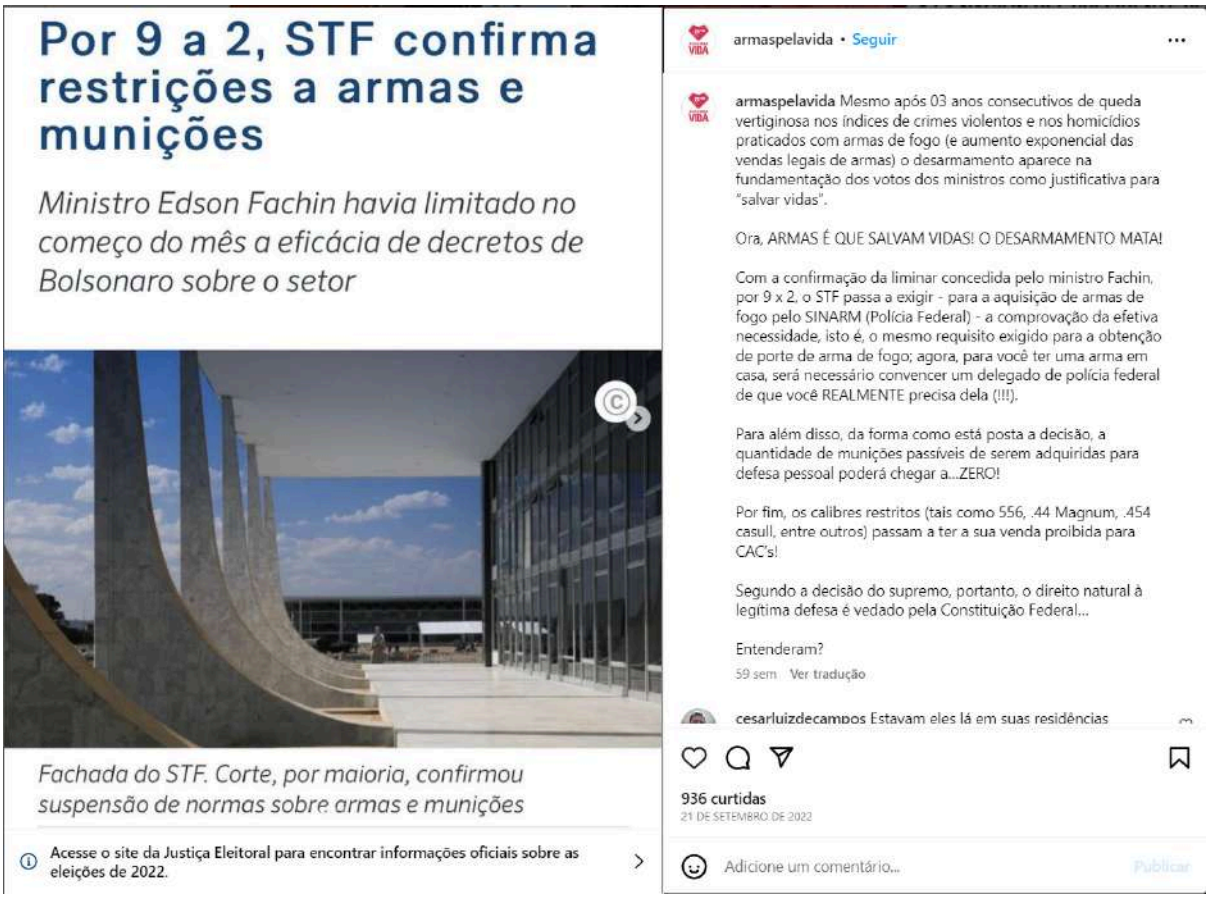
A desconfiança em relação ao STF é evidente, com comentários que sugerem uma perda de confiança na capacidade da Suprema Corte de tomar decisões que representem os interesses da maioria. Expressões como "O maior erro do Brasileiro nesse ponto é respeitar uma lei inconstitucional" refletem a descrença na legalidade do processo.

Alguns comentários apontam para a falta de ação por parte das instituições, como o Exército, que, na visão de alguns internautas, não estaria agindo para proteger os interesses da população. A crítica se estende aos legisladores, evidenciada por comentários como "Onde estão os deputados federais e senadores que elegemos para defender a pauta armamentista?"

Há uma percepção de que o Brasil estaria caminhando para um cenário preocupante, com o aumento da criminalidade e a população desarmada. Comentários como "População desarmada e traficantes armados, é o que eles querem" refletem o temor de que a política de desarmamento resulte em uma maior vulnerabilidade da população diante da criminalidade.

Os comentários revelam uma profunda preocupação e descontentamento entre os internautas em relação ao processo de julgamento dos decretos de armas no STF, refletindo uma desconfiança nas instituições políticas e judiciais do país.

Figura 03 - Postagem de 21.09.2022 - 936 curtidas - 91 comentários




Fonte: Perfil do Instagram do Movimento Armas pela Vida (2022)

**A publicação:**

A postagem datada de 21 de setembro de 2022, do perfil Armas pela Vida, apresenta uma composição de três imagens. A primeira destaca a manchete: "Por 9 votos a 2, STF confirma restrições a armas e munições: Ministro Edson Fachin havia limitado no começo do mês a eficácia de decretos de Bolsonaro sobre o setor". A segunda imagem traz um trecho da matéria, detalhando como os ministros votaram no plenário virtual. A terceira imagem destaca o ministro Edson Fachin.

A publicação no corpo do texto inicia com uma assertiva que destaca a queda nos índices de crimes violentos e homicídios praticados com armas de fogo nos últimos três anos, contrastando com o aumento das vendas legais de armas. Essa afirmação visa construir a narrativa de que o desarmamento não é necessário, sustentando a posição pró-armas.

Segue-se a alegação de que, mesmo diante da redução dos índices de criminalidade, o desarmamento é mencionado pelos ministros como justificativa para "salvar vidas". A

expressão enfática "ARMAS É QUE SALVAM VIDAS! O DESARMAMENTO MATA!" revela a posição ideológica do perfil, enfatizando a crença de que o acesso às armas é crucial para a segurança.

A publicação discute a decisão do STF, destacando que, após a confirmação da liminar concedida por Fachin por 9 x 2, agora será exigida a comprovação da efetiva necessidade para a aquisição de armas de fogo pelo SINARM (Polícia Federal). Essa mudança é apresentada como uma restrição significativa, sublinhando a necessidade de convencer um delegado de polícia federal sobre a real necessidade da posse de uma arma em casa.

O texto continua alertando sobre a possibilidade de a quantidade de munições para defesa pessoal chegar a zero e a proibição da venda de calibres restritos para CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores). Essas informações são apresentadas como consequências negativas da decisão do STF, enfatizando a perspectiva de que o direito à legítima defesa seria vedado pela Constituição Federal.

A conclusão da publicação, perguntando "Entenderam?", busca envolver os seguidores, incentivando uma reflexão sobre as implicações da decisão do STF e reforçando a visão crítica do perfil em relação às políticas de controle de armas. Utilizando a assertiva sobre a queda nos índices de crimes violentos, o perfil busca a construção de sentido, exercendo poder através do discurso para legitimar sua posição pró-armamento. Ao alertar sobre as restrições impostas pela decisão do STF, a publicação amplifica a noção de ameaça à segurança individual, reforçando a perspectiva do perfil.

**Os comentários:**

A publicação referente à confirmação, por 9 votos a 2, das restrições a armas e munições pelo STF gerou uma intensa reação por parte dos internautas. A postagem destaca a decisão do ministro Edson Fachin, que limitou a eficácia dos decretos de Bolsonaro sobre o setor. O texto da publicação questiona a justificativa dos ministros de "salvar vidas" por meio do desarmamento, defendendo a ideia de que armas são instrumentos de proteção. A análise dos comentários revela uma série de reações, em sua maioria críticas, à decisão do STF.

Diversos comentários expressam descrença na decisão, acusando os ministros de hipocrisia e parcialidade. A menção aos seguranças armados dos próprios ministros, como evidenciado em "Estavam eles lá em suas residências protegidas pelos melhores sistemas de segurança e com seguranças armados (com armamento de guerra) votando para acabar com a

onda armamentista", ressalta a percepção de uma contradição entre a postura dos ministros e as restrições impostas à população.

Há também acusações diretas, como "Ditador petralha" e "O Togaquistão implantou sua ditadura", indicando uma forte polarização política na interpretação da decisão do STF. O uso de termos como "hipócritas" e "bando de hipócritas" reflete a indignação dos internautas em relação à decisão e à postura dos ministros.

A questão da segurança pessoal é recorrente nos comentários, como exemplificado por "Os seguranças dos nobres ministros do STF devem usar estilingues, se eles acreditam tanto que o desarmamento salva vidas." Isso sugere a percepção de que os ministros estariam agindo de maneira desconectada da realidade vivida pela maioria da população.

Alguns comentários abordam a necessidade de ações concretas para reverter a decisão, questionando o que pode ser feito "EFETIVAMENTE pra combater essa ilegalidade suprema???" e destacando que, constitucionalmente, a reversão de decretos presidenciais cabe ao Congresso Nacional, não ao STF.

Além disso, há críticas à atuação do presidente Bolsonaro, com alguns comentários sugerindo a necessidade de uma postura mais assertiva por parte do governo. "Bolsonaro vai resolver isso já já!" e "Calma, o Mito vem aí 😉" são exemplos dessa expectativa em relação ao papel do presidente na reversão da decisão do STF. A polarização política e a desconfiança nas instituições judiciais são evidentes, os comentários revelam uma intensa insatisfação e descontentamento entre os internautas em relação à confirmação das restrições a armas e munições pelo STF.

### 5.8.2 Postagens com maior engajamento do Instagram do Instituto Sou da Paz:

Figura 04 - Postagem de 08.08.222 - 4471 curtidas - 154 comentários




Fonte: Perfil do Instagram do Instituto Sou da Paz (2022)

**A publicação:**

Uma das postagens mais engajadas do Instituto Sou da Paz, datada de 8 de agosto de 2022, apresenta uma imagem de uma manchete da Folha de São Paulo que destaca: "Atiradores burlam normas e andam armados longe de clubes de tiro, mostram boletins: Folha teve acesso a registros de ocorrências em que policiais rodoviários federais flagraram CACs em rota irregular".

O corpo da publicação começa com um texto informativo que destaca que decretos presidenciais autorizaram CACs (Caçadores, Atiradores e Colecionadores) a portarem armas no trajeto para clubes de tiro sem restrição de rota e horário. A publicação prossegue apontando que o uso dessas autorizações tem permitido que atiradores andem armados em locais além dos trajetos autorizados para os clubes de tiro.

A menção à Folha de São Paulo como fonte confere credibilidade à informação apresentada. O texto expõe o conteúdo da matéria jornalística, revelando ocorrências em que CACs foram flagrados portando armas e munições ilegalmente, muitas vezes com documentação vencida e sob o efeito de álcool e drogas. Esses detalhes são utilizados para

ilustrar a falta de fiscalização eficaz e alegadas irregularidades no uso das permissões concedidas pelos decretos presidenciais.

A publicação busca chamar a atenção para a gravidade da situação, indicando que, somente em 2021, foram registradas 1.426 ocorrências na Polícia Rodoviária Federal por porte ilegal de armas por parte de CACs. Essa estatística é comparada com o ano de 2018, antes dos decretos presidenciais, quando foram registradas 980 ocorrências. A comparação destaca um aumento significativo nas ocorrências após as mudanças nas regulamentações.

O Instituto Sou da Paz utiliza essa postagem para argumentar contra a flexibilização das normas relacionadas ao porte de armas para CACs, sugerindo que as alterações nos decretos presidenciais resultaram em um aumento no porte ilegal e irresponsável de armas por parte desse grupo específico. Essa abordagem busca influenciar a opinião pública e a percepção sobre a eficácia das políticas de controle de armas.

Ao expor casos específicos de infrações, a publicação se orienta em exercer um poder disciplinar, influenciando a noção sobre a eficácia das políticas de controle de armas e apontando para a necessidade de maior fiscalização. Além disso, ao comparar estatísticas antes e depois das mudanças nas regulamentações, a publicação ativa tendências cognitivas para ressaltar um aumento significativo nas ocorrências após a flexibilização das normas, visando moldar a opinião pública em relação à flexibilização do porte de armas para CACs.

**Os comentários:**

A publicação do Sou da Paz, que apresenta dados sobre atiradores que estariam burlando normas ao andarem armados fora dos clubes de tiro, gerou uma série de comentários polarizados. Alguns usuários expressaram preocupação com possíveis abusos, enquanto outros contestaram a veracidade das informações, destacando a fonte da matéria da Folha de São Paulo como não confiável.

No geral, houve uma divisão clara entre aqueles que apoiam restrições mais rígidas ao porte de armas e os defensores do direito de cidadãos armados, evidenciando a polarização existente no debate sobre o tema. Alguns comentários ressaltaram a necessidade de regras mais flexíveis para atiradores, argumentando que as restrições atuais podem prejudicar aqueles que agem corretamente, como participar de competições ou treinamentos em outros locais.

Uma linha de comentários abordou a questão do controle de armas como uma medida necessária para evitar o aumento da violência. Houve críticas diretas ao governo atual,

associando as mudanças nas regras a uma suposta falta de controle e responsabilidade. Além disso, alguns comentários destacaram a diminuição dos índices de homicídios nos últimos anos e questionaram a eficácia das políticas de controle de armas.

Outro ponto de destaque foi a troca de acusações entre usuários, com comentários ofensivos e provocativos. Isso reflete a polarização política no cenário digital, onde as discussões sobre o controle de armas muitas vezes se entrelaçam com posicionamentos ideológicos e políticos.

A presença de comentários que desconsideram a fonte da matéria e acusam a organização Sou da Paz de ter uma agenda política específica indica uma desconfiança generalizada em relação às informações apresentadas, refletindo a atmosfera de desconfiança e polarização que permeia o debate.

Figura 05 - Postagem de 24.08.2022 - 5745 curtidas - 139 comentários




Fonte: Perfil do Instagram do Instituto Sou da Paz (2022)

**A publicação:**

Outra postagem mais engajada do Sou da Paz, datada de 24 de agosto de 2022, destaca uma manchete da Folha de São Paulo que informa: 'Entidades sugerem a presidenciáveis revogação da política de armas de Bolsonaro: Pesquisa Datafolha mostra que 83% da população defende que só forças de segurança andem armadas'.

No corpo da publicação, a legenda começa apresentando a "Agenda Segurança Pública é Solução 2022", divulgada pelos Institutos Sou da Paz e @igarape_org, que delineia propostas destinadas ao próximo governo federal. Destaca-se a importância de garantir um caminho mais seguro para o futuro do país e reverter retrocessos que afetaram principalmente as pessoas mais pobres.

O texto ressalta a relevância do documento ao trazer dados da pesquisa Datafolha, indicando que 83% da população brasileira acredita que apenas profissionais de segurança pública devem andar armados nas ruas. Além disso, menciona que a maioria da população se sente menos segura com cidadãos comuns armados ao redor. Essas estatísticas são utilizadas para embasar as propostas urgentes destacadas na "Agenda", as quais visam reverter o descontrole no acesso a armas de fogo promovido nos últimos anos.

A postagem convida os seguidores a conferirem mais detalhes sobre as propostas no site do Instituto Sou da Paz, indicando um link na bio. Ao fazer isso, o Instituto busca engajar os usuários não apenas na informação presente na postagem, mas similarmente em um conteúdo mais detalhado e abrangente. Essa publicação reforça a posição do Instituto Sou da Paz contra a política de armas de Bolsonaro, alinhando-se a dados de pesquisa de opinião pública e apresentando propostas concretas para candidatos comprometidos com a redução da violência no Brasil.

A apresentação da "Agenda Segurança Pública é Solução 2022," exerce um poder normativo, propondo direções específicas para o controle de armas e orientando a discussão sobre políticas de segurança. Além disso, ao mencionar estatísticas do Datafolha, a publicação apela aos vieses, destacando a opinião da maioria da população para respaldar suas propostas e ressignificar a noção sobre o acesso a armas no país.

**Os comentários:**

A postagem abordando a pesquisa Datafolha sobre a política de armas do governo Bolsonaro provocou uma série de reações divergentes entre os internautas. A publicação destaca a proposta da Agenda Segurança Pública é Solução 2022, apresentada pelos Institutos Sou da Paz e Igarapé, que visa reverter os retrocessos na segurança pública, especialmente para as pessoas mais vulneráveis.

Entre os comentários, há um apoio expressivo à discussão do tema nos debates presidenciais, sugerindo a importância da segurança pública como prioridade nas eleições.

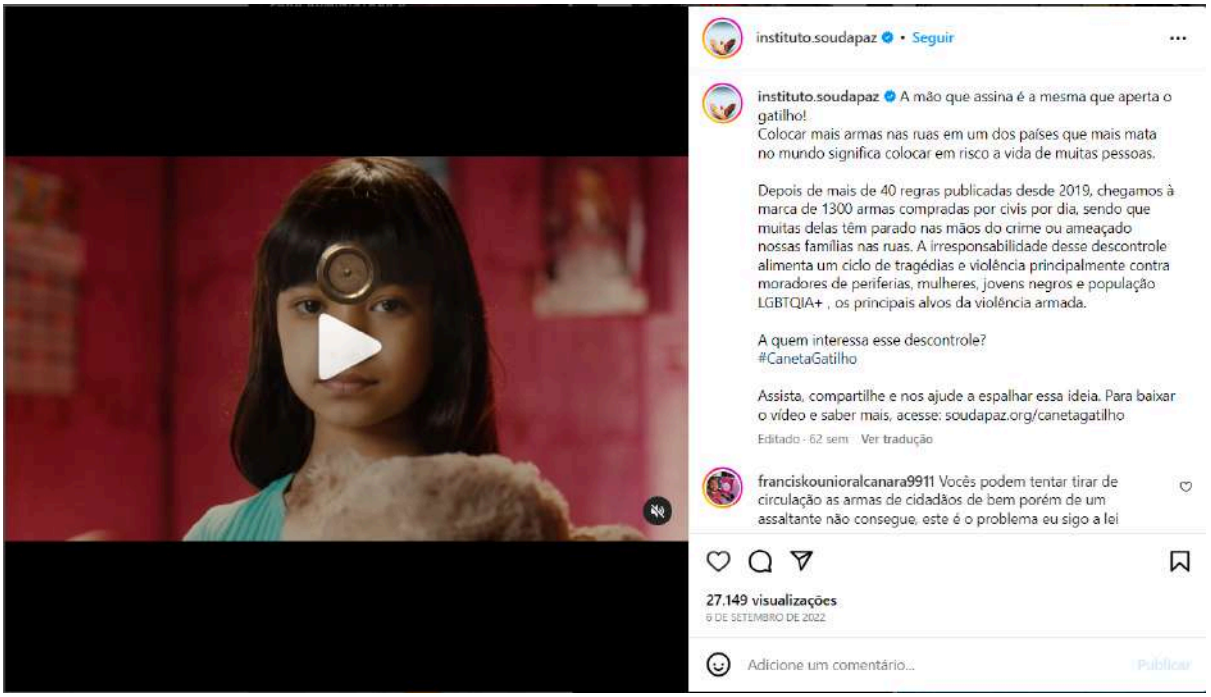
Alguns usuários demonstram apoio explícito à proposta, como o usuário que menciona Ciro Gomes e seu comprometimento com a questão da segurança.

No entanto, a polarização é evidente nos comentários, com algumas pessoas questionando a eficácia das propostas do Sou da Paz. Um usuário destaca o período de maior crescimento no número de armas legalizadas, relacionando-o a reduções nos índices de violência. Essa perspectiva parece discordar da abordagem do Sou da Paz, sugerindo uma visão positiva sobre a posse de armas por cidadãos comuns.

Alguns comentários expressam preocupação em relação ao desarmamento de cidadãos comuns, levantando a questão de como garantir a segurança diante de criminosos armados. Há uma crítica direta ao instituto, questionando se desarmar pessoas com atestado de sanidade mental, idade adequada, renda lícita, treinamento prático e ficha criminal limpa é de fato a solução para a criminalidade.

A discussão sobre a eficácia das políticas de controle de armas é visível, com usuários divergindo sobre a abordagem mais efetiva: desarmamento de civis ou medidas mais rígidas contra criminosos. Além disso, há uma preocupação expressa sobre como garantir a segurança diante de ameaças reais, como invasões e violência doméstica, em um contexto de desarmamento.

Figura 06 - Postagem de 06.09.2022 - 27.149 visualizações - 461 comentários




Fonte: Perfil do Instagram do Instituto Sou da Paz (2022)

**A publicação:**

A postagem mais engajada do Instituto Sou da Paz, datada de 6 de setembro de 2022, apresenta um vídeo conceitual intitulado '#CanetaGatilho'. O vídeo retrata a trajetória de uma bala perdida, percorrendo vários cenários em câmera lenta de maneira retroativa, acompanhado por uma trilha sonora dramática. Durante esse percurso visual, são exibidas frases com dados sobre a flexibilização do comércio de armas e munições no Brasil durante o governo Bolsonaro. No desfecho, a bala é disparada de uma caneta cujo botão é pressionado, indo em direção a uma criança segurando um urso de pelúcia em seu quarto, adicionando um apelo emocional à narrativa. O vídeo encerra com a imagem de uma mão pressionando o botão da caneta, que dispara a bala, e em seguida, a mesma caneta é usada para assinar um documento, culminando com o som do impacto do tiro.

O texto na legenda destaca a mensagem central do vídeo: "A mão que assina é a mesma que aperta o gatilho!" O Instituto expressa sua preocupação com a crescente presença de armas nas ruas de um país que já figura entre os que mais registram homicídios no mundo, alertando para os riscos à vida que essa realidade implica. A publicação enfatiza que mais de 40 regras publicadas entre 2019 e 2022 flexibilizaram o acesso a armas para civis.

O corpo da publicação amplia a crítica, apontando que a média de 1300 armas compradas por civis diariamente, em decorrência dessas regras, contribui para um descontrole que coloca em perigo a vida de muitas pessoas. O texto destaca a irresponsabilidade desse cenário, ressaltando que muitas dessas armas acabam nas mãos do crime ou representam ameaças para as famílias nas ruas. O Instituto argumenta que esse descontrole alimenta um ciclo de tragédias e violência, em especial contra moradores de periferias, mulheres, jovens negros e a população LGBTQIA+. A legenda conclui questionando a quem interessa esse descontrole, acompanhado da hashtag #CanetaGatilho.

A chamada à ação encoraja os seguidores a assistir, compartilhar e ajudar a disseminar a ideia, fornecendo um link para baixar o vídeo e obter mais informações no site do Sou da Paz. Essa estratégia busca envolver os seguidores na conscientização e na promoção ativa da mensagem por meio do compartilhamento do conteúdo.

Integrando estatísticas sobre a crescente presença de armas nas ruas com imagens evocativas, o perfil objetiva atingir tanto a razão quanto a emoção do público. Ao apresentar mais de 40 regras flexibilizadoras e relacionar esse contexto ao impacto emocional de uma bala perdida atingindo uma criança, a publicação visa informar e ao mesmo tempo criar uma resposta emocional intensa.

**Os comentários:**

A publicação com um vídeo conceitual intitulado '#CanetaGatilho', provocou uma gama de reações e opiniões divergentes entre os internautas. O vídeo, de forma impactante, mostra a trajetória de uma bala perdida relacionada à flexibilização do comércio de armas e munições no Brasil durante o governo Bolsonaro. A mensagem central é "a mão que assina é a mesma que aperta o gatilho", destacando preocupações sobre o aumento da posse de armas.

Os comentários refletem uma divisão clara de perspectivas. Alguns usuários expressam apoio à campanha, compartilhando preocupações sobre a segurança pública e o risco associado ao aumento da posse de armas legais. Eles destacam a relação entre a flexibilização das regras e o número crescente de armas nas mãos dos civis, apontando para a possibilidade de que essas armas possam cair nas mãos erradas, alimentando a violência.

Por outro lado, há comentários que contestam as informações apresentadas no vídeo. Alguns questionam a eficácia do desarmamento, apontando para a queda nos índices de criminalidade nos últimos anos. Alguns usuários destacam que a posse legal de armas não está diretamente correlacionada ao aumento da violência, citando a diminuição nos casos de homicídios como evidência.

Muitos comentários ressaltam a preocupação central com a proteção da família, destacando o receio e a perspectiva de que os cidadãos cumpridores das leis são os mais prejudicados diante dos procedimentos extensos para obtenção da licença de posse de arma. Internautas compartilham relatos sobre a complexidade do processo, envolvendo comprovação de renda lícita, residência fixa, ficha criminal limpa, aptidão psicológica, cursos e filiação a clubes de tiro.

Esses comentários refletem o temor de que, diante de uma burocracia rigorosa, cidadãos responsáveis sintam-se desfavorecidos em relação àqueles que podem obter armas de maneiras ilegais. Essa perspectiva destaca o embate entre a busca por segurança pessoal e os desafios associados aos processos legais para obtenção de armas, provocando uma reflexão sobre as medidas de controle e seu impacto na efetiva proteção dos cidadãos.

Críticas diretas ao Sou da Paz também estão presentes nos comentários, com acusações de viés e falta de consideração para com a realidade vivida por cidadãos comuns. Alguns usuários sugerem que as organizações deveriam direcionar seus esforços para combater o crime organizado, ao invés de promover campanhas contra o armamento legal.

Em resumo, dentro do debate, surgem questionamentos sobre a efetividade das medidas de controle, a relação entre o aumento do número de armas e a redução da

criminalidade, e a defesa do direito individual de posse de armas por cidadãos responsáveis. A polarização é evidente, refletindo a complexidade do tema e as diferentes perspectivas sobre o papel das armas na segurança pública no Brasil.

### 5.8.3 Breves considerações

À medida que mergulhamos nas considerações finais desta análise, é inegável que a compreensão das publicações de maior engajamento dos perfis do Armas pela Vida e do Instituto Sou da Paz transcende a esfera do digital. Nesse exame profundo, torna-se evidente que estamos diante de uma teia emaranhada de perspectivas, cada curtida, compartilhamento e comentário refletindo uma opinião individual e também uma variedade de experiências, crenças e valores que permeiam a sociedade brasileira.

As postagens do Armas pela Vida, muitas vezes enraizadas em uma defesa apaixonada dos direitos individuais e da autodefesa, ecoam as preocupações de uma parcela da população que vê no acesso às armas uma resposta direta aos desafios da segurança pessoal. Os comentários revelam histórias de cidadãos que, em meio a um processo burocrático extenso, buscam garantir o direito à proteção de suas famílias.

Por outro lado, as publicações do Instituto Sou da Paz delineiam uma narrativa que clama por medidas restritivas, enraizadas na crença de que a limitação do acesso às armas é uma abordagem fundamental para mitigar a violência. Os comentários refletem uma preocupação coletiva com a segurança pública, evidenciando uma perspectiva que visa à contenção do crescimento descontrolado da posse de armas como uma forma de salvaguardar comunidades vulneráveis.

No entrelaçamento dessas vozes digitais, encontramos divergências e pontos de convergência. Ambos os lados compartilham um anseio pela segurança, ainda que as vias para atingir esse objetivo sejam diferentes. Ao reconhecer as experiências individuais por trás dos comentários, entendemos que, no cerne dessas discussões, reside o medo, a esperança, a responsabilidade e a busca por um país mais seguro.

Essa análise, ao expor as camadas subjacentes dos debates online, destaca a importância de um diálogo aberto e inclusivo sobre segurança e controle de armas. Ao considerarmos os números de curtidas e as histórias compartilhadas, torna-se claro que a busca por soluções exige uma abordagem que vá além de posicionamentos extremados. Em um país diverso como o Brasil, compreender as diferentes perspectivas é um passo crucial

para a construção de políticas mais eficazes e compassivas, equilibrando os anseios por segurança com os direitos individuais e o bem coletivo.

## 5.9 Comunicação política sobre controle de armas no Brasil: Estratégias institucionais e respostas da audiência

A revisão teórica realizada para embasar a análise de conteúdo das postagens dos perfis do Instagram do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz visava compreender as expectativas em relação às atitudes dessas instituições e de suas respectivas audiências, bem como proporcionou uma base conceitual valiosa para a compreensão do papel do poder, conhecimento, ética e regulamentação no debate sobre o armamento civil no Brasil. Ao analisar os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo dos perfis do Instagram, é possível relacionar esses achados aos elementos discutidos na revisão teórica.

Inicialmente, a expectativa da revisão teórica em relação às instituições, representadas pelos perfis do Instagram, era que estas refletissem as dinâmicas de poder e conhecimento discutidas por Michel Foucault. O poder do Estado, evidenciado na regulamentação do acesso às armas, deveria se manifestar nos conteúdos desses perfis, refletindo a posição oficial das instituições em questão. Além disso, a revisão teórica antecipava que as "disciplinas do discurso" influenciariam o conteúdo desses perfis, com elementos da segurança pública, psicologia, sociologia e política moldando o discurso sobre o armamento civil.

Os resultados da análise de conteúdo confirmam, em parte, essas expectativas. O perfil do Armas pela Vida, alinhado com a defesa do armamento civil, tende a enfatizar argumentos relacionados à liberdade individual, direito à autodefesa e autonomia cidadã. O conteúdo reflete uma abordagem ética que destaca a importância da autonomia individual em detrimento de uma ética centrada na segurança pública. Isso se alinha com a expectativa teórica de que o conhecimento seria usado como um dispositivo de poder para reforçar argumentos favoráveis ao armamento civil.

Por outro lado, o perfil do Sou da Paz, voltado para o controle de armas, aborda temas éticos centrados na segurança coletiva e na prevenção da violência. O conhecimento científico, incluindo estatísticas sobre crimes violentos e estudos psicológicos, é empregado para fundamentar argumentos contrários ao armamento civil. Nesse sentido, as disciplinas do discurso, especialmente a segurança pública e a psicologia, influenciam a narrativa do perfil, alinhando-se com as expectativas teóricas.

Quanto à audiência/internautas, a revisão teórica antecipava que a regulamentação do discurso pelo poder estatal e as disciplinas do discurso moldariam a percepção pública sobre o armamento civil. A expectativa era que a audiência, ao ser exposta a esses discursos regulados, assimilasse as ideias e argumentos apresentados pelos perfis.

Os resultados da análise de conteúdo indicam que as audiências dos perfis do Instagram, em grande parte, reproduzem as linhas discursivas propostas pelas instituições. Os seguidores do Armas pela Vida tendem a adotar perspectivas alinhadas com a liberdade individual e o direito à autodefesa, refletindo os argumentos apresentados pelo perfil. Da mesma forma, os seguidores do Sou da Paz adotam posições em sintonia com a ênfase na segurança coletiva e na regulamentação rigorosa das armas de fogo.

Entretanto, é importante notar que a polarização inerente ao debate sobre o armamento civil também se manifesta entre as audiências. Existem segmentos da audiência que resistem à assimilação das mensagens propostas, mantendo perspectivas divergentes. Isso sugere que, embora o poder do discurso regulamentado influencie a percepção pública, não é homogêneo e há resistências ou contra-discursos presentes.

No que diz respeito ao ganho para o campo da Comunicação Política, esses achados oferecem uma compreensão robusta sobre como as instituições moldam o discurso e como as audiências respondem a essas estratégias. A compreensão de como o conhecimento é utilizado como um aparato de poder pelos defensores e opositores do armamento civil contribuiu para uma análise mais refinada das estratégias discursivas. Além disso, a identificação de resistências na audiência sugere a necessidade de abordagens mais complexas e contextualizadas na comunicação política, reconhecendo a diversidade de perspectivas e experiências entre os internautas.

Assim sendo, a análise de conteúdo dos perfis do Instagram do Armas pela Vida e do Sou da Paz confirma, em grande medida, as expectativas da revisão teórica. As dinâmicas de poder, conhecimento, ética e regulamentação discutidas na teoria de Foucault se manifestam nos discursos dessas instituições e nas respostas da audiência. Esses achados oferecem uma compreensão mais aprofundada do debate sobre o armamento civil no contexto brasileiro, contribuindo para o avanço do campo da Comunicação Política.

### 5.9.1 A retórica da segurança pública e o armamento civil nos perfis do Instagram à luz das ideias de Kahneman

A segurança pública e o debate sobre o armamento civil emergem como temas cruciais na contemporaneidade, refletindo preocupações sociais, políticas e culturais profundamente arraigadas. A complexidade dessas questões se manifesta não somente nas esferas legislativas e jurídicas, mas identicamente nas plataformas de mídia social, onde organizações e movimentos buscam influenciar a opinião pública e moldar perspectivas. Este capítulo propõe uma análise aprofundada da retórica da segurança pública e do armamento civil, explorando os perfis do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz no Instagram.

O entendimento dessas dinâmicas retóricas é enriquecido pela aplicação das teorias de Daniel Kahneman (2012), cuja obra delineia as duas principais modalidades de processos cognitivos humanos. Ao adotar uma abordagem dualista, Kahneman destaca o Sistema 1, caracterizado por pensamento rápido, intuitivo e emocional, e o Sistema 2, associado a uma reflexão mais lenta, deliberativa e lógica. Essa dicotomia fornece um arcabouço teórico fundamental para analisar as estratégias persuasivas presentes nos discursos sobre segurança pública e armamento civil, considerando tanto os apelos emocionais quanto as análises mais ponderadas.

O Movimento Armas Pela Vida, ao mobilizar o Sistema 1, busca suscitar respostas automáticas e emocionais em seus seguidores, destacando perigos iminentes e simplificando causas e soluções. Em contraste, o Instituto Sou da Paz, adotando uma postura mais alinhada ao Sistema 2, procura estimular um pensamento mais crítico, oferecendo análises detalhadas e promovendo o debate informado. Essa dicotomia não somente expõe as estratégias retóricas específicas adotadas por cada entidade, bem como evidencia a diversidade de perspectivas que permeiam o diálogo público sobre segurança e armamento.

Ao explorar esses elementos, este capítulo busca desvelar as estratégias retóricas utilizadas pelos atores em questão, além de orientar sobre como tais estratégias moldam a percepção pública e contribuem para a complexidade do debate em torno da segurança pública e do armamento civil. A compreensão desses aspectos enriquece o campo da análise retórica e lança luz sobre o papel crucial das redes sociais na formação de narrativas sociopolíticas e na influência sobre a opinião pública.

A abordagem metodológica adotada aqui visa proporcionar uma compreensão aprofundada das estratégias retóricas empregadas pelos perfis do Movimento Armas Pela

Vida e do Instituto Sou da Paz no Instagram, explorando o conteúdo por meio de uma análise fundamentada nas teorias de Daniel Kahneman sobre os sistemas de pensamento humano. Esta metodologia híbrida combina elementos da análise textual, focando nas mensagens postadas, com uma investigação mais abrangente das interações e engajamento por meio dos comentários e curtidas.

O ponto de partida foi a coleta sistemática de dados, abrangendo um período significativo para capturar a evolução das narrativas ao longo do tempo. Foram selecionadas postagens representativas de ambos os perfis, considerando variáveis como o tipo de conteúdo (imagens, vídeos, textos), o tom utilizado e a frequência das publicações. A análise incluiu, além das mensagens diretas dos perfis, também os comentários dos seguidores, permitindo uma compreensão mais abrangente das interações e reações geradas.

A aplicação das descrições analíticas baseia-se na dicotomia proposta por Kahneman entre os Sistemas 1 e 2. Cada postagem foi avaliada quanto aos elementos que mobilizam processos de pensamento rápidos e emocionais, associados ao Sistema 1, e aqueles que exigem uma reflexão mais profunda e uma análise crítica, alinhados ao Sistema 2. Essa análise descritiva permite uma compreensão mais granular das estratégias retóricas utilizadas por cada perfil, destacando padrões recorrentes e variações ao longo do tempo.

Além disso, a análise incluiu uma avaliação da reação do público por meio de métricas de engajamento, como curtidas, visualizações e comentários. Essa dimensão interativa foi crucial para entender como as mensagens foram apresentadas e ainda como foram recebidas e interpretadas pela audiência.

Ao empregar essa abordagem metodológica, esta pesquisa busca oferecer uma visão abrangente e contextualizada da retórica da segurança pública e do armamento civil nos perfis do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz no Instagram, lançando luz sobre as estratégias persuasivas e seu impacto na formação de opinião pública.

### 5.9.2 Retórica da segurança pública nos perfis do Instagram

A análise da retórica da segurança pública nos perfis do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz no Instagram revela abordagens distintas e muitas vezes contrastantes em relação ao papel do armamento civil na promoção da segurança. O Movimento Armas Pela Vida geralmente recorre a estratégias emocionais e argumentos simplificados, alinhados ao Sistema 1 de Kahneman, visando mobilizar respostas rápidas e intuitivas. As postagens desse perfil muitas vezes destacam narrativas de autodefesa,

enfatizando o direito individual de possuir armas como um meio eficaz de proteção contra ameaças percebidas.

Em contrapartida, o Instituto Sou da Paz adota uma abordagem mais reflexiva e analítica, alinhada ao Sistema 2 de Kahneman. Suas postagens tendem a explorar dados estatísticos, estudos acadêmicos e análises críticas sobre a relação entre armamento civil e segurança pública. Este perfil busca desmistificar certas crenças arraigadas, promovendo uma discussão informada e baseada em evidências sobre os reais impactos do acesso às armas na sociedade.

O papel atribuído aos diferentes atores na narrativa da segurança pública também varia significativamente. O Movimento Armas Pela Vida muitas vezes destaca o cidadão comum como o principal agente de sua própria segurança, enfatizando a responsabilidade individual no uso de armas. Por outro lado, o Instituto Sou da Paz expande o foco para incluir agentes governamentais, argumentando que a segurança pública é uma responsabilidade coletiva, e a gestão eficaz requer políticas públicas abrangentes, além do controle rigoroso do acesso às armas.

Essas diferenças fundamentais nas abordagens retóricas destacam a complexidade do debate sobre segurança pública e armamento civil. Enquanto o Movimento Armas Pela Vida apela às emoções e experiências pessoais, o Instituto Sou da Paz busca fundamentar suas posições em análises mais abrangentes e contextualizadas, visando promover uma discussão pública mais inteirada e crítica sobre o tema. Essa divergência nas estratégias retóricas reflete as visões contrastantes dos perfis e a natureza multifacetada e muitas vezes polarizada do debate sobre o armamento civil e seus impactos na sociedade.

### 5.9.3 Sistema 1 nas publicações do Movimento Armas Pela Vida

Ao examinarmos os posts do Movimento Armas Pela Vida, a prevalência do Sistema 1 de pensamento, conforme definido por Daniel Kahneman torna-se evidente. Esse Sistema é caracterizado por processos de pensamento rápidos, intuitivos e emocionais, parece ser o principal método retórico utilizado nesse perfil.

A estratégia do Movimento Armas Pela Vida é clara: provocar respostas emocionais imediatas dos seguidores. A utilização de imagens vívidas e mensagens de impacto busca atingir diretamente o lado emocional, evocando medo, preocupação e, por vezes, raiva. Os posts têm por costume apresentar narrativas de situações de perigo iminente, realçando a

vulnerabilidade individual e sugerindo que a posse de armas é a solução direta para tais ameaças.

Sendo assim, o Sistema 1 é uma maneira estratégica para simplificar as complexidades, apresentando uma visão clara e direta da relação entre armamento civil e segurança pessoal. No entanto, a simplicidade dessas mensagens pode levar a uma compreensão superficial da questão, não abordando as nuances subjacentes envolvidas na ligação entre armas e segurança pública.

Além disso, a prevalência do Sistema 1 nos posts do Movimento Armas Pela Vida também levanta questões sobre a formação de opiniões e a tomada de decisões informadas. Ao apelar principalmente às emoções, há o risco de que as respostas dos seguidores se baseiem mais em reações impulsivas do que em uma análise crítica e pautada em saberes da complexidade do tema. Assim, a análise do Sistema 1 nos posts deste movimento revela não apenas uma estratégia retórica, mas também destaca os desafios inerentes à promoção de uma discussão pública construtiva e fundamentada sobre a relação entre armamento civil e segurança pública.

### 5.9.4 Rápida identificação de inimigos

Dentro do contexto do Sistema 1 nos posts do Movimento Armas Pela Vida, destaca-se a notável estratégia de rápida identificação de inimigos. Essa abordagem consiste em simplificar a narrativa ao destacar claramente quem são os potenciais adversários ou ameaças, contribuindo para uma polarização mais acentuada e uma visão dicotômica da segurança pública.

Os posts frequentemente delineiam grupos específicos como fontes de perigo iminente, retratando-os como inimigos diretos da ordem e da segurança individual. Essa identificação rápida e inequívoca de "inimigos" serve ao propósito de consolidar a narrativa do Movimento, fornecendo uma estrutura cognitiva simples para os seguidores.

No entanto, essa estratégia levanta questões críticas sobre a precisão e a objetividade na identificação de ameaças à segurança. A simplificação excessiva pode resultar em estereótipos prejudiciais e na generalização de grupos de maneira injusta, comprometendo a qualidade do diálogo público sobre segurança e armamento civil. A rápida identificação de inimigos, embora eficaz na simplificação da mensagem, pode negligenciar as complexidades inerentes às questões de segurança e criminalidade.

Além disso, ao enfatizar uma identificação rápida de inimigos, os posts podem inadvertidamente reforçar narrativas divisivas e polarizadas na sociedade. A falta de nuances na representação dos desafios relacionados à segurança pública pode contribuir para a criação de uma dicotomia prejudicial entre "nós" e "eles", dificultando a busca por soluções colaborativas e abrangentes.

Portanto, ao analisar a rápida identificação de inimigos nos posts do Movimento Armas Pela Vida, é fundamental considerar as implicações mais amplas dessa estratégia retórica e seu impacto na construção de um discurso público fundamentado em evidências e construtivo sobre segurança e armamento civil.

### 5.9.5 Simplificação de causas e soluções

No âmbito do Sistema 1 presente nos posts do Armas Pela Vida, observa-se uma notável estratégia de simplificação tanto das causas quanto das soluções relacionadas à segurança pública e ao armamento civil. Essa simplificação é uma característica fundamental do pensamento intuitivo e emocional, conforme proposto por Daniel Kahneman.

Os posts muitas vezes apresentam uma visão linear e direta das causas subjacentes aos problemas de segurança, identificando-as de maneira clara e inequívoca. Essa abordagem simplificada visa cativar a atenção dos seguidores, oferecendo uma explicação fácil de entender para questões complexas. No entanto, essa simplicidade pode sacrificar a precisão e a compreensão aprofundada da realidade.

Da mesma forma, a busca por soluções é por várias vezes apresentada de maneira simplificada, sugerindo que o armamento civil é a resposta direta e eficaz para a garantia da segurança individual e coletiva. Essa simplificação excessiva omite considerações mais amplas, como a eficácia das políticas de controle de armas, a implementação de estratégias de policiamento eficientes e a abordagem de causas estruturais da criminalidade.

A simplificação de causas e soluções pode criar uma narrativa persuasiva, mas é essencial avaliar como essa abordagem afeta a compreensão pública dos desafios relacionados à segurança. A falta de nuances nas discussões pode contribuir para uma compreensão superficial dos problemas, levando a soluções inadequadas e potencialmente exacerbando as questões em jogo.

Ao analisar o impacto da simplificação de causas e soluções nos posts do Armas Pela Vida, é crucial considerar como essa estratégia retórica influencia a formação de opinião pública e, por conseguinte, a formulação de políticas relacionadas à segurança pública e ao

armamento civil. A análise crítica desses elementos contribui para uma compreensão mais aprofundada da retórica posta e de suas implicações na esfera pública.

### 5.9.6 Sistema 2 nas publicações do Instituto Sou da Paz

Contrastando com a abordagem do Sistema 1 adotada pelo Movimento Armas Pela Vida, os posts do Instituto Sou da Paz refletem uma inclinação para o pensamento deliberativo e lógico, característico do Sistema 2 proposto por Daniel Kahneman. O Instituto demonstra uma propensão para explorar detalhadamente as complexidades subjacentes aos temas de segurança pública e armamento civil.

Nos posts, há um destaque notável na apresentação de dados estatísticos, análises aprofundadas e referências a estudos acadêmicos. Essa abordagem denota um esforço para envolver o público em uma análise mais racional e crítica dos problemas em questão. O Instituto busca fornecer uma compreensão mais completa e contextualizada, incentivando a reflexão sobre as implicações das políticas de armamento civil na sociedade.

Além disso, o Sistema 2 se manifesta na consideração explícita de diferentes perspectivas e na abertura para o diálogo construtivo. Os posts do Instituto muitas vezes apresentam argumentos elaborados, levando em conta uma variedade de fatores, como impactos socioeconômicos, repercussões legais e evidências científicas. Essa abordagem contrasta com a simplificação encontrada nos posts do Movimento Armas Pela Vida, evidenciando uma busca por uma compreensão mais completa e matizada das questões em jogo.

Entretanto, é crucial reconhecer que, por vezes, a ênfase excessiva na análise detalhada pode levar à desconexão com o público que busca respostas mais diretas e simplificadas. O desafio reside em equilibrar a profundidade da análise com a capacidade de comunicação acessível e envolvente.

Ao explorar a presença do Sistema 2 nos posts do Instituto Sou da Paz, é possível compreender como essa abordagem influencia a percepção pública sobre segurança e armamento civil. A análise crítica desses elementos contribui para a apreciação das dinâmicas retóricas em jogo, destacando a importância de uma comunicação eficaz para a formação de opinião e a tomada de decisões informadas na esfera pública.

### 5.9.7 Análise crítica de estatísticas

A abordagem do Instituto Sou da Paz reflete um compromisso com a apresentação cuidadosa e crítica de estatísticas nos posts relacionados à segurança pública e ao armamento civil. Diferentemente do enfoque simplificado adotado pelo Movimento Armas Pela Vida, o Instituto busca proporcionar uma visão mais aprofundada por meio da interpretação cuidadosa dos dados estatísticos disponíveis.

Os posts frequentemente começam apresentando estatísticas relevantes sobre índices de criminalidade, taxas de homicídio e outros indicadores ligados ao tema. No entanto, em vez de se limitar a dados brutos, o Instituto se dedica a contextualizar essas estatísticas. Isso inclui considerações sobre a metodologia de coleta de dados, a consistência ao longo do tempo e as nuances regionais que podem influenciar a interpretação dos números.

Além disso, o Instituto adota uma postura transparente ao compartilhar as limitações dos dados, reconhecendo as incertezas inerentes às estatísticas de segurança pública. Essa abordagem contrasta com a simplificação excessiva que pode ser observada em discursos baseados no Sistema 1, nos quais as estatísticas podem ser apresentadas de maneira isolada, sem a devida consideração de seu contexto e potenciais vieses.

Ao conduzir uma análise crítica das estatísticas, o Instituto Sou da Paz busca fornecer ao público uma base precisa para a formação de opinião. Esse compromisso com a transparência e a rigorosa análise de dados contribui para estabelecer a credibilidade da organização e promover uma discussão informada sobre políticas relacionadas a armas e segurança pública.

Entretanto, é importante notar que a complexidade intrínseca à interpretação estatística pode representar um desafio na comunicação eficaz com um público mais amplo. Nesse sentido, a capacidade do Instituto em traduzir informações detalhadas em mensagens acessíveis é crucial para garantir que a análise crítica das estatísticas atinja o maior número possível de pessoas e contribua para o debate público de maneira significativa.

### 5.9.8 Promoção do debate informado

Uma característica proeminente nos posts do Instituto Sou da Paz é a promoção do debate informado sobre questões relacionadas à segurança pública e ao armamento civil. Diferentemente de abordagens que buscam simplificar narrativas, o Instituto se empenha em

criar um espaço propício para a troca de ideias embasadas em evidências, estimulando um diálogo construtivo entre diversos pontos de vista.

Os posts diversas vezes incorporam análises de especialistas, citações acadêmicas e referências a estudos de pesquisa para enriquecer o conteúdo apresentado. Essa estratégia não apenas fortalece a credibilidade das informações compartilhadas, mas também encoraja o público a se engajar em um processo mais aprofundado de reflexão e consideração.

Além disso, o Instituto Sou da Paz utiliza suas plataformas digitais para transmitir informações e também para incentivar a participação ativa da audiência. Os posts costumam concluir com perguntas provocativas ou chamadas à ação, convidando os seguidores a compartilharem suas opiniões e experiências. Essa abordagem amplia a diversidade de perspectivas no debate e promove uma cultura de engajamento cívico.

Ao centrar-se na promoção de um debate informado, o Instituto Sou da Paz se destaca como um agente que vai além da mera transmissão de informações. A organização busca habilitar os cidadãos com as ferramentas necessárias para compreenderem questões complexas, formarem opiniões fundamentadas em dados e participarem ativamente do processo democrático. Essa abordagem é crucial em um cenário em que a polarização muitas vezes obscurece particularidades importantes e impede a construção de consensos fundamentados em evidências.

Portanto, ao promover um debate informado, o Instituto Sou da Paz não só cumpre sua missão de conscientização, como também contribui para o fortalecimento da democracia, cultivando uma sociedade mais crítica e engajada.

### 5.9.9 Breves considerações

A análise da retórica dos perfis do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz revela nuances significativas na abordagem do debate sobre segurança pública e armamento civil. Ambas as organizações utilizam estratégias retóricas distintas, influenciadas, em parte, pelos princípios cognitivos delineados por Daniel Kahneman na obra "Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar".

O Movimento Armas Pela Vida, em consonância com os elementos do Sistema 1 de Kahneman, adota uma abordagem mais intuitiva e emocional em seus posts. A rápida identificação de inimigos e a simplificação de causas e soluções são elementos centrais dessa estratégia. A narrativa apresentada é projetada para evocar respostas emocionais imediatas, alinhadas com os valores e as crenças preexistentes de seu público-alvo. Este método busca

criar uma conexão emocional direta, muitas vezes utilizando elementos visuais e linguagem de impacto.

Por outro lado, o Instituto Sou da Paz demonstra uma inclinação para o Sistema 2, mais deliberativo e lógico. A análise crítica de estatísticas e a promoção do debate informado são componentes cruciais dessa abordagem. A organização prioriza a apresentação de informações fundamentadas em evidências, incentivando uma compreensão mais profunda das questões em discussão. O uso de estatísticas, análises acadêmicas e a criação de espaços para o diálogo informado são estratégias destinadas a estimular a reflexão e a consideração cuidadosa.

Essas abordagens contrastantes refletem as diferenças retóricas e as visões opostas sobre como o debate público deve ser conduzido. O Movimento Armas Pela Vida parece apostar na urgência emocional, enquanto o Instituto Sou da Paz investe na construção gradual de um entendimento sólido. Essas estratégias, embora distintas, desempenham papéis cruciais na formação da opinião pública e na influência das discussões políticas.

Em última análise, a análise desses dois perfis sugere que a retórica desempenha um papel fundamental na construção de narrativas em torno da segurança pública e do armamento civil. As estratégias adotadas por essas organizações refletem não apenas suas missões e objetivos, mas também abordam a complexidade inerente a essas questões. Em um ambiente onde a polarização muitas vezes obscurece o diálogo construtivo, compreender essas estratégias retóricas torna-se essencial para quem busca uma compreensão mais profunda das dinâmicas do debate público contemporâneo.

# 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o decorrer desta pesquisa, empreendemos um estudo analítico e profundo, com o objetivo de elucidar as complexidades que perpassam o debate sobre o armamento civil no Brasil. A atenção se concentrou na análise da retórica utilizada por distintos atores sociais, assim como nas respostas articuladas por suas audiências diante dessas abordagens comunicativas. O arcabouço metodológico desta pesquisa foi concebido de maneira a possibilitar uma abordagem abrangente, abarcando desde uma análise histórica das raízes do debate até a investigação das estratégias comunicacionais adotadas durante o período eleitoral de 2022.

Ao compreender a evolução temporal da retórica e examinar as táticas adotadas em um contexto eleitoral crucial, fomos capazes de mapear as tendências emergentes e também as complexas interações entre as vozes que ecoam nesse diálogo sociopolítico. Este percurso analítico, multifacetado e contextualizado, permitiu-nos descrever e também interpretar as dinâmicas em jogo, evidenciando os diversos elementos que moldam a compreensão pública sobre o armamento civil no cenário brasileiro contemporâneo.

Ao adotar a perspectiva teórica de Michel Foucault, imergimos nas interações entre poder e conhecimento, que se revelam de maneira destacada na regulamentação do discurso sobre o armamento civil no Brasil. Nessa análise, evidenciamos como o Estado exerce sua influência de forma palpável por meio de instrumentos como o Estatuto do Desarmamento, delineando políticas que configuram as condições de acesso às armas.

As disciplinas do discurso, materializadas em campos como segurança pública, psicologia e sociologia, surgem como forças modeladoras fundamentais das regras desse debate complexo. É através dessas disciplinas que normas, valores e entendimentos são forjados, contribuindo para a construção de narrativas que, por sua vez, delineiam as percepções públicas sobre o armamento civil. Quando essas disciplinas são enviesadas, distorcem percepções e promovem argumentos que podem ser tendenciosos. A compreensão dessas influências é essencial para uma reflexão crítica das bases do debate, evidenciando a necessidade de considerar a neutralidade e a imparcialidade na construção do discurso.

Nesse contexto, a análise a partir das ideias de Foucault permitiu compreender as estruturas de poder subjacentes e expor os mecanismos pelos quais o conhecimento é mobilizado como um aparato de governança, configurando as fronteiras e os limites do diálogo sobre essa questão crucial no cenário brasileiro.

A ética, como fio condutor, permeou todo o exame, desde os princípios éticos que subjazem às estratégias de comunicação até os dilemas éticos intrínsecos ao debate sobre o armamento civil. A deliberação entre a preservação da liberdade individual, o direito à autodefesa e a necessidade da segurança coletiva delineia uma fronteira delicada na ética desse diálogo complexo. A coexistência de princípios éticos concorrentes não apenas reflete, mas ativamente molda as perspectivas em jogo, criando um terreno fértil para discussões que transcendem a superfície da retórica.

Nesse espaço ético, surgem questões fundamentais sobre o equilíbrio entre a autonomia do indivíduo e a responsabilidade coletiva, gerando reflexões profundas sobre como a sociedade brasileira aborda e reconcilia os valores éticos em jogo no contexto do armamento civil. Essa análise ética traz à tona as tensões subjacentes e destaca a complexidade intrínseca que permeia as decisões e posturas éticas diante desse tema controverso.

O conhecimento, manifestado através de dados, pesquisas e estatísticas, surge como um aparato de grande poder nas mãos tanto dos defensores quanto dos opositores do armamento civil. As estratégias retóricas habilmente adotadas pelos perfis do Instagram evidenciam o uso intencional do conhecimento para fundamentar argumentos, influenciar a opinião pública e, em última instância, moldar políticas. Nesse cenário, a ética que permeia a disseminação de informações se revela crucial, ressaltando a responsabilidade intrínseca associada à formação da opinião pública.

A compreensão do papel do conhecimento como uma arma retórica em um contexto de debate público sobre o armamento civil implica uma reflexão profunda sobre como os diversos atores envolvidos manejam e, por vezes, manipulam informações em prol de seus objetivos. Essa dinâmica complexa, onde a busca pela verdade muitas vezes se entrelaça com estratégias persuasivas, indica sobre as nuances éticas que permeiam a batalha pela influência na esfera pública, destacando a importância de uma abordagem ética na comunicação e no uso do conhecimento.

Ao desmembrar as estratégias de comunicação do Movimento Armas Pela Vida e do Instituto Sou da Paz, deparamo-nos com uma dualidade de abordagens que ilustra a riqueza e a complexidade do debate sobre o armamento civil. O Movimento Armas Pela Vida, ao adotar uma retórica emocional e apelativa, estabelece conexões profundas com valores enraizados na sociedade, como patriotismo e liberdade.

Essa abordagem visa tocar as emoções das audiências, procurando criar uma identificação emocional que fortaleça sua mensagem. Em contraste, o Instituto Sou da Paz

opta por fundamentar suas mensagens em dados, estatísticas e propostas concretas, buscando desconstruir a narrativa pró-armas por meio de argumentos objetivos e informações embasadas.

Essas abordagens contrastantes refletem a polarização evidente no debate público sobre o armamento civil e apontam para a necessidade premente de um diálogo mais esclarecido e aberto, onde as diferentes perspectivas possam ser compreendidas e debatidas de maneira construtiva. Essa dicotomia ressalta a importância de reconhecer a diversidade de estratégias comunicativas dentro do debate, desafiando os envolvidos a considerar abordagens mais integradoras que transcendam as barreiras emocionais e analíticas.

Além disso, a retórica emocional pode suscitar medos que, longe de serem meras reações emocionais, desempenham um papel crucial na fundamentação da mensagem. Esses medos, uma vez evocados, tornam-se passíveis de serem trabalhados e instrumentalizados estrategicamente, exercendo uma influência marcante na opinião pública.

A análise das respostas da audiência nos perfis do Instagram revela uma assimilação, em grande parte, das mensagens propostas pelas instituições, evidenciando a eficácia de suas estratégias comunicativas em cativar a atenção e, em certa medida, persuadir seus seguidores. No entanto, essa assimilação não é homogênea, pois a presença de resistências e contradiscursos entre os comentários e interações indica uma complexidade intrigante na percepção pública. Essa divergência de opiniões e reações sugere que o poder do discurso regulamentado não é uniformemente absorvido pela audiência, destacando a existência de uma variedade de perspectivas e atitudes em relação ao tema do armamento civil.

Essas resistências podem ser interpretadas como reflexos das diferentes experiências, valores e posicionamentos ideológicos presentes na sociedade, demonstrando que o diálogo sobre essa questão sensível está longe de ser unidimensional. Assim, a compreensão das nuances nas respostas da audiência emerge como um componente crucial para uma análise abrangente do impacto das estratégias de comunicação no contexto do debate sobre o armamento civil no Brasil.

A questão da imparcialidade nos dispositivos de controle, como o Estado através do Estatuto do Desarmamento, é fundamental. Quando esses dispositivos são influenciados por determinados vieses sem disposição ao diálogo, há o risco de que as políticas resultantes sejam distorcidas e incapazes de representar adequadamente a diversidade de perspectivas na sociedade. Esse desafio destaca a importância de mecanismos democráticos e inclusivos na regulamentação do debate sobre o armamento civil.

O contexto eleitoral de 2022 se revela como um divisor de águas, intensificando significativamente a amplitude e visibilidade do debate sobre o armamento civil no Brasil. Durante esse período crucial, decisões judiciais desempenharam um papel crucial, como a suspensão de decretos presidenciais e as restrições impostas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essas intervenções judiciais não apenas refletiram a sensibilidade intrínseca do tema no cenário político, mas também contribuíram para acirrar ainda mais o ambiente eleitoral.

A polarização em torno das políticas de armamento civil tornou-se um elemento central nas discussões políticas, evidenciando como questões de segurança e regulamentação de armas podem se tornar pontos de inflamação em períodos eleitorais. Esses eventos moldaram o discurso público e influenciaram a agenda política, tornando o debate sobre o armamento civil uma peça-chave na dinâmica política do Brasil em 2022.

Esta análise não se limitou a descrever as dinâmicas do debate sobre o armamento civil no Brasil; ela também aponta para direções futuras fundamentais. Aprofundar nossa compreensão das estratégias retóricas utilizadas, dos vieses cognitivos presentes e das respostas da audiência destaca a imperatividade de fomentar um diálogo mais informado e colaborativo.

O reconhecimento das experiências individuais que fundamentam as opiniões é crucial, sugerindo a necessidade de abordagens que transcendam as barreiras da polarização política. Olhar para o futuro desse debate significa analisar as posturas presentes e também buscar formas inovadoras de promover um entendimento mais profundo entre as diferentes perspectivas, incentivando um espaço de diálogo que promova a busca por soluções comuns em meio à diversidade de opiniões.

A abordagem metodológica empregada nesta pesquisa representa uma contribuição significativa para o campo da Comunicação Política. Ao unir análise histórica, teorias fundamentadas nas ideias de autores relevantes para o debate, investigação das estratégias de comunicação durante o período eleitoral e considerações éticas, nossa pesquisa proporciona uma visão abrangente e com muitas faces do debate sobre o armamento civil no Brasil.

O entendimento aprofundado das estratégias retóricas utilizadas, dos vieses cognitivos que permeiam esse diálogo e das respostas da audiência indica as complexidades subjacentes à formação da opinião pública e apresenta ideias importantes para pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais da comunicação. A interseção dessas diferentes perspectivas metodológicas cria uma base robusta para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas que moldam as discussões em torno do armamento civil, contribuindo para o avanço contínuo do conhecimento na área.

Nesta análise, mergulhamos nas profundezas do debate sobre o armamento civil no Brasil, desvendando as complexas interações entre estratégias de comunicação, vieses cognitivos e as respostas da audiência. No tecido intricado desse diálogo, a ética, o poder e o conhecimento emergem como fios condutores que moldam a narrativa pública. Enfrentamos o desafio de compreender as nuances intrincadas desse debate e de fomentar um diálogo construtivo capaz de transcender as fronteiras da polarização.

Em um momento em que o Brasil enfrenta decisões cruciais em seu cenário político, a imperativa necessidade de um discurso informado e ético sobre o armamento civil ressoa como um elemento essencial para a construção de um futuro mais resiliente e coeso. Este estudo não apenas revela as dinâmicas presentes, mas também destaca a importância de uma abordagem reflexiva e orientada para o entendimento mútuo, visando alicerçar um terreno propício para o desenvolvimento de políticas e decisões que promovam a coletividade e a harmonia social.

## 7 REFERÊNCIAS


ANISTIA INTERNACIONAL. **Direito à autodefesa e à propriedade**. 2006. Disponível em: https://www.amnistia.org.br/direito-autodefesa-e-propriedade/. Acesso em: 5 fev. 2023.

BANDEIRA, A. R. **Armas para quê? o uso de armas de fogo por civis no Brasil e no mundo, e o que isso tem a ver com segurança pública e privada**. São Paulo: LeYa, 2019.

BARBOSA, Bene; QUINTELA, Flavio. **Mentiram para mim sobre o desarmamento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vide Editorial, 2015. 176 p.

BRASIL. **Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. **Decreto nº 24.602, de 6 de julho de 1934**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24602-6-julho-1934-503043-publicacaooriginal. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. **L9437**. Planalto.gov.br. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9437.htm. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil.** Planalto.gov.br. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 6 fev. 2023.

BOUDON, Raymond. ***The Philosophy of Social Science.*** Cambridge University Press. 1982. Disponível em: https://philpapers.org/rec/BOUCCI. Acesso em: 4 fev. 2023.

CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021** / Daniel Cerqueira et al., — São Paulo: FBSP, 2021.

CHARLEAUX, João Paulo. **O que mudou no Estatuto do Desarmamento em 14 anos.** 2017. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/21/O-que-mudou-no-Estatuto-do-Desarmamento-em-14-anos. Acesso em: 4 fev. 2023.

CHROUST, Anton Hermann. **Aristotle New Light on His Life and on Some of His Lost Works**. Philpapers.org. 1973. Disponível em: https://philpapers.org/rec/CHRANL. Acesso em: 5 fev. 2023.

DELGADO, Ana Luiza de Menezes. **Gestão de políticas públicas de direitos humanos.** Brasília: Enap, 2016. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br. Acesso em: 5 fev. 2023.

DOWNES. Stephen. **Guia das Falácias Lógicas.** Universidade de Alberta, Canadá. Disponível em: http://www.lemma.ufpr.br/wiki/images/5/5c/Falacias.pdf. Acs.: 5 fev. 2023.

ESTEVES, Eulícia. **O Brasil diz sim às armas de fogo: uma análise sobre o referendo do desarmamento**. Dissertação de Mestrado, CPDOC, FGV, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros** II. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal. 1971.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALINARI, Melliandro Mendes. LOGOS, ETHOS E PATHOS: **Alfa: Revista de Linguística** (São José do Rio Preto) [online]. 2014, v. 58, n. 2 [Acessado 5 abril 2022], pp. 257-286. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5794-1405-1. Acesso em: 5 fev. 2023.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e a ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

G1. **Ibope: 73% são contra a flexibilização do porte de armas e 26% são a favor**. G1. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/03/ibope-maioria-dos-entrevistados-em-pesquisa-e-contra-a-flexibilizacao-das-regras-de-armas.ghtml. Acesso em: 5 fev. 2023.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Análise da eficácia do Estatuto do Desarmamento no Brasil.** 2018. Disponível em: https://igarape.org.br/pesquisa/analise-da-eficacia-do-estatuto-do-desarmamento-no-brasil/. Acesso em: 5 fev. 2023.

**Instituto Sou da Paz** (*@instituto.soudapaz*). (27 de outubro de 2023). https://www.instagram.com/instituto.soudapaz/

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Valeu a pena. Sou da Paz: os primeiros 10 anos.** 2009. Disponível em: http://soudapaz.org/wp-content/uploads/2019/11/livro_10anos.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violencia v. 2.7 - Mapa**. 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/31. Acesso em: 3 fev. 2023.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar: Duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LEWANDOWSKY, Stephan; COOK, John. **O Manual das Teorias da Conspiração**. 2020. Disponível em: https://www.climatechangecommunication.org/wp-content/uploads/2020/05/ConspiracyTheoryHandbook_Portuguese.pdf. Acesso em: 3 fev. 2023.

MACLEAN, Paul D. ***The triune brain in evolution: role in paleocerebral functions***. New York: Plenum Press. 1990.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 189 p., 2005.

MELO, Edgar. Armas: tê-las ou não tê-las, eis a questão! **Revista Visão Jurídica**. Editora Escala. ISSN 1809-7170, 2013.

MENEZES, William Augusto. **Argumentação e Discurso Político Eleitoral no Brasil (1994 – 1998): mudança, conservação, tradição e utopia.** Dissertação (Mestrado em Letras: Estudos Lingüísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MOURA, R. S. Controle de armas de fogo no Brasil, criminalidade e autodefesa. **Revista de Direito Setorial e Regulatório/ Journal of Law and Regulation**, Brasília. v. 2, n. 2, p. 305-324, 2016. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/rdsr/article/view/19238/17735. Acesso em: 08 jan. 2023.

**Movimento Armas pela Vida** (*@armaspelavida*). (26 de outubro de 2023). https://www.instagram.com/armaspelavida/

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma / Marcos Nobre.** 1ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ONU. **Acesso irrestrito às armas de fogo contribui para aumento da violência**. 2006. Disponível em: https://www.onu.org/pt/acesso-irrestrito-as-armas-de-fogo-contribui-para-aumento-da-violencia/. Acesso em: 5 fev. 2023.

PERELMAN, Chaïm. **Lógica jurídica: Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica.** Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROSENBERG, Shawn. ***The not so common sense: differences in how people judge social and political life.*** Yale University Press, 2006.

SANTOS, J. E. F. **Homicídio entre Jovens de uma Periferia de Salvador, Bahia: um relato de experiência sobre a violência e o desenvolvimento humano.** Rev. Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano, v. 17, n° 3, 2006, p. 72-83.

SANTOS, Ronaldo. **Estatuto do Desarmamento**. 2015. Disponível em: https://ronaldosan1989.jusbrasil.com.br/artigos/175429315/estatuto-dodesarmamento. Acesso em: 5 fev. 2023.

SANTOS, Raphael. **Retrocessos do governo Bolsonaro**. 2023. Enfpt.org.br. Disponível em: https://www.enfpt.org.br/retrocessos-do-governo-bolsonaro/. Acesso em: 4 fev. 2023.

SCHIAPPA, Edward. ***Protagoras and logos: a study in greek philosophy and rhetoric. Columbia***: University of South Carolina Press, 2003.

SENADO FEDERAL. **Para Pedro Piva, só deve ser dado porte de arma a quem exercer função que a requeira.** Senado Federal 2003. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2000/01/11/para-pedro-piva-so-deve-ser-dado-porte-de-arma-a-quem-exercer-funcao-que-a-requeira. Acesso em: 5 fev. 2023.

SENADO FEDERAL. **Projeto sobre armas para caçadores e atiradores desportivos aguarda votação**. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/26/projeto-sobre-armas-para-cacadores-e-atiradores-desportivos-aguarda-votacao. Acesso em: 11 jan. 2023.

SENADO FEDERAL. **Decreto de Lula não retira armas de circulação, mas freia o crescimento.** 2023. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2023-jan-02/decreto-lula-nao-retira-armas-circulacao-freia-aumento. Acesso em: 11 jan. 2023.

SHOT FAIR BRASIL. Site oficial da **Shot Fair Brasil**, uma feira de armas e tiro esportivo realizada no Brasil. Disponível em: https://shotfairbrasil.com.br/. Acesso em: 30 nov. 2023.

UNICEF**. Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 3 fev. 2023.

## ANEXO A - Postagens do Instagram do Movimento Armas pela Vida

1° - 05.08.2022 - 669 curtidas - 7 comentários

Vídeo curto do evento ‘Shotfair 2022’ mostrando o estande da Beretta e as armas disponíveis.

- Shotfair - Feira de armas no Brasil;
- Beretta - Fábrica italiana de armas de fogo.

2° - 05.08.2022 - 163 curtidas - sem comentários

Vídeo curto do evento ‘Shotfair 2022’ mostrando o estande da Glock e as armas disponíveis.

- Glock - Empresa austríaca fabricante de armas e materiais de cutelaria.

3° - 06.08.2022 - 179 curtidas - sem comentários

Vídeo curto do evento ‘Shotfair 2022’ de modo geral e dos produtos disponíveis.

OBS: O evento ocorreu de 03 a 06 de agosto.

4° - 06.08.2022 - 2454 visualizações - 3 comentários

Vídeo de Rangel Barbosa da Cunha na ‘Shotfair 2022’ explicando o motivo da arma CZ Shadow 2 ser considerada a rainha das pistas de tiro esportivo.

- Rangel Barbosa da Cunha - Instrutor de Armamento e Tiro.

5° - 06.08.2022 - 935 curtidas - 152 comentários

Discurso da governadora do Piauí, Regina Sousa, criticando armas e o patriotismo da extrema direita Bolsonarista. É possível ver o presidente Lula, na época como candidato à presidência, na arquibancada. Ela diz “Tem que rever essa história das armas”. É necessário ressaltar que a governadora comete alguns erros gramaticais na sua fala, como ao dizer “Patriotismo não é vestir camisa verde a amarela, se enrolar na bandeira e andar com uma arma no bolso pra matar seu semelhante” (ela se confunde ao dizer a palavra ‘amarela’ e diz ‘amalera’). A manchete do vídeo é “Discurso de Governadora do Piauí em ‘EVENTO DO PT’ (escrito em vermelho) gera revolta nas redes sociais”.

6° - 08.08.2022 - 103 curtidas - 1 comentário

Vídeo curto do evento ‘Shotfair 2022’ mostrando o estande da IWI (Israel Weapon Industries) e as armas disponíveis.

7° - 14.08.2022 - 170 curtidas - 1 comentário

Foto de um homem (provável pai) ensinando uma criança (provável filho) a manusear um rifle. A publicação diz “Você que é um pai ‘a(r)mado’ merece todas as nossas homenagens no dia de hoje”.

8° - 22.08.2022 - 510 curtidas - 3 comentários

Foto de Lula em um comício e de um sniper presente fazendo a segurança do evento. Na imagem está escrito em letras garrafais vermelhas ‘UÉ??? ONDE ESTÁ A TROCA DE ARMAS POR LIVROS?’, em seguida a frase ‘Snipers preparados para atirar para (negrito) MATAR NO COMÍCIO DO DESCONDENADO’, a última palavra está circulada.

9° - 05.09.2022 - 893 curtidas - 48 comentários

Imagem do ministro do STF Edson Fachin com a sigla ‘PT’ na testa e escrito em vermelho. A sigla faz parte da frase ‘Atendendo um pedido do PT’ seguido da manchete da seguinte matéria "Fachin alega risco de violência eleitoral e suspende decretos de armas de Bolsonaro: Ministro afirma que risco de violência política torna de extrema e excepcional urgência as decisões".

10° - 07.09.2022 - 325 curtidas - 1 comentário

Dois vídeos de João Pedro Petek, coordenador do Movimento Armas Pela Vida, em uma das manifestações de 7 de setembro em Porto Alegre, RS. Ele relembra a fundação e importância do movimento e pergunta se armas salvam vidas, sim ou não. Ele critica a suspensão dos decretos de armas pelo ministro Edson Fachin e afirma que, após 200 anos de independência, a esquerda quer escravizar o povo retirando o direito natural da legítima defesa.

11° - 15.09.2022 - 1627 curtidas - 79 comentários

Imagem de um tweet de Fabrício Rebelo, jornalista e autor da obra ‘Articulando em segurança: contrapontos ao desarmamento civil’. Ele critica o agendamento do julgamento das ações sobre os decretos de armas de Bolsonaro apesar do pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques no STF. Considera isso um atropelo e diz que logo o desarmamento estará imposto no Brasil de forma ilegal e autoritária.

12° - 21.09.2022 - 936 curtidas - 91 comentários
Imagem de uma manchete: ‘Por 9 votos a 2, STF confirma restrições a armas e munições: Ministro Edson Fachin havia limitado no começo do mês a eficácia de decretos de Bolsonaro sobre o setor’.
OBS: A fonte da matéria não está posta.

13° - 28.09.2022 - 5036 visualizações - 27 comentários
Dois vídeos compilados do Lula, na época candidato à presidência. No primeiro vídeo, Lula afirma ter tido uma arma (garruchinha 22) na época em que namorava devido ao horário que retornava para casa e por passar por lugares de risco, mas que a portava não municiada. No segundo vídeo ele afirma não crer que alguém possa querer uma arma para o bem e diz que nunca teve interesse em armas.

OBS: Os vídeos são do período da campanha eleitoral de 2022. O primeiro não tem data posta, mas ao fundo é possível ler no telão “Alckmin Vice”, o segundo tem a data de 04.09.2022.

14° - 06.10.2022 - 1295 curtidas - 14 comentários
Imagem de quatro rapazes, supostamente foras da lei, portando fuzis e fazendo o ‘L’ com as mãos (símbolo este que se tornou referência para os eleitores de Lula em 2022). Na imagem está escrito: “Alguém pode me explicar por que os eleitores do Lula podem andar armados e os do Bolsonaro não podem?”.

15° - 07.10.2022 - 1770 curtidas - 28 comentários
Vídeo em um clube de tiro, no qual o aluno pergunta se o professor não irá se posicionar no segundo turno, disputado entre Lula e Bolsonaro. O professor responde que o voto é secreto e que eles devem voltar à aula, pois ganham mais. Em seguida, ele atira diversas vezes em um alvo de papelão e forma o número ‘22’, referenciando de forma implícita o voto em Bolsonaro. O vídeo finaliza com a bandeira do Brasil e a logo do professor.

OBS: Durante o período eleitoral de 2022, as publicações deste perfil não citam ou evidenciam as fontes das matérias referenciadas.

## ANEXO B - Postagens do Instagram do Instituto Sou da Paz

1° - 08.08.222 - 4471 curtidas - 154 comentários

Imagem de uma manchete da Folha de São Paulo: ‘Atiradores burlam normas e andam armados longe de clubes de tiro, mostram boletins: Folha teve acesso a registros de ocorrências em que policiais rodoviários federais flagraram CACs em rota irregular’.

2° - 08.08.2022 - Número de curtidas e comentários não está evidente

Matérias da Folha de São Paulo: ‘Atiradores burlam normas e andam armados longe de clubes de tiro, mostram boletins’; ‘Portadores de armas circulam em locais não autorizados’; ‘Campeão mundial de Jiu-Jitsu, Leandro Lo é baleado na cabeça em clube de São Paulo’.

3° - 11.08.2022 - 636 curtidas - 3 comentários

Imagem de uma proposta de investimento em quatro ações estruturais pelos governos estaduais. Está escrito em letras garrafais: ‘AGENDA PRIORITÁRIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - Para governos estaduais’;

‘Quatro práticas que podem qualificar as políticas de segurança nos estados:’

1 - Modelo integrado de controle de armas;

2 - Esclarecimento de homicídios;

3 - Gestão para resultados;

4 - Redução da letalidade policial.

4° - 11.08.2022 - 965 curtidas - 43 comentários

Vídeo da campanha de 1997, ‘Campanha Sou da Paz dos Estudantes pelo Desarmamento na Faculdade de Direito da USP’, no qual diversas personalidades artísticas aparecem fazendo o símbolo do instituto com as mãos. Há uma música do Sou da Paz ao fundo. A postagem é em comemoração do 25° aniversário do instituto.

5° - 18.08.2022 - 802 curtidas - 1 comentário

Imagem da 1° proposta da Agenda Prioritária de Segurança Pública. Está escrito em letras garrafais: ‘MODELO INTEGRADO DE CONTROLE DE ARMAS - Como governos estaduais podem atuar no combate ao mercado ilegal de armas?’

6° - 24.08.2022 - 5745 curtidas - 139 comentários

Imagem de uma manchete da Folha de São Paulo: ‘Entidades sugerem a presidenciáveis revogação da política de armas de Bolsonaro: Pesquisa Datafolha mostra que 83% da população defende que só forças de segurança andem armadas’.

7° - 25.08.2022 - 2148 curtidas - 24 comentários

Imagem de duas manchetes, a primeira é da Agência Brasil: ‘TCU conclui que urna eletrônica é segura: Parecer faz parte da terceira etapa de auditoria do tribunal’; a segunda matéria é da Folha de São Paulo: ‘Mesário vira função de risco no Brasil com ataque às urnas e violência política’. Acima da primeira manchete está escrito em letras garrafais: ‘AS URNAS ESTÃO SEGURAS’; acima da segunda matéria está escrito em letras garrafais: ‘AS PESSOAS QUE NÃO ESTÃO’.

8° - 26.08.2022 - 1511 curtidas - 24 comentários

Imagem da manchete e de um trecho da matéria da Folha de São Paulo: ‘Propostas para um país mais seguro: É preciso compromisso factível com a redução da violência, sem populismos’; o trecho é o seguinte: ‘A agenda inclui cinco medidas urgentes para a reversão do descontrole armado, promovido por um governo que optou pela lógica do “cada um por si” em detrimento da promoção da segurança coletiva, permitindo que civis possam comprar armas mais potentes do que as polícias e até verdadeiros arsenais.

9° - 30.08.2022 - 8909 visualizações - 6 comentários

Vídeo curto com alguns dados do estudo ‘O papel da arma de fogo na violência contra a mulher’, realizado pelo Sou da Paz, mostrando que 51% das mulheres assassinadas nos últimos anos foram vítimas de disparos de armas de fogo (também há outros dados).

10° - 30.08.2022 - 733 curtidas - 61 comentários

Repostagem do ‘Quebrando o Tabu’, questionando o seguinte: ‘Como fazer um Brasil mais seguro (com armas)?’. A postagem traz alguns dados, questionamentos e propostas relacionadas ao controle de armas de fogo e associadas à segurança pública.

11° - 05.09.2022 - 4982 curtidas - 113 comentários

Imagens de manchetes da Folha de São Paulo e do site do TSE. A primeira manchete da Folha de São Paulo é: ‘ONGs pedem ao TSE que proíba atirador de andar armado na

eleição’. A segunda manchete é do TSE: ‘Após mobilização da sociedade civil, TSE proíbe porte de armas nos locais de votação durante as eleições’. Na publicação há a imagem de uma urna eletrônica com a marcação ‘NÃO’ e com uma arma ao lado, fazendo uma possível referência à vontade da população majoritária exercida por meio da urna, que foi tão questionada em relação à sua segurança.

12° - 06.09.2022 - 27.149 visualizações - 461 comentários
Vídeo conceitual de nome ‘#canetagatilho’: Mostra a trajetória de uma bala que passa por diversos cenários em câmera lenta de forma retroativa, enquanto toca uma música dramática ao fundo e são exibidas frases com dados sobre a flexibilização do comércio de armas e munições no Brasil durante o governo Bolsonaro, até que, por fim, a bala é disparada de uma caneta que tem o seu botão pressionado e recomeça a sua trajetória indo na direção de uma menina segurando um urso de pelúcia em seu quarto. A mensagem final do vídeo é “a mão que assina é a mesma que aperta o gatilho”. A cena final é de uma mão pressionando o botão da caneta, que dispara a bala, e em seguida a caneta é usada para assinar um documento, quando a caneta dá seu toque final no papel, ouve-se o som do impacto do tiro.

OBS: O documento faz referência às mais de 40 regras publicadas entre 2019 e 2022 flexibilizando o armamento civil.

13° - 12.09.2022 - 4550 curtidas - 129 comentários
Imagem de uma manchete do O Globo: ‘Investigações revelam conexões entre atiradores desportivos e quadrilhas do “novo cangaço” - em grandes assaltos, registros de Caçador. Atirador e Colecionador (CAC) junto ao Exército são usados para fornecimento de armamento’. Na matéria há a foto de diversas armas e munições apreendidas pela polícia. A legenda da foto destaca um fuzil apreendido que foi comprado legalmente por um atirador desportivo, reproduzindo o argumento de que “armas legais caem nas mãos de criminosos”.

14° - 14.09.2022 - 2719 curtidas - 84 comentários
Imagem de uma manchete do G1 sobre feminicídio por arma de fogo: ‘Homem que matou ex-esposa e filho tinha histórico de agressões, e polícia queria suspender registro de CAC do preso’. Está escrito em letras garrafais abaixo da manchete: ‘Vidas poderiam ter sido salvas se o registro de posse de armas do agressor tivesse sido suspenso e as armas de fogo apreendidas como está previsto na lei’.

15° - 20.09.2022 - 909 curtidas - 15 comentários
Imagem de um trecho do vídeo '#canetagatilho' com a frase: 'Mais de 40 novas regras facilitaram o acesso às armas'.

16° - 20.09.2022 - 22.982 visualizações - 23 comentários
Vídeo produzido pelo Sou da Paz detalhando as taxas de homicídios por armas de fogo no Brasil e as ações integradas realizadas com as polícias dos estados para controlar a proliferação de armas e tornar as operações policiais mais efetivas nesse sentido. O vídeo utiliza recursos visuais, gráficos, fotos e tem uma música agradável aos ouvidos.

17° - 20.09.2022 - 2593 curtidas - 52 comentários
Nota pública (escrito em letras garrafais): 'Decisão do plenário do STF sobre decretos de armas corrige excessos e traz mais garantias para eleições seguras'. A postagem traz um trecho da nota sobre o entendimento da maioria dos ministros do STF que referendou a decisão de Edson Fachin que suspendeu os decretos de armas de Bolsonaro.

18° - 23.09.2022 - 1422 curtidas - 37 comentários
Imagem com a seguinte escrita: 'Propostas de segurança pública para eleições presidenciais (parte 1)';

1 - Desfazer política armamentista;
2 - Porte de armas só para profissionais de segurança;
3 - Armas potentes só para polícia e todas as munições marcadas;
4 - Limites de quantidade para compra de armas e munições;
5 - Reverter descaso com os sistemas de registro e controle.

A publicação menciona uma pesquisa Datafolha que diz que 83% da população é a favor de que apenas profissionais de segurança andem armados, menciona a suspensão dos decretos de armas pelo STF e a importância das propostas nas agendas eleitorais.

19° - 26.09.2022 - 637 curtidas - 8 comentários
Imagem da manchete de artigo do O Globo: 'Com voto amedrontado, eleições armadas são um risco à democracia: Diretora do Instituto Sou da Paz analisa opinião pública e consequências da política armamentista do governo Bolsonaro'. A publicação menciona que

além do ‘voto útil’ e ‘voto envergonhado’, há o ‘voto amedrontado’, pessoas que deixam de assumir em quem vão votar com medo de retaliações violentas.

20° - 28.09.2022 - 1319 curtidas - 8 comentários
Imagem da manchete da Revista Piauí da seção de questões de gênero: ‘Armas apontadas para elas: agressor de mulher teve armas recolhidas, como manda a lei, mas conseguiu uma terceira e matou a vítima’. A publicação critica o descontrole das regras de acesso às armas e ressalta que estas dificultam a garantia da segurança às mulheres, mesmo quando a legislação preventiva é aplicada.

21° - 29.09.2022 - 10.091 visualizações - 80 comentários
Trecho do clipe musical do grupo RZ0 ‘As armas que matam’, lançado em 2018 com imagens que referenciam atos trágicos em decorrência das armas. A postagem critica as regras que flexibilizaram o acesso às armas e o perigo que isso representa aos grupos mais vitimados, como as pessoas negras.

22° - 30.09.2022 - 1781 curtidas - 4 comentários
Imagem de um trecho do vídeo ‘#canetagatilho’ com a frase: ‘Desde 2019, 994 milhões de munições foram vendidas’. A publicação menciona as decisões do STF e do TSE para conter a violência armada no período das eleições.

23° - 07.10.2022 - 5345 visualizações - 56 comentários
Vídeo curto com diversas manchetes de diferentes fontes a respeito da proliferação das armas e da dificuldade das instituições realizarem o controle. A música tocada no vídeo é “Elas estão descontroladas” da Furacão 2000.

24° - 10.10.2022 - 2456 curtidas - 12 comentários
Imagem: ‘10 de outubro - dia nacional da luta contra a violência à mulher’; “a legislação brasileira permite que, em caso de acusação de violência doméstica, o registro de armas do denunciado seja imediatamente suspenso e que seja solicitada a apreensão cautelar das armas”, fala de Carol Ricardo e Natália Pollachi, em artigo para a Revista Piauí. A publicação menciona que a presença de armas de fogo nos lares eleva o risco de violência letal contra mulheres, o incremento sobre armas na Lei Maria da Penha e a situação de maior

risco e violência contra as mulheres negras e em situação de maior vulnerabilidade social e econômica.

25° - 11.10.2022 - 3558 curtidas - 35 comentários
Imagem de um trecho do vídeo '#canetagatilho' com a frase "Mais armas nas ruas, mais risco para as famílias brasileiras". A publicação menciona as regras de flexibilização do acesso às armas e a proliferação decorrente do descontrole regulatório.

26° - 13.10.2022 - 4249 curtidas - 65 comentários
Imagem de manchete da Folha de São Paulo: 'Controle de armas no Brasil é precário, ineficiente e parcial, dizem analistas: Para especialistas em segurança pública, decretos de Bolsonaro geraram explosões de armas, descontrole na fiscalização e insegurança jurídica'. A notícia é parte de uma entrevista realizada com Ilona de Carvalho, presidente do Instituto Igarapé, e Carolina Ricardo, diretora do Sou da Paz, a respeito das falhas da política de controle de armas no Brasil e os desmontes dos sistemas de fiscalização e regulação.

27° - 20.10.2022 - 696 curtidas - 17 comentários
Está escrito em letras garrafais: 'PAPEL DO GOVERNO FEDERAL E DOS ESTADOS NO CONTROLE DE ARMAS: Entenda as funções e a importância da atuação do governo federal e dos governos estaduais nas políticas de controle de armas e conheça as propostas das nossas agendas de segurança pública'; Em letras garrafais: 'Regular e fiscalizar a compra, porte e calibre de armas de fogo e munições são tarefas do governo federal: Regras de acesso, mecanismos de controle e rastreamento devem ser revistos para restabelecer uma política responsável de controle de armas'; Em letras garrafais: 'A grande maioria das apreensões de armas que migram para a ilegalidade são feitas pelas polícias estaduais: O modelo integrado de controle de armas é um plano que aprimora a gestão e a investigação de origem das armas apreendidas para combater e prevenir o mercado ilegal'.

O modelo inclui:
1 - Informações estratégicas;
2 - Inteligência policial;
3 - Cooperação institucional;
4 - Custódia das armas.

A publicação critica as regras de flexibilização de acesso às armas e sugere propostas específicas para o controle.

28° - 23.10.2022 - 2484 curtidas - 33 comentários
Nota pública: 'O Instituto Sou da Paz manifesta solidariedade aos policiais federais feridos enquanto cumpriam decisão judicial de prisão do ex-deputado federal Roberto Jefferson'. A publicação manifesta solidariedade aos policiais federais Marcello Vilella e Karina Lino Miranda de Oliveira, feridos por Roberto Jefferson, apoiador do ex-presidente Bolsonaro. Critica-se o fato de Roberto Jefferson dispor de armamentos enquanto cumpria prisão domiciliar, critica os ataques misóginos dirigidos por ele à ministra do STF Carmem Lúcia, aponta para que o fato ocorreu próximo às eleições e faz um apelo ao cumprimento da lei.

29° - 25.10.2022 - 2814 curtidas - 25 comentários
Imagem: 'No dia da democracia reafirmamos a urgência de preservar a segurança das pessoas e das instituições democráticas contra toda forma de intimidação e violência'. A publicação menciona a escalada da violência política e armada no período eleitoral, a necessidade de as instituições garantirem a segurança e integridade da população, as ações do TSE e STF e a relação entre a política armamentista e a violência política.

30° - 26.10.2022 - 207 curtidas - 15 comentários
Escrito em letras garrafais: 'BANCADA DA BALA: Levantamento do Sou da Paz mostra quem são os 103 parlamentares que são ou foram policiais, bombeiros ou militares que assumirão cargos em 2023. Eles atuarão na Câmara, no Senado e em Assembleias Legislativas. Segundo pesquisador, maioria deverá apoiar pautas ideológicas e de costumes, como armar a população e redução da maioridade penal. 57 DEPUTADOS ESTADUAIS / 44 DEPUTADOS FEDERAIS / 2 SENADORES. A publicação menciona o número de policiais candidatos a cargos legislativos em 2022 como o maior nos últimos 20 anos, o alinhamento desses parlamentares eleitos ao interesse das indústrias de armas e a sua oposição às políticas de segurança eficientes e baseadas em evidências.

31° - 26.10.2022 - 12.339 visualizações - 38 comentários
Reportagem do Jornal Nacional sobre grande parte (47%) das armas registradas na Polícia Federal estarem com seus registros vencidos. É mencionada a dificuldade de fiscalização e a incerteza sobre essas armas terem sido desviadas para organizações criminosas. 'Das 6

milhões de armas de fogo cadastradas no sistema da Polícia Federal, 47% estão com o registro vencido'. Bruno Langeani, gerente do Sou da Paz, participa da reportagem.

32° - 28.10.2022 - 1158 curtidas - 21 comentários

Manchete do O Globo: 'Arsenal do crime mais potente: apreensão de fuzis cresce 50% em São Paulo e 16% no Rio de Janeiro - estudo do Sou da Paz, que constata efeitos da política de flexibilização do acesso a armas do governo Bolsonaro, foi realizado entre 2017 e 2022'. A publicação traz um trecho da notícia, um gráfico com os tipos de armas apreendidas. Em outra imagem da mesma publicação há uma manchete do The Intercept Brasil: 'Armas do crime estão mais potentes e modernas graças a medidas do governo Bolsonaro, mostra análise - liberação de armas de maior potencial ofensivo para cidadãos comuns facilita desvio para criminosos e coloca em risco o trabalho da polícia'. Em outra imagem da mesma publicação há a manchete do Estadão: 'Crescem apreensões de fuzis e pistolas pelas polícias do Rio e de São Paulo'.

33° - 28.10.2022 - 2938 curtidas - 28 comentários

Imagem de um trecho do vídeo "#canetagatilho", com a caneta disparando a bala e a frase 'a mão que assina é a mesma que aperta o gatilho'. A postagem faz um compilado das informações do vídeo e outras: 'As novas regras nos decretos flexibilizadores do acesso às armas; o número de munições comercializadas desde então; os números das quantidades das armas adquiridas pelos CACs; as permissões para compras de armas mais potentes; a retirada dos mecanismos de controle e fiscalização; as brechas para os CACs circularem armados em locais não autorizados; o aumento dos caso de desvios de armas de fogo; os riscos para grupos mais vitimados pela violência armada, como as pessoas negras'.